

1 Congresso Brasileiro
de História Econômica

2.ª Conferência Internacional
de História de Empresas

Programa e Resumos

Programa e Resumos

7 a 10 de Setembro, Campus USP
Cidade Universitária, São Paulo



1 Congresso Brasileiro
de História Econômica

2.ª Conferência Internacional
de História de Empresas

Programa e Resumos

7 a 10 de Setembro, Campus USP
Cidade Universitária, São Paulo

1993

Comissão Organizadora

Fernando A. Novais, Flávio A. M. de Saes,
José R. do Amaral Lapa, José Sebastião Witter
Ricardo Maranhão, Sérgio S. Silva,
Wilson Suzigan, Tamás Szmezcányi (coord.)

Apoio Institucional

Centro de Memória — UNICAMP
Coordenadoria de Comunicação Social da
Universidade de São Paulo
Instituto de Estudos Avançados da
Universidade de São Paulo
Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo
International Economic History Association
Editora Hucitec
Instituto Herbert Levy/Gazeta Mercantil

Patrocínio

Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social (BNDES)
Comissão de História Econômica do
CLACSO (Consejo Latinoamericano de
Ciencias Sociales), Buenos Aires
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social (CNPq)
Coordenação de Cooperação Internacional da
Universidade de São Paulo
Fondazione ASSI (Associazione di Storia
sull'impresa), Milão
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
São Paulo (FAPESP)
Fundação Banco do Brasil (FBB)

Sumário

- 5 Organização dos Trabalhos
- 7 Programação das Sessões e Atividades
- 11 Índice dos Resumos
- 155 Índice dos Autores

Organização dos trabalhos

1. Os temas serão discutidos em sessões com uma hora e meia de duração, reservando-se meia-hora para os debates.
2. Quando um tema comportar duas sessões, haverá um intervalo de meia-hora entre elas.
3. Os expositores, dois ou três por sessão, terão de 20 a 25 minutos para apresentarem seus trabalhos, cujos textos completos estarão à disposição dos participantes presentes.
4. Cada sessão terá, além dos expositores, um presidente-debatedor e um relator.
6. O relator terá por incumbência registrar o teor das discussões, para alimentar o relatório geral do segmento em que se insere a sessão, bem como supervisionar a distribuição aos participantes presentes dos textos completos dos expositores.
5. Por sua vez, o presidente-debatedor terá a seu cargo, não apenas o controle do tempo de apresentação dos expositores, mas também as tarefas de abrir os debates, e de zelar para que deles possam participar todos os presentes à sessão.

Programação das Sessões e Atividades

07-09

Inscrições e Preparativos

14:30-17:30 CENTRO DE CONVENÇÕES.

Sessão de Abertura

18:00-19:30 CENTRO DE CONVENÇÕES.

Ruy Laurenti (*presidente*); Frédéric Mauro
(*conferencista*)

Recepção inaugural

19:30-21:00 CENTRO DE CONVENÇÕES

08-09

Escravidão e Grandes Lavouras

09:00-10:30; SALA B-4 FEA

Guillermo Palacios; Stuart B. Schwartz, Vera
Lúcia Ferlini (*expositores*); Fernando A. Novais
(*presidente-debatedor*); Renato Leite Marcondes
(*relator*).

Origens da Economia Nacional

09:00-10:30; SALA B-6 FEA

Isván Jaksó, Antônio Penálviz Rocha
(*expositores*); José R. do Amaral Lapa
(*presidente-debatedor*); Paulo Roberto
Beskow (*relator*).

O Brasil e a América Latina

09:00-12:30; SALA B-8 FEA

Colin Lewis, Heraclio Bonilla, Roberto Cortés-
Conde, Steven Topik, (*expositores*), Sérgio S.
Silva (*presidente-debatedor*); Hector Alimonda
(*relator*).

Nacionalismo e Política Econômica

09:00-12:30; SALA B-10 FEA

Francisco L. Corsi, Maria Antonietta P. Leopoldi,
Pedro C. Dutra Fonseca (*expositores*); Wilson
Suzigan (*presidente-debatedor*); Adilson Genari
(*relator*).

A História de Empresas como Área de Pesquisas

09:00-12:30; SALA B-12 FEA

Almir Pitta Freitas F., Carlos Marichal, Pier Angelo Toninelli, Steven Tolliday (*expositores*); Ricardo Maranhão (*presidente-debatedor*); José Antônio Segatto (*relator*).

"Ciclo" do Ouro e Urbanização

11:00-12:30; SALA B-4 FEA

Caio C. Boschi, João Antônio de Paula, Ronaldo Marcos dos Santos (*expositores*); Maria Arminda Arruda (*presidente-debatedora*); Fernando A. Novais (*relator*).

A Reinscrição no Mercado Mundial

11:00-12:30; SALA B-6 FEA

Rui G. Granziere, Barbara Weinstein (*expositores*); Flávio A. M. de Saes (*presidente-debatedor*); Cesar Honorato (*relator*).

Pecuária e Culturas de Subsistência

14:30-16:00; SALA B-4

Francisco C. Teixeira da Silva, Manuel Correia de Andrade, Maria Yedda L. Linhares (*expositores*); Stuart B. Schwartz (*presidente-debatedor*); Pedro Ramos (*relator*).

Do Escravismo ao Trabalho Livre

14:30-18:00; SALA B-6 FEA

Ademir Gebara, José Sebastião Witter, Roberto Borges Martins, Wilson Nascimento Barbosa (*expositores*); Jacob Gorender (*presidente-debatedor*); Lucy Maffei Hutter (*relatora*).

Pensamento Econômico:

o Liberalismo no Tempo dos Coronéis

14:30-16:00; SALA B-8 FEA

Angela de Castro Gomes, Maria Stella Bresciani, Nilo Odália (*expositores*); Maria Irene de Q. F. Szmeccsányi (*presidente-debatedora*); Luiz Guilherme Piva (*relator*).

A Questão da Terra na Primeira República

16:30-18:00; SALA B-8 FEA

Lúcia Osório Silva, Manuel Correia de Andrade, Sonia Regina de Mendonça (*expositores*); Oriowaldo Queida (*presidente-debatedor*); Franceschina Vilardo (*relatora*).

Industrialização e Desenvolvimentismo

14:30-18:00; SALA B-10 FEA

Clelio Campolina Diniz, Edgard Casone, Sonia Maria Draibe, Fausto Saretta (*expositores*); Benedito H. Nascimento (*presidente-debatedor*); Ricardo Vigilino Silva (*relator*).

Trajatórias das Empresas Multinacionais

14:30-18:00; SALA B-12 FEA

Hubert Kiesewetter, Mira Wilkins, Peter Heitner, Carlos Osmar Becker (*expositores*); Tamás Szmeccsányi (*presidente-debatedor*); Nelson Prado Alves Pinto (*relator*).

09.09

Comércio Colonial e Exclusivo Metropolitano

09:00-12:30; SALA B-4 FEA

Eddy Stols, Francisco J. C. Falcon, José Jobson de A. Arruda, Pedro Puntoni (*expositores*); José Ribeiro Junior (*presidente-debatedor*); Rogerio Forestieri (*relator*).

A Construção da Infraestrutura

09:00-12:30; SALA B-6 FEA

Cesar Honorato, Denise Monteiro Takcyra, Flávio A. M. de Saes, Wilma Peres Costa (*expositores*); Eulália Maria L. Lobo (*presidente-debatedora*); Maria Lúcia C. Gitahy (*relatora*).

O Processo de Industrialização

09:00-12:30; SALA B-8 FEA

Flavio R. Versiani, Wilson Suzigan & Tamás Szmeccsányi, Hildete Pereira de Melo, Maria Teresa R. de Oliveira (*expositores*); Wilson Cano (*presidente-debatedor*); Dirce Mendes e Renato Periscinotto (*relatores*).

Pensamento Econômico no Pós-Guerra

09:00-10:30; SALA B-10 FEA

Guido Mantega, Renato Perim Colistete, Ricardo Bielschowsky (*expositores*); Fernando Carlos Pedrão (*presidente-debatedor*); Renato Gauthier (*relator*).

O Problema da Dívida Externa

11:00-12:30; SALA B-10 FEA

Marcelo de Paiva Abreu, Paulo Davidoff C. Cruz (*expositores*); Paul I. Singer (*presidente-debatedor*); Fausto Saretta (*relator*).

Empresários e Trabalhadores num Mundo em Transformação

09:00-12:30; SALA B-12 FEA

Ary C. Minella, Luiz Carlos Bresser Pereira, Elizabeth Bortolota Silva, Newton A. Cardoso de Oliveira, Elisabeth von der Weid, José Antônio Segatto (*expositores*); Jorge L. Miglioni (*presidente-debatedor*); Luis Claudio Ribciro (*relator*).

A História Econômica em Questão

14:30-18:00; SALA A-13 FEA

Alain Caillé, Edgar S. de Decca, José Jobson de A. Arruda, Ubiratan Castro de Araujo (*expositores*); Sergio S. Silva (*coordenador*).

Investimentos Italianos na América Latina

14:30-16:00; SALA B-12 FEA

Bruno Bezza, Giandomenico Piluso (*expositores*); Pier Angelo Toninelli (*coordenador*); Tamás Szmeccsányi (*relator*).

Estudos de Caso

de Empresas Brasileiras e Estrangeiras

14:30-18:00; SALA B-10 FEA

Carlos Gabriel Guimarães, Delia Beatriz Espina, Raúl Jacob, Luiza de Arruda Soares (*expositores*); Flávio A. M. de Saes (*coordenador*); Ricardo Maranhão (*relator*).

Lançamento de Livro

16:00-18:00; SALA B-4 FEA

A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920). Barbara Weinstein (autora).

Jantar de confraternização

20:00-21:30; PLAT LORENA.

10.09

Ofícios, Manufaturas e Comércio Interno

09:00-12:30; SALA B-4 FEA

José R. do Amaral Lapa, Leila Mezan Algranti, Maria Helena O. Flexor, Jorge Silva Riquer (*expositores*); Maria Yedda Leite Linhares (*presidente-debatedora*); Vera Lúcia Ferlini (*relatora*).

Mercado Interno e Primeiras Indústrias

09:00-12:30; SALA B-6 FEA

José Ricardo Gonçalves, Luiz Carlos Soares, Fernando Cardoso Pedrão, Douglas Cole Libby (*expositores*); Regina Maria A. F. Gadelha (*presidente-debatedora*); Ricardo Yuki (*relator*).

O Mundo do Trabalho

09:00-12:30; SALA B-8 FEA

Ana Lúcia D. Lanna, Eulália Maria L. Lobo, José Leonardo do Nascimento, Maria Alice R. Ribeiro, Maria Lúcia C. Gitahy, Ronaldo Herzlein Jr. & Adriana Dias (*expositores*); Michael Hall (*presidente-debatedor*); Marcos Vinicius Pansardi, Marcos Alberto Horta Lima (*relatores*).

A Modernização da Agricultura

09:00-10:30; SALA B-10 FEA

Guilherme Delgado, José Vicente Tavares dos Santos, T. Szmeccsányi & P. Ramos (*expositores*); Aspásia Camargo (*presidente-debatedora*); Andrea Couto (*relatora*).

Trajatórias e Visões da Inflação

11:00-12:30; SALA B-10 FEA

Dêrcio Garcia Munhoz, Paulo Nogueira Batista Jr., Paul I. Singer (*expositores*); Marcelo de Paiva Abreu (*presidente-debatedor*); Marcelo Rodrigues (*relator*).

O Estado e as Empresas de Serviços Públicos

09:00-12:30; SALA B-12 FEA

Albert Broder, João Carlos Alayo i Manuhens, Ricardo Maranhão (*expositores*); Jacques Marcovitch (*presidente-debatedor*); Luzia de Arruda Soares (*relatora*).

Sessão de encerramento I

Balço e Perspectivas

14:30-16:00; CENTRO DE CONVENÇÕES

Fernando A. Novais, José R. do Amaral Lapa, Sergio S. Silva, Wilson Suzigan, Ricardo Maranhão (*expositores*); José Sebastião Witter (*coordenador*).

Sessão de encerramento II

Criação de Associação Profissional

16:30-18:00; CENTRO DE CONVENÇÕES

Tamás Szmeccsányi (*coordenador*).

Índice dos Resumos

1 Período Colonial

- 1.1 Escravismo e Grandes Lavouras, 15;
- 1.2 "Ciclo" do Ouro e Urbanização, 19;
- 1.3 Pecuária e Culturas de Subsistência, 22;
- 1.4 Oficinas, Manufaturas e Comércio Interno, 28;
- 1.5 Comércio Colonial e Exclusivo Metropolitano, 32;

2 Independência e Império

- 2.1 Origens da Economia Nacional, 41;
- 2.2 A Reinscrição no Mercado Mundial, 45;

- 2.3 Do Escravismo ao Trabalho Livre, 48;
- 2.4 A Construção da Infraestrutura, 53;
- 2.5 Mercado Interno e Primeiras Indústrias, 58;

3 Primeira República

- 3.1 O Brasil e a América Latina, 65;
- 3.2 Pensamento Econômico: Liberalismo no Tempo dos Coronéis, 70;
- 3.3 A Questão da Terra, 74;
- 3.4 O Processo de Industrialização, 80;
- 3.5 O Mundo do Trabalho, 84;

4 Período Post-1930

- 4.1 Nacionalismo e Política Econômica, 95;
- 4.2 Industrialização e Desenvolvimentismo, 100;
- 4.3 Pensamento Econômico no Pós-Guerra, 105;
- 4.4 O Problema da Dívida Externa, 108;
- 4.5 A Modernização da Agricultura, 110;
- 4.6 Trajetórias e Visões da Inflação, 114;

5 História de Empresas

- 5.1 A História de Empresas como Área de Pesquisa, 121;

5.2 Trajetórias das

- Empresas Multinacionais, 125;
- 5.3 Empresários e Trabalhadores num Mundo em Transformação, 129;
- 5.4 Investimentos Italianos na América Latina, 134;
- 5.5 Estudos de Caso de Empresas Brasileiras e Estrangeiras, 137;
- 5.6 O Estado e as Empresas de Serviços Públicos, 141;

6. Debate Geral

- 6.1 História Econômica em Questão, 149.

Escravismo e Grandes Lavouras

Homens livres pobres, escravismo e grandes lavouras no nordeste oriental durante o século XVIII

Guillermo Palacios O trabalho faz uma discussão geral da emergência, expansão e expropriação dos agricultores livres e pobres do Nordeste Oriental — entendido como aqueles territórios da região diretamente incorporados ao mercado mundial — entre as primeiras décadas do século XVIII e os últimos anos do regime colonial. Enfatiza-se a análise do último quartel do século, quando se aceleram as tendências de crescimento desse tipo de agricultura e se produz o confronto final entre os interesses das *plantations*, incorporadas pelo Estado Colonial, e os dos pequenos cultivadores de algodão e de alimentos. Trata-se de mostrar, entre outras coisas, que os cultivadores livres e pobres percorreram um processo formativo próprio, como grupos relativamente autônomos dentro do contexto geral de predomínio do escravismo. A construção de uma história dessa agricultura camponesa, por isso mesmo, não se resume à elaboração de uma variável da história da grande propriedade agro-exportadora, mas tem as suas próprias características, inflexões, tempos e períodos, que acompanham, se sobrepõem ou conflitam com os processos vividos pela grande propriedade,

muito freqüentemente numa relação dialética. São grupos que procuram ativamente, e são oficialmente estimulados, a encontrar formas próprias de integração à economia colonial, no bojo da crise regional do escravismo. Esse processo aparece localmente comandado, ao princípio, pelo pequeno capital mercantil constituído pelos comissários volantes, e, depois, no momento de maior expansão com o plantio de algodão, pelo grande capital inter-atlântico e as suas ramificações locais. Logo, no pano de fundo, os determinantes do movimento de articulação/integração dos pobres livres à economia colonial, são os mecanismos de expansão do mercado mundial, e em especial os interesses da grande manufatura têxtil de Manchester e Liverpool. Trata-se, pois, de uma agricultura camponesa diretamente articulada por, e ligada ao, mercado exportador. Nesses contextos, o trabalho discute o incremento populacional dos pobres livres no Nordeste, que coincide no tempo, em termos gerais, com a retração da produção mineira, e a mudança na percepção da função desses segmentos pelo Estado colonial, principalmente a sua nova atribuição de força de trabalho substituta do escravismo. Por último, argumenta que a expansão dos cultivadores pobres livres foi freada por um intenso processo de expropriação, montado em três ações governamentais centrais: a proibição do plantio do algodão para os produtores pobres; fortes campanhas de recrutamento militar dirigidas contra os distritos camponeses do Nordeste Oriental, e, enfim, o confisco, por parte da Coroa, de toda a extensão de florestas tropicais — ao que parece, cheias de campos de mandioca — ao longo do litoral nordestino, desde a comarca das Alagoas até a Vila da Fortaleza. Assim, é com base na destruição da autonomia dos cultivadores pobres livres que no início do século XIX o escravismo se converte de fato na relação dominante de produção na agricultura regional.

The transition to African slavery in American plantation colonies

Stuart B. Schwartz & Russel Menard Students of New World slave societies have tended to explain the generalized introduction of Africans by single factor explanations within specific regional contexts. "Free land", disease environment, work requirements of particular crops, or racial prejudice have all been used effectively, but all these explanations encounter significant exceptions, and many encourage somewhat ahistorical generalizations that tend toward a vision of the inevitability of African slavery. Larger, more generalized interpretations, which feature African slavery in the Americas as part of the development of merchant capitalism, make forced labor the logical outcome of that process, but do not adequately explain why coercion took the form of slavery, nor why Africans became the preferred laborers. While there are many historical analyses of the transition to African slavery in individual colonies — Brazil, Virginia,

Barbados, etc. — we hope in this paper to suggest that the two types of approaches can be combined by an examination of the Atlantic labor market and the constraints it presented to different colonial regimes. We understand the Atlantic labor market as a fragile and imperfect economic system in which variations in the composition of colonial labor forces can be seen in terms of supply and demand set within particular cultural, temporal, and geographic conditions. Realizing that labor markets are cultural artifacts, they do allow us, nevertheless, to look comparatively at the generalized trend of Africanization of the New World colonies.

The developers of European America had several labor options. They could depend on the labor of free workers, Indians, indentured servants, *degradados*, convicts, or colonial youths but such workers usually moved in small markets, circumscribed by geography and political divisions and characterized by sharp, unpredictable shifts in volume and price. When labor demand rose, these localized markets could not respond adequately and a new source of laborers was found. One result was often the complex, mixed nature of labor forces which might incorporate laborers of different legal conditions, ethnic or racial origins, and levels of skill or experience. The African slave trade offered the advantages of a broad geographical network, large supply, and the opportunity of cross-national trade. Increases in demand for labor or a diminished supply of workers such as the death of Indians due to conquest and disease should have moved planters and other colonists to seek to tap the Atlantic trade in Africans as a source and we should find this transition to Africans in periods of rapid colonial growth. We look at four cases: Brazil, Mexico, South Carolina, and Barbados. In each we examine the nature of the early labor force, the shifts in supply and demand, cultural and political constraints, and the timing of the transition. We argue that the Atlantic slave system was divided into discreet regional sectors in which individual empires sought autarchy, but that the African slave trade was part of a stable, large-scale international labor market that could overcome short-term problems and dislocations and that this made Africans the victims of choice for the rapidly expanding plantations of the Americas.

Os "Pobres do Açúcar": estrutura produtiva e relações de poder no mundo do açúcar (sécs. XVI-XVIII)

Vera Lucia Amaral Ferlini A dominação colonial requereu a concentração do poder nas mãos dos agentes da colonização, de forma a exercerem as funções necessárias para o cumprimento do próprio papel da Colônia. A organização fundiária da Colônia correspondeu à necessidade de manutenção das formas de domínio compatíveis com ao patrimonialismo vigente na Metrópole, condicionando a transferência da ordem estamental portuguesa, tendo por base as concessões de sesmarias a demarcar as estruturas de poder pela restrição das terras. A

política de concentração da propriedade da terra criou o latifúndio não apenas como forma específica e harmoniosa às determinações mercantis da colonização, mas como forma política de exclusão da população livre da posse da terra e do controle do poder local e dos direitos de ter vínculos com o Estado, sedimentando arraigada estrutura de privilégios.

Encarada dessa forma, a organização social colonial não tem por eixo definidor apenas a escravidão, mas a grande propriedade escravista. Grande propriedade, porque garantia a concentração do poder a reprodução da dominação metropolitana. Escravista, porque a reprodução da ordem social portuguesa deu-se dentro dos quadros da exploração mercantil, a requerer uma larga base de mão-de-obra destituída, somente possível, nas condições do Brasil, pela compulsoriedade do trabalho.

A estruturação manufatureira do engenho organizou trabalhadores dentro de atividades contínuas e seqüenciais, caracterizando rudimentar sistema de comando do trabalho pela produção, tendendo a dispensar o labor artesanal. Portentoso aparato de equipamentos e trabalhadores, permitiu a seus proprietários a subordinação das terras e dos lavradores. E quanto maior o engenho, menor a possibilidade de os plantadores se arvorarem em proprietários de engenhos.

O modelo de produção colonial baseado na grande propriedade monocultora e escravista açucareira consagrou o poderio dos senhores de engenho, impedindo o desenvolvimento de uma camada de pequenos e médios proprietários e estes, quando existiam, dependiam do grande proprietário para processar o açúcar ou compra da produção de subsistência. Os que não tinham recursos, nem arrendar terras podiam e tornavam-se agregados vivendo na grande propriedade e prestando serviço para os senhores. Eram elementos essenciais para a manutenção da dominação política, social dos senhores e também do seu domínio militar. Na prática, estruturavam núcleos fortes de poder local, formado pelos proprietários, mais seus familiares, seus agregados, seus escravos que resistem até o século XIX.

Para melhor configuração desses grupos intermediários da sociedade açucareira colonial, isto é, aqueles que mediavam entre senhores e escravos, os livres não proprietários, buscamos o aprofundamento do estudo sobre:

- * a organização social da colônia, seus referenciais e suas relações com o imaginário estamental europeu e a concretude da *plantation* escravista;
- * o universo econômico e social dos "pobres do açúcar", isto é, da massa de homens livres não-proprietários ou pequenos proprietários, que vivia nas regiões açucareiras: pequenos produtores de gêneros de subsistência, oficiais de açúcar, feitores, marceneiros, carpinteiros, etc;
- * os níveis de violência entre esses grupos e os de grande proprietários;
- * as suas formas de solidariedade, de arranjo social e de estratégias de lutas e sobrevivência.

"Ciclo" do Ouro e Urbanização

Nem tudo o que reluz vem do ouro

Caio C. Boschi Vincular a urbanização à economia mineradora tornou-se recorrência unanimemente aceita na historiografia sobre o Brasil Colonial.

Cumpra ressaltar, porém, que a essência do vínculo não tem sido suficientemente abordada. Muito do que se lê a respeito tem cunho impressionista, ou não resulta de trabalho de pesquisa mais vertical. Assim, certas singularidades da referida aproximação estariam reclamando investigações de maior fôlego.

Desde logo, seja lembrado que, para a realidade histórica cogitada, a exploração aurífera, se é força motriz da ocupação e da organização espaciais, não é ali a única atividade econômica de expressão.

Registre-se, por exemplo, uma intensa e variada atividade comercial, cujos primeiros momentos, com idêntico vigor, são concomitantes ao da extração mineral. É esse multifacetado comércio, ao lado do aparelho de Estado e de uma sociedade em gradativo processo de estratificação, que alimenta e dá vida aos núcleos urbanos setecentistas mineiros, preenchendo as funções básicas de uma efetiva *urbs*.

Por conseguinte, parece não se sustentar a interpretação concernente ao esboço da vida cidadina e ao advento de uma suposta diáspora populacional quando a produção aurífera entra em lento, mas irreversível declínio.

Recorde-se, ademais, que, embora escoando para os aglomerados urbanos e sendo deles ponto de referência, o ouro não se caracteriza como atividade da cidade. Além disso, ao se falar que o metal gera a formação de uma efetiva rede urbana na Capitania, não se queira entender que ele seja a garantia da sobrevivência desta, nem que como rede sejam compreendidos somente os núcleos urbanos que compunham as chamadas "cabeças" de comarcas; não é o estatuto político conferido pelo Estado (elevando arraiais à condição de vilas, por exemplo) que atesta a importância histórica daquelas aglomerações. Na verdade, o Estado absolutista português apresentando-se na região, à altura em que o corpo social já se mostra em ebulição, fez dos atos de criação das primeiras vilas, em 1711, marco simbólico de sua firme, e, a partir daí, ostensiva imposição na área em causa.

Há que se destacar, finalmente, que o fenômeno urbanístico em questão não se circunscreve à área mineradora, irradiando efeitos na emulação de centros urbanos de capitanias circunvizinhas, de que são exemplos, dentre outros, o Rio de Janeiro, São Paulo e Sorocaba.

Esses são alguns dos questionamentos atinentes ao tema proposto que se pretendem lançar para discussão.

"Ciclo" do ouro e urbanização — uma visão comparativa

João Antônio de Paula Trata-se de uma tentativa de estabelecer as características e as diferenças dos processos de urbanização implantados em Minas Gerais no século XVIII *vis-à-vis* às prevalentes na Nova Inglaterra no mesmo período:

1. Características do processo de colonização nas Américas — a América Portuguesa, as Índias de Castela e a Nova Inglaterra.
2. A urbanização na Nova Inglaterra no século XVIII — as contradições da opção agrária: Jefferson x Hamilton.
3. A urbanização em Minas Gerais no século XVIII — a imposição do Estado e a vitória do grande capital mercantil.
4. Balanço dos processos de urbanização nas Américas no século XVIII.

Mercantilização, Decadência e Dominância

Ronaldo Marcos dos Santos Pretendemos discutir duas idéias presentes no processo de aprofundamento da divisão social do trabalho provocado pelo advento da atividade mineradora das Gerais nos séculos XVIII e XIX.

A primeira delas, presente na obra de Celso Furtado, diz respeito aos circuitos mercantis que se formaram para o abastecimento dos mineradores: seu surgimento, auge e, quando da atrofia da atividade central a partir do meado do século XVIII, sua decadência ou persistência. Utilizar-nos-emos da comparação com a atividade mineradora de Potosí, para mostrar as diferenças de tipos de articulação ao Capitalismo mundial e suas conseqüências. No caso da mineração espanhola, anterior à Revolução Industrial britânica, a queda na atividade provocou a atrofia total nos circuitos mercantis, ao passo que no caso das Gerais, cuja decadência se dá em plena Revolução Industrial, tal atrofia não acontece.

A segunda idéia diz respeito aos tipos de urbanização dentro da própria área de colonização lusitana: faremos a comparação entre Ouro Preto e Rio de Janeiro. O fato da primeira se dar sob as determinações do sistema colonial implicou em um domínio do rural sobre o urbano, enquanto que no caso fluminense, ao contrário, implicou em dominação do urbano sobre o rural.

Pecuária e Culturas de Subsistência

Agricultura de alimentos, pecuária e recursos naturais no Brasil-Colônia

Francisco Carlos Teixeira da Silva Uma das grandes dificuldades da análise historiográfica da pecuária colonial reside em não se romper com o nível meramente descritivo em favor de uma análise sistêmica integrada. Enquanto a grande produção mercantilizada já mereceu um tratamento conceitual adequado, desde o funcionamento da empresa escravista até a racionalidade do sistema no âmbito de uma economia política, a pecuária permanece um elemento "externo" à dinâmica da economia colonial. Mesmo a produção de alimentos já foi descrita e analisada no âmbito da economia colonial como um sub-sistema integrado, embora com uma racionalidade própria. A íntima relação entre agricultura de alimentos e pecuária, entretanto, não foi problematizada. A partir do vínculo estrutural básico entre escravismo e pecuária, há muito comprovado por L. Mott, bem como através da disputa pelos mesmos recursos naturais, criam-se as condições para uma análise integrada.

A comprovação das relações escravistas na produção de alimentos e sua conseqüente integração numa racionalidade maior serve como ponto de

partida para uma análise similar da pecuária. Caracterizada pelo trabalho escravo em um baixo patamar, como nas fazendas de gado, a pequena produção de alimentos apresentava mecanismos próprios de funcionamento e uma extrema resistência aos fatores adversos e desestruturantes. Numa mostra para o Recôncavo da Bahia, em meados do século XVIII, localizamos 786 "roceiros", com 1.348 escravos, plantando 3.800.000 covas de mandioca, com uma produção de 3.327 alqueires por safra. Destes roceiros 17% não possuíam qualquer escravo, declarando trabalhar com a própria família, enquanto 18% possuíam mais de 10 escravos. A grande massa da produção ficava, entretanto, num estrato em que o "tamanho da posse de escravos" estava em 1-2, com 34% e 3-5, com 31,7%. Vemos, assim, um *degradê social*, indo da pequena produção familiar até o escravismo de tipo colonial clássico. Definia-se, ainda, em uma via média, uma "pequena produção escravista", com o uso permanente do trabalho escravo e, simultaneamente, o recurso estrutural ao trabalho familiar. Vinculava-se ao mercado através das duas pontas da relação com o capital comercial: (i.) através do preço do escravo — elemento regulador do fator "tamanho da posse de escravos", conformador e limite do caráter pequeno escravista da produção de alimentos. Ao mesmo tempo, definia, conforme o critério de penalização, a utilização do próprio trabalho no interior da unidade, ao reger a combinação do uso do trabalho escravo + trabalho livre (ii.) através dos mecanismos de preço do seu gênero, a mandioca, que tabelada — a "taxa" — pelo Conselho Ultramarino, garantia a transferência de renda do setor roceiro em favor de todos que compareciam ao mercado como compradores de alimentos e, ao mesmo tempo, praticavam preços livres — negreiros, plantadores de cana e tabaco, funcionários da Coroa.

É sob este ângulo que importa incorporar a pecuária ao âmbito do sistema integrado "grande produção mercantil > produção de alimentos". Neste sentido a política do Conselho Ultramarino surge, através do parecer que ordena, em 18.06.1691, a retirada do gado para 3 até 10 léguas do litoral (DHBN, v.XXXIII), como elemento viabilizador de uma disposição dos recursos naturais da Colônia, nas condições técnicas então existentes. Consolida-se, assim, uma organização em áreas especializadas, favorecendo o transporte e embarque dos gêneros principais e impondo um sistema de pastos, invernadas e feiras para a pecuária. Ao mesmo tempo, por medidas similares do Conselho Ultramarino, se limita a detrubada dos "sertões" — as reservas florestais no interior do engenho — e das matas nativas, reforçando a expulsão do gado via a limitação da extensão dos pastos. A manutenção de matas e sertões tornava-se fundamental para a reprodução do sistema ao se constituir em fonte única de energia para a fornalha do engenho, a casa de farinha e o forno das olarias. Simultaneamente, garantia a reprodução, por extensão, da fronteira agrícola, nos limites técnicos permitidos pelos meios de

transporte de então. Reforçava-se, assim, os ganhos diferenciais de localização que favoreciam a grande produção mercantil. Pouco importava a disponibilidade de terras face aos custos elevados e ao risco envolvido nos transportes. Assim, a pecuária deveria compor o último "círculo" e, ao mesmo tempo, aliviar a pressão sobre os recursos naturais disponíveis.

Período Colonial: pecuária e culturas de subsistências

Manoel Correia de Andrade A apropriação da terra no período colonial foi iniciada a partir de 1530, com a implantação de uma política de povoamento e com a divisão do território em capitânias hereditárias. Para associar colonos que fossem católicos e dispusessem de recursos, o rei de Portugal autorizou os donatários a fazerem doações de terras dentro do sistema de sesmarias, já utilizado em Portugal (terras conquistadas aos mouros) e nas ilhas do Atlântico. A sesmaria concedia ao seu titular a posse — e não o domínio — da terra, mas serviu de ponto de partida para a implantação do latifúndio no Brasil.

Com o povoamento, os colonizadores trouxeram para o Brasil mudas de plantas cultivadas na Europa, na África, nas Índias e na Oceania, a fim de iniciarem uma agricultura com alto investimento de capital e com produção voltada para o mercado europeu. Utilizaram também plantas autóctones já conhecidas e cultivadas pelos indígenas, tanto para a exportação de seus produtos como para o uso interno. Dos produtos cultivados, o que ganhou mais importância desde os primeiros anos foi a cana-de-açúcar, difundida em todos os pontos povoados do território, embora fosse mais importante em Pernambuco e na Bahia. Só no século XVIII, devido à Revolução Industrial, é que uma planta originária da América, o algodão, ganhou importância e passou a concorrer com a cana-de-açúcar nas principais capitânias do Nordeste.

A cana-de-açúcar desenvolveu-se sobretudo na porção litorânea, provocando a necessidade de desenvolvimento da pecuária, a fim de que os núcleos povoados pudessem se abastecer de carne, couro e animais de trabalho; e, como os animais se auto-transportavam, poderiam ser criados a grande distância do litoral, provocando o povoamento do sertão nordestino, a partir do século XVI, em função do mercado das áreas açucareiras.

Além da área pecuarista do sertão nordestino, surgiria, no período colonial, a área de pecuária da Campanha Gaúcha, em função da pecuária implantada no Paraguai pelos jesuítas. No território missionário havia, nos séculos XVII e XVIII, expressivos rebanhos. Os pecuaristas nordestinos, à procura de pastos e atraídos pela implantação das áreas de mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, disseminaram os currais para o Oeste e se aproximaram das áreas dominadas pelos criadores gaúchos, que se expandiam em direção a São Paulo. Desta região meridional, é que provinham os muare e bovinos

necessários à área mineradora, dando origem a grandes feiras de animais, como a de Sorocaba. A pecuária foi, assim, uma atividade econômica que contribuiu para a expansão do povoamento e do território brasileiro, como precursores de outras atividades econômicas.

Por sua vez, a agricultura de subsistência esteve sempre presente, durante o período colonial, em toda a porção povoada do território da Colônia, de vez que ela era indispensável à subsistência da população que se dedicava à agricultura de exportação, ao comércio e às demais atividades rurais e urbanas. Daí terem os colonizadores, desde o século XVI, se habituado a consumir produtos da terra, como a farinha de mandioca, o milho, a batata, as frutas tropicais, e até produtos importados da África — como o inhame, o cará, o sorgo — ou da Ásia — a banana, a manga — e da Oceania — a fruta-pão. As culturas de subsistência eram feitas, em geral, por pessoas pobres — escravos, agregados, pequenos rendeiros, posseiros, etc. — visando tanto o auto-abastecimento como a venda de excedentes. Naturalmente, elas tiveram maior expansão nas capitânias e áreas menos densamente povoadas e, naquelas em que a agricultura de exportação mais se desenvolveu, elas sempre estiveram em segundo plano.

Fazendo-se uma comparação entre a principal cultura de exportação — a cana-de-açúcar — e a principal cultura de subsistência — a mandioca — vê-se como a primeira teve o seu processo de industrialização constantemente aperfeiçoado e modernizado — desde o engenho a tração animal até a moderna usina — enquanto que os processos rudimentares da industrialização da mandioca subsistiram até o século XX.

É conveniente analisar-se o sistema de seleção entre as formas de exploração e utilização da terra nas várias culturas, e o destino da produção, para se caminhar para uma análise aprofundada do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira.

A pecuária e a produção de alimentos na colônia

Maria Yedda Leite Linhares Partindo do quadro teórico-conceitual construído e desenvolvido por João Luís R. Fragoso¹, aborda-se a pecuária e a produção de alimentos na Colônia com a seguinte hipótese central: a economia aqui engendrada nos primeiros séculos, baseada na agricultura extensiva, tinha sua reprodução dependente da presença de três elementos cuja oferta deveria ser elástica — isto é, terras, homens e alimentos. A existência da fronteira agrícola aberta, apesar da persistente resistência das populações indígenas, combinavam-se o tráfico atlântico, inesgotável supridor de escravos africanos, e a produção de alimentos em escala crescente.

De tal combinação de fatores resultava que "a economia colonial se reiterasse mediante um baixo custo monetário"² e se recriassem seus sistemas

agrário-escravistas na fronteira em expansão. Daí a revisão que se impõe de certas noções amplamente difundidas na historiografia brasileira, com fortes traços ideológicos, quanto à *vocação* do índio pelo trabalho pastoril, à predominância do regime de trabalho livre nas fazendas do sertão e da *retaguarda* do litoral agro-exportador, etc. Pesquisas recentes, sobretudo a partir de Luís Mott, tem concorrido para desmistificar tais versões³.

O quadro apontado, para ser bem explicitado, longe está de ser conclusivo no estado atual dos levantamentos empíricos. É fundamental reiterar recomendação já formulada anteriormente, no sentido de aprofundar as análises demográficas, as pesquisas regionalizadas, alinhando fragmentos de fontes e "inventando" outras, para assim reconstruir a história agrária bem fundamentada e de escassa popularidade entre nossos historiadores, rever velhos esquemas e reavaliar velhas fontes, rejuvenescendo-as⁴.

Nesta comunicação pretende-se abordar a penetração e o apossamento da terra, sobretudo a partir de meados do século XVII, quando se deu de fato o primeiro grande movimento de ocupação do interior do País, tendo o gado — "esse produto que se move", inclusive por maus caminhos, como instrumento fundamental dessa marcha conduzida por alagoanos e sergipanos, rio São Francisco acima, e por paulistas, em busca do Agreste, daí resultando a ocupação e partilha do sertão em grandes e sucessivos latifúndios⁵. O avanço dos currais se faz acompanhar pelo extermínio dos índios.

Retoma-se, aqui, nas suas linhas mestras os traços apontados por Francisco Carlos T. da Silva quanto aos pontos de irradiação dessa grande marcha para o interior: de São Vicente em direção aos campos de Curitiba, da Bahia, em dois momentos, o primeiro, ainda no século XVI em direção ao Ceará e o segundo, pelo São Francisco, em direção ao Centro (Tocantins e Araguaia); e, finalmente, de Pernambuco para a ocupação do Agreste e do Piauí.

Com vistas ao enriquecimento da problemática e o aprofundamento da pesquisa, aponta-se para a possibilidade de alargar as pesquisas sobre o século XVIII, até o período imediatamente anterior à independência de 1822, em Minas Gerais (então em fase de extraordinária expansão sócio-econômica, apesar do esgotamento da extração aurífera), em São Paulo e na Região Sul, três grandes centros de expansão da pecuária e do mercado interno, com evolução bem mais dinâmica no século XIX do que a que ocorrerá nos sertões nordestinos, regiões estas pioneiras que foram de grande atividade criatória, magnificamente descritas e idealizadas por dois gigantes da inteligência brasileira, Capistrano de Abreu e Euclides da Cunha⁶.

Notas

³FRAGOSO, João Luís Ribeiro, "Homens de grossa aventura; acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830". Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1992, 324 pp.

³ *Idem*, pp. 308/309.

³ MOTT, Luiz R. B., "Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial", *Revista de Antropologia*, vol. XXII, S. Paulo, 1979, E, ainda, "Fazendas de Gado do Piauí (1697-1762)", *Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História — 1975*, São Paulo, 1976. "Subsídios à História do pequeno comércio no Brasil", *Separata da Revista de História*, número 105, S. Paulo, 1976.

⁴ LINHARES, Maria Yedda L., "Subsistência e Sistemas Agrários na Colônia: uma discussão", *Estudos Econômicos*, USP, Vol. 13, Número Especial, 1983, pp. 745-762.

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira, "Conquista e Colonização da América Portuguesa, o Brasil Colônia — 1500/1750", in *História Geral do Brasil*, Org. Maria Yedda L. Linhares, editora Campus, Rio de Janeiro 1990.

⁶ Trata-se de reavaliar e revalorizar trabalhos clássicos como por exemplo: Santos Filho, Licurgo, "Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo", Companhia Editora Nacional, S.P. 1956; Wanderley Pinho, "História de um Engenho do recôncavo", Zélio Valverde, R. J. 1946; Nunes, Odilon, "Os Primeiros Currais, Geografia e História do Piauí Seiscentista", Companhia Editora do Piauí, 1957.

Ofícios, Manufaturas e Comércio Interno

O interior da estrutura

José Roberto do Amaral Lapa Na história econômica do Brasil colonial, a circulação e distribuição, interna e externa, dos seus produtos, e dos que atendem o seu consumo, quer aquela atrelada aos mercados externos, quer quando se efetiva independente daquele circuito, não têm sido privilegiadas como objetivo de estudo, o que não deixa de causar certa estranheza, desde que se supõe que é então nos processos de troca e compra e venda, que ocorre parte substantiva da acumulação, para não falarmos na mobilização de recursos que exigem, na força de trabalho que alocam, na cancha empresarial que exercitam, cobrindo uma extensão geográfica considerável, dadas as nossas dimensões continentais e a precariedade dos meios de transporte em aquele período considerado. Isso, para não falarmos das dimensões sociais e culturais do seu movimento, que envolve fatalmente o intercuro com culturas regionais diferentes, o que significa expectativas e comportamentos sociais diversos.

No que diz respeito ao comércio interno, questões como a da economia de subsistência e o abastecimento têm sido ultimamente contempladas com estudos vigorosos, não obstante detenham-se mais na esfera da produção.

Assim, não é todo fora de propósito tentar propor estudos que ao lado do que já há disponível em termos particularmente dos agentes fundamentais desses processos — os comerciantes — procurem também conhecer a sua organização, circuitos, mecanismos e estratégias de atuação.

A vinculação do capital acumulado naquelas esferas com o capital agrícola e com a quase ausência do capital que se liga a setores manufatureiros, o processo de trabalho e a natureza da força de trabalho neles empregada, os equipamentos que as viabilizaram e as benfeitorias que sediam, a sua estrutura e organização, as relações com o Estado e a sociedade, são alguns dos temas que reclamam tratamento. Mas, com certeza, haverá outros provocados pelo avanço que se conferir às pesquisas.

Não é a primeira vez que nos referimos à cobertura desse espaço em nossa história econômica, e na verdade, o que esta comunicação pretende, não é outra coisa senão retomar essa perspectiva, num momento em que a história econômica perde explícito terreno para a história social e cultural.

Até que ponto há uma relativa autonomia e certa dinâmica nesse sistema interno de trocas, que acaba por unir em sua teia toda a Colônia, escambando produtos naturais (extrativismo) e agrícolas (subsistência), semi-manufaturados e industrializados, da Colônia e do exterior, exigindo sistemas outros de caminhos e meios de transporte, exercitando a unidade colonial, percorrendo o litoral e atravessando sertões, matas, serras e vales.

Economia vicinal, regional, inter-capitanias e inter-Estados (Estado do Grão-Pará e Maranhão e Estado do Brasil), comércio de fronteira com a América Hispânica, sujeito às conjunturas de expansão e crise, necessitando de certo grau de organização, financiamento e retenção e/ou distribuição da renda, articulando produtores com mercadores, unidades de produção com firmas que atuam no mercado urbano, o Estado com o consumidor na luta contra os atravessadores, são assuntos sobre os quais pretendemos refletir.

Ofícios, manufaturas e comércio interno

Leila Mezan Algranti Em sociedades escravistas como as que se desenvolveram na América a partir do século XVI, os escravos desempenharam um papel fundamental constituindo-se em presença marcante tanto no campo, como nas cidades, a ponto do escravismo dominar as relações de produção e constituir-se na estrutura fundamental dessas sociedades. Vistos sob esse prisma, cidade e campo interagem num sistema único não podendo ser separados. Não poderíamos ter escravismo no campo, e trabalho livre na cidade. A forma preponderante de exploração da força de trabalho em ambos os espaços era conseqüentemente, a escravidão. Entretanto, a instituição que se desenvolveu nas cidades diferia em aspectos importantes daquela do mundo rural. Embora se tratasse do mesmo fenômeno e mantivesse os princípios básicos, o sistema

compulsório de trabalho precisou ser adaptado às características e necessidades próprias da cidade.

A economia urbana exigia uma grande número de trabalhadores que supriam a demanda de mão de obra causada pelo crescimento e desenvolvimento das cidades. Ocupados em serviços especializados ou não, tanto na esfera pública como na privada, escravos e libertos dividiam não apenas o estigma da raça e a segregação social, mas também as ocupações ditas mecânicas. Além do contingente de escravos domésticos, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, carregadores, alfaiates, eram dentre outros, ofícios desenvolvidos pelos cativos e libertos. Eles estavam presentes também nas indústrias e nos serviços públicos.

Uma das formas de trabalho escravo específica das cidades, foi o "sistema de ganho". Parte dos escravos envolvidos nas atividades urbanas viviam ao "ganho", distantes do controle de seus senhores e recebendo contrapartida em dinheiro pelos serviços prestados.

O estudo a ser apresentado analisará os ofícios desenvolvidos pelos escravos na cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX — momento de crescimento e desenvolvimento da cidade — e centrará a discussão no "sistema de ganho" enquanto relação escravista variante, porém, constitutiva do escravismo. Outras interpretações sobre o "sistema de ganho" presentes na historiografia serão consideradas a fim de ampliar a discussão sobre a natureza do escravismo nas cidades. O trabalho sustenta que, a pesar do "sistema de ganho" minar paulatinamente o escravismo, os escravos envolvidos nos ofícios mecânicos continuavam a manter relações tipicamente escravistas com seus senhores.

Ofícios, manufaturas e comércio

Maria Helena Ochi Flexor Durante o período colonial as atividades artesanais de cada cidade ou vila, e seu termo, eram exercidas pelos chamados oficiais mecânicos. Algumas ocupações eram exercidas exclusivamente por brancos, outras exclusivamente por negros e outras, ainda, indistintamente por brancos e negros livres ou escravos.

Com base em documentação primária dos Arquivos Municipais (e devido escassa bibliografia sobre o assunto) tenta-se estabelecer a estrutura organizacional dos ofícios mecânicos quanto aos tipos de ofícios, as eleições de dirigentes, condições para o exercício de profissão, condições e regulamentação de trabalho, número de artífices, "status social", arruações, etc.

Focalizam-se os ofícios mecânicos em Salvador, sede do Vice-Reinado, principal e mais importante cidade da Colônia, até 1763 em contraposição as cidades e vilas mais atrasadas (na época) como as das então capitânias de São Paulo e de Porto-Seguro.

Entre outros aspectos procura-se, ainda, mostrar como foram instituídos e desativados o Juiz do Povo e Mesteres da cidades privilegiada de Salvador, Bahia de Todos os Santos, e sua inexistência em outras localidades; a importância de suas atividades dentro da economia, da sociedade e mesmo da vida religiosa nos limites administrativos das municipalidades; o aparecimento e desaparecimento de atividades de acordo com as necessidades da comunidade ou imposições da Metrópole (oleiros, pedreiros, cabeleireiros, ourives do ouro e da prata, por exemplo); sua conceituação no meio em que exerciam suas atividades (ociosos e vagabundos urbanos), etc.

La ciudad de Valladolid y su entorno agropecuario: Algunas formas de abasto al mercado urbano, 1793-1800

Jorge Silva Riquer & Maria José Garrido Asperó Para conocer el crecimiento económico de una ciudad, es indispensable analizar varios elementos que en conjunto forman los datos que nos permiten asegurar la presencia de un movimiento económico al alza, de estancamiento o de caída. Sin pretender llegar a realizar este análisis, presentamos el estudio sobre algunos de esos factores que nos permiten conocer mejor el comportamiento mercantil de una ciudad mexicana a fines del periodo colonial. Este trabajo parte de la necesidad de realizar el estudio de la población y de la actividad mercantil como partes indispensables para cualquier análisis sobre el mercado urbano.

El conocimiento del número de la población asentada en la ciudad de Valladolid (hoy Morelia) nos posibilita mejores elementos para explicar los flujos y los valores por ramo de las mercancías introducidas a la ciudad entre 1793 y 1805 y, particularmente, la integración de esta con su entorno productor a través del estudio de los libros del viento para 1793 y 1800.

El nivel de integración del mercado urbano con el espacio productor distribuidor que nos interesa resaltar es el intrarregional. En este nivel, el abasto al centro de consumo está marcado fundamentalmente por las mercancías de mayor demanda entre la población urbana, principalmente productos agropecuarios perecederos que no sea en los huertos que tenían las familias citadinas.

El trabajo se inserta necesariamente en la discusión sostenida hoy en día sobre el crecimiento, o no, de la economía colonial a fines del siglo XVIII. Sin intentar resolver este problema, nuestro interés y principal objetivo es estudiar en términos microregionales el comportamiento de ciertas ciudades que mantuvieron un crecimiento de algunos factores, como el de la población y el comercial, en este caso.

Comércio Colonial e Exclusivo Metropolitano

Exploração colonial e capital mercantil

José Jobson de Andrade Arruda A temática da exploração colonial é sempre atual. Seja no quadro historiográfico que sobreleva a totalidade, que busca as articulações e mediações, seja no contexto dos símbolos, das mitologias, em suma, do imaginário. Jamais poderíamos descartar a idéia de que fomos ou somos, de alguma forma explorados. Esta idéia jaz em nós que vivemos um ponto determinado na escala histórica dos povos que um dia foram Colônias. Não adentraremos o universo das representações envolvidas no jogo da condição colonial e suas implicações. Sem desconsiderar a sua importância, retomaremos a questão a partir do jogo duro dos números e do seu significado transparente, desde que remetido às condições mais gerais de sua própria produção, isto é, às determinações mais amplas engendradas pela específica natureza do capital mercantil.

Assim, não é observando o capital mercantil em relação ao *seu devir* (o capital industrial), mas em função do *seu ser*, que se poderá equacionar historicamente, neste momento determinado, o significado da colônia e do próprio sistema colonial no processo de constituição histórica do capitalismo,

êmulos do capital mercantil é a sua resistência a penetrar viceralmente na produção, e não sua tendência incontida a dela assenhorear-se. Se pudesse simplesmente combinar (do lado de fora) as formas várias de produção pré-existentes, sua meta seria atingida, como magistralmente apontou Mantoux, ao definir o papel dos comerciantes manufatureiros. Isto explica a natureza conservadora, não-revolucionária do capital mercantil. Foi somente, e tão somente, quando as oportunidades de lucro pelo rápido giro mercantil declinaram, que se fundiram o capital mercantil e a produção, e isto significava imobilização em capital fixo, enrijecimento, perda substancial de versatilidade, que sempre fora sua marca indelével. Nessa fase heróica, as colônias jogavam um papel decisivo, pois exatamente aí, no mundo das colônias, realizavam-se altos lucros, com pequena imobilização de capital, seja do Estado, seja da burguesia mercantil, metropolitana. O ônus deste expropriação recaía sobre os "homens coloniais". Essa era a força e a fraqueza do capital mercantil, sua magna contradição, pois gestavam-se, incontroláveis, as chamadas de autonomização colonial.

Em suma, os investimentos comerciais nas colônias, integrados no circuito do capital mercantil e entredados dos liames da política mercantilista, contribuíram substancial e estrategicamente para o crescimento econômico da Europa Ocidental, porque abriram novos espaços para investimentos, essenciais à afirmação do capitalismo como sistema econômico hegemônico.

Comércio colonial e exclusivo metropolitano

Francisco José Calazans Falcon O "Exclusivo Metropolitano" tem no "Comércio Colonial" não somente sua outra face mas a própria condição de possibilidade de sua existência, enquanto elementos constitutivos essenciais que são ambos do Antigo Sistema Colonial.

Entre os dois termos da relação proposta ao debate — o Comércio Colonial e o Exclusivo Metropolitano — existe, no entanto, uma diferença a qual denominaremos, provisoriamente, de: "desequilíbrio". Pensamos, com efeito, que o termo intitulado "comércio colonial" somente em parte comparece, ou está contido, naquela relação; em outras palavras: o Comércio Colonial como um todo é mais amplo, mais abrangente, e excede assim de certa maneira à referida "relação".

Podemos partir da constatação de que o Comércio Colonial, enquanto objeto histórico, não se esgota ou tampouco se contém no âmbito das relações mercantis tipo Colônia-Metrópole. Uma quase obviedade, de certo, mas nem por isso muito levada na sua devida conta nos estudos de história econômica e social do Brasil Colônia. Em consequência de um certo reducionismo, compreensível, inclusive, segundo perspectivas macro-econômicas, apenas em anos recentes vem emergindo o interesse pelo Comércio Colonial consi-

derado também como uma das dimensões "internas" da sociedade colonial. Na verdade, a realidade e importância dessa face "intra-colonial" do Comércio Colonial em geral foi por muito tempo ofuscada pelo brilho das grandes interpretações globalizantes acerca da existência colonial. Tais interpretações, basicamente orientadas para o peso esmagador da grande lavoura no contexto colonial, reduziram este praticamente à dicotomia "senhores x escravos", minimizando a importância dos núcleos urbanos, reduzidos assim ao papel de "charneiras mercantis e administrativas", quer dizer, "habitat" por excelência dos "reinos" e lugar da presença dos "senhores de terras e homens".

O processo de lento reconhecimento, pela historiografia, da existência de outros grupos ou segmentos sociais na Colônia, cuja importância relativa tem sido tornada mais e mais evidente — os homens livres e pobres, os artesãos e pequenos comerciantes, os libertos, etc., marchou de par com estudos monográficos ou globais acerca da subsistência, nas áreas rurais, do abastecimento, nos núcleos urbanos, dando origem a um amplo leque de polêmicas ainda em curso.

Não tendo qualquer intenção, nem sobretudo a pretensão, de nos engajarmos em tais polêmicas, tentaremos unicamente situar algumas questões que julgamos importantes a respeito das relações entre aquele comércio (intra) colonial, a vida urbana e a sociedade colonial.

Em síntese, focalizaremos as linhas mestras do Exclusivo Metropolitano (Mercantilismo e Antigo Sistema Colonial) e do Comércio Colonial considerado de duas maneiras, ou segundo dois tipos: o exportador/importador, vinculado ao Exclusivo, e o "colonial", no sentido de "interior", local, regional ou inter-regional. Envolvendo as relações cidade-campo e as trocas típicas das atividades urbanas, a importância cada vez maior desse "comércio" durante o período colonial, conforme estudos recentes, permite uma reavaliação da própria sociedade — sua estrutura e dinâmica — em termos de ações, comportamentos, conflitos e mentalidades.

Os holandeses no comércio colonial e a conquista do Brasil, 1540-1635

Pedro Puntoni O comércio colonial holandês no Brasil sofreu grandes transformações nas primeiras décadas do século XVII, que resultaram da formação de uma Companhia de Comércio orientada para as colônias do Ocidente (1621), tal como aquela que se fundara objetivando conquistar as redes comerciais com a Índia (1602). Os holandeses, importantes agentes da intermediação do comércio colonial do açúcar das capitâneas do Nordeste brasileiro, cumpriam a função central do transporte: subordinados, no entanto, ao controle do monopólio do comércio, que era garantido aos súditos da coroa portuguesa.

A Unificação Ibérica, ao motivar políticas restritivas a presença dos

comerciantes holandeses nas colônias portuguesas, tem tradicionalmente explicado a fundação da Companhia das Índias Ocidentais (1621) e a decisão de atacar a região produtora de açúcar no Brasil. No entanto, são antes transformações internas à própria jovem República Holandesa que explicam as mudanças importantes que ocorreram nos padrões que se mantinham desde o século XVI. De fato, não foram apenas os empecilhos ao comércio, colocados pela monarquia espanhola, que motivaram os holandeses a fundar a Companhia, e tampouco foram apenas os impulsos religiosos e patrióticos contra o rei de Espanha. Neste ambiente estavam articulados os concretos interesses de grupos de comerciantes envolvidos numa disputa pelo controle do comércio colonial. A disputa que resultara na fundação da Companhia fazia-se antes na própria Holanda: seus móveis eram internos.

Desta maneira, o estudo das transformações nos padrões do comércio colonial holandês nos permite melhor compreender as expedições de conquista da região produtora de açúcar no Brasil (Bahia, 1625 e Pernambuco, 1630). O episódio, que prossegue com seus desdobramentos na costa da África, ilumina, ainda, o desenho geográfico das redes comerciais e, portanto, do sistema colonial.

O preço da fidelidade à monarquia hispânica ou o comércio colonial dos Países Baixos Espanhóis (1585-1713)

Eddy Stols Henri Pirenne ligava a crise e a decadência dos Países Baixos meridionais no século XVII ao domínio espanhol, ao fechamento do rio Escalda, aos embargos nos portos peninsulares e à exclusão do comércio colonial ibero-americano. Sustentava esta visão pessimista do século de Rubens mais por razões ideológicas e políticas (liberalismo anti-espanhol e adesão ao colonialismo belga) do que por evidência de pesquisas. Se Fernand Braudel pelo contrário reconhecia a importância do comércio flamengo em Sevilha e Lisboa apenas como intermediário a benefício dos rebeldes holandeses, já Pierre Chaunu atribuiu a origem e consolidação dos Países Baixos Espanhóis (meridionais) como entidade separada ou seja da atual Bélgica ao fluxo quase ininterrupto de dinheiro americano em procedência de Sevilha, se bem que Van Dillen de seu lado já tinha anteriormente relacionado o êxito dos rebeldes e a constituição de uma economia próspera à idêntica prata americana obtida através de contrabando e ataques à frota. Contra essa visão simplista vários historiadores procuraram diminuir o impacto das riquezas coloniais na economia tanto do Sul como do Norte do Países Baixos.

Insistindo demais neste dinheiro fácil dos asientos e do contrabando, arrisca-se escamotear a capacidade de rápida recuperação das províncias meridionais a partir de um conjunto de trunfos próprios. Apesar da famige-

rada fuga de cérebros e de capital mercantil para o norte e outros novos empórios, as províncias meridionais rearticularam uma economia bastante sofisticada, mais diversificada que antes da crise da Antuérpia e melhor alicerçada nas várias camadas da sociedade flamenga. Entre estes triunfos encontra-se uma utilização mais sutil das riquezas coloniais. A queda da Antuérpia em 1585 teve menor impacto do que se pretende geralmente, já que seu monopólio se estava esgotando desde vários decênios anteriores e que muitos mercadores já tinham estabelecido uma rede comercial extensa e autónoma, com ênfase na Península Ibérica, em Lisboa e Sevilha, mas também nas ilhas Atlânticas, no México, no Peru, nas costas brasileiras em Goa, como aliás também na Itália em Veneza ou na França em Ruão. Cabe insistir na presença desde os anos 1550 e ao lado de pequenos e grandes comerciantes de muitos artesãos, marinheiros, militares, artistas e até eclesiásticos, como expressão e alicerce de uma economia de intercâmbio bastante diversificada entre Países Baixos e o Mundo Ibérico.

Esta lenta e progressiva penetração, ou melhor penetração acomodada ao monopólio colonial luso-espanhol, que não servia tanto de quinta coluna aos rebeldes holandeses, devia render bons dividendos às províncias meridionais, tão logo as armas e a perspicácia espanholas com as vitórias de Farnese e Spínola e a cessão da soberania aos Arquiduques Alberto e Isabela souberam recriar ali um espaço de fidelidade à coroa hispânica junto com uma economia viável. Tanto quanto a prata americana e a economia de guerra foram os produtos americanos (açúcar brasileiro, madeiras, couros, pedras preciosas) e o mercado colonial (têxteis, armas, livros, pinturas) que estimularam uma invulgar diversificação industrial dentro de uma reorganização da agricultura e a reconstrução do património arquitectural. Esta economia respirava por todos lados. A nova prosperidade se repartiu razoavelmente por todas as camadas da sociedade, corporações, clero e nobreza, que mantiveram um certo equilíbrio no exercício do poder e sofreram menos da oligarquização do que na Holanda. As revoltas foram insignificantes e não se procurou mais a integração às Províncias Unidas ou à França. Este apaziguamento resultou também de uma Contra-Reforma bastante sensível às necessidades económicas desta nova sociedade católica. Sobretudo os jesuitas souberam reconciliar comércio colonial com abnegação missionária.

Este outro modelo de modernização económica através de um comércio colonial diferente da violência holandesa encontrou entretanto seus limites a partir da segunda metade do século em parte pelas contradições internas entre aspirações a nobreza e senhoria e comércio mas sobretudo pelas incursões guerreiras dos vizinhos franceses e holandeses e pelas amputações do Brabante setentrional, (Breda e Bolduque) de Maastricht e da Flandres francesa (Lille e Dunquerque) como também da Artésia (Arras) e da Franche-Comté. A perda destes territórios vitais inviabilizou o desenvolvimento de uma econo-

mia e uma sociedade moderna e equilibrada com vínculos coloniais e bastante integradas ao Mundo Ibérico pela cultura e religião. As conseqüências deste malogro pesaram bastante na estagnação do Mundo Ibérico.

Origens da Economia Nacional

A construção dos estados nacionais na América Latina — apontamentos para o estudo do caso brasileiro

István Jancsó — A dissolução dos impérios coloniais ibéricos, dimensão particular da crise geral do Antigo Regime, não foi um processo linear, assim como não o foi o da constituição dos Estados nacionais latino-americanos e, em particular, do brasileiro. Essa crise profunda assumiu, no universo colonial americano, um caráter freqüentemente errático, de avanços e recuos que se desdobraram numa extraordinária diversidade de soluções políticas de maior ou menor duração e profundidade, de variada permanência. Por outro lado, é perfeitamente possível encontrar, no interior de situações plurais, certos denominadores comuns que acabam por prevalecer, persistências do essencial a se preservarem na complexa variedade das circunstâncias históricas. E isso porque a crise do Antigo Sistema Colonial, dimensão orgânica da crise maior do Antigo Regime resulta, no plano político, na constituição de modelos políticos que retornam ao epicentro das transformações em curso na Europa e, contraditoriamente, interferem nos seus desdobramentos futuros.

A integração orgânica do universo colonial ibero-americano e, em parti-

cular, do brasileiro, na lógica geral do Antigo Regime, não significa a configuração plena dos mecanismos sociais, políticos e econômicos de matriz européia da crise nas diversas e variadas situações coloniais, mas, pelo contrário, resulta, na maior parte das vezes, na adequação, aí, de instrumentos arcaizantes de administração e controle político que tenderam a desenvolver uma lógica própria. Não é por acaso que aí se constituiu um amplo leque de alternativas de reordenamento político, variando da supressão das hegemonias de classe constituídas durante a vigência do estatuto colonial, mediante a instauração da independência política com adoção do regime republicano (caso do Haiti), até aquele que, através do reordenamento dos vínculos coloniais, encontrou na manutenção destes vínculos a solução para a preservação da hegemonia de classe constituída durante a plena vigência do Antigo Sistema Colonial (caso de Cuba).

As diversas alternativas de ordenamento político institucional no interior da crise apontam, com exceção do Haiti, para a prevalência de soluções conservadoras no plano social, em contradição com aquelas emergentes na esfera político-institucional formal, oscilantes entre a eleição de mecanismos reformistas ou de inspiração revolucionária. Esse conflito entre os interesses imediatos dos segmentos hegemônicos das diversas formações sociais coloniais e o ideário que inspirava a sua ação esteve na base do estabelecimento dos fundamentos dos Estados nacionais ibero-americanos.

Os agentes diretos da construção dos novos Estados soberanos passaram por um processo de acumulação de experiência política que configurou, para o conjunto, três movimentos nitidamente distintos. O primeiro foi o da revisão/contestação das relações metrópoles-colônias a partir da crítica política prática de aspectos específicos do estatuto colonial, cobrindo o último quartel do século XVIII. O segundo ciclo, de matriz prática e doutrinariamente conservadora, se dá nos marcos da legitimidade dinástica e repousa sobre o resgate do direito tradicional ibérico. Somente o terceiro ciclo de revisão/contestação das relações metrópoles-colônias configura a ruptura da dependência política como o eixo articulador das ações políticas.

No caso específico da formação do Estado nacional brasileiro, as diversidades que configuram o conjunto da América portuguesa articulam-se de maneira peculiar, ainda que desdobramentos específicos de um processo global. O que diferencia a América portuguesa da hispânica, no período 1808-1822, é a presença, aí, de um poderoso polo político articulador do conjunto, em paralelo à generalização do escravismo como relação de trabalho que, por configurar a base da hegemonia das elites coloniais (e da reprodução dessa hegemonia), demarcava os limites da capacidade de mobilização política dessas classes. No plano da vida econômica, a América portuguesa, à semelhança da hispânica, constituía um conjunto de unidades regionais de considerável (ainda que desigual) grau de integração local, mas de baixo nível

de integração inter-regional, embora essa integração, tendencialmente, já se apresentasse como constitutiva do sistema. O que se pretende, pois, é compreender os mecanismos gerais da articulação dos diversos níveis de vida social e econômica compondo a prevalência, na América portuguesa, do Estado unitário a subordinar os particularismos e regionalismos inscritos na configuração real do sistema.

Economia política e política no período Joanino

Antonio José da Silva Lisboa compôs uma teoria da sociedade, no Brasil no início do século XIX, baseada nos mesmos conceitos sobre ordem natural, livre comércio e Estado "liberal" que escoravam a Economia Política européia do século XVIII. Como um homem da Ilustração, cujos escritos estavam filiados às Ciências Morais e Políticas, imprimiu um caráter prático ao conhecimento, ou seja, ao aplicar tais conceitos para analisar a situação em que se encontrava o Império luso-brasileiro, após a vinda da Família Real para o Brasil, pretendia orientar o soberano e seus súditos sobre o caminho que o conduziria à prosperidade. O objetivo deste trabalho é reconstituir as linhas gerais de análises feitas à luz de uma Economia Política gestada dentro de uma sociedade colonial-escravista e o seu significado político.

Penalves
Rocha

A Reinserção no Mercado Mundial

As determinações internas do processo

**Rui
Guilherme
Granziera** O trabalho que leva por título *A Reinserção no Mercado Mundial*, no bojo do processo aberto com a Independência Política do Brasil, analisa e procura estabelecer, ao lado do conhecido Ato de Abertura dos Portos, tradicionalmente apontado como desagregador da ordem colonial, outros elementos de caráter interno da organização social, determinantes para os novos moldes da nova presença da economia brasileira no mercado mundial.

A organização interna da economia nacional nascente é, nessa perspectiva, o alicerce da posição brasileira no comércio do século XIX. A presença inglesa, em decorrência e atuando nessa ordem, sedimenta-a. Contudo, longe de se moldar por ela, a organização possui no peculiar poder público brasileiro o seu elemento dinâmico e aglutinador.

Assim, portanto, a análise da questão da presença no mercado mundial, quando entrevista pela ótica interna da organização econômica e social, remete-nos ao fulcro da questão do Estado nascente no Brasil e de suas relações com a sociedade viva criada no ambiente colonial.

No entanto, ainda que vá buscar naquela inter-relação básica a explicação

do fato comercial externo, o trabalho reconhece que este é, no longo prazo, o responsável pela reprodução da ordem consagrada, seja na organização da produção e da riqueza, seja no reconhecimento social do poder público.

O próprio produto exportável, especialmente o café, que é apreendido nessa perspectiva muito mais como resultante das imposições de âmbito interno do que ditado por uma suposta divisão internacional do trabalho, é finalmente cristalizado, em virtual monopólio, por força das vantagens do mercado consumidor.

Finalmente, a presença do Brasil independente no mercado mundial não é apenas o fato do comércio de mercadorias, mas também, e especialmente, do mercado financeiro provedor de fundos para a manutenção do país dentro do sistema internacional de trocas. A sua própria condição de novo país importador diz muito mais respeito à realidade do mercado financeiro do que aos mercados conquistados pela exportação.

The reinsertion of the Amazon in the world market: the rise of the rubber trade, 1850-1890

Barbara Weinstein The decades immediately following Independence formed a period of economic depression and political upheaval in the Amazon. One would, thus, expect members of the regional elite — landowners, urban and rural merchant, political leaders — at mid-century to encourage and enthusiastically promote the emerging rubber export economy. Certainly, foreign firms quickly developed an interest in this unique Amazonian commodity, sending representatives first to buy finished goods, and then to purchase growing quantities of raw rubber. Yet the newspapers, governments reports and correspondence of the period reveal a surprisingly ambivalent, and in some cases hostile, attitude toward the rubber trade on the part of elite representatives. Rather than regarding rubber as a godsend that would awaken the Amazon from its commercial doldrums and restore the fortunes of an elite nearly destroyed by widespread rural uprisings, elite spokesmen within and outside the Amazon treated this new extractive activity as problematic and threatening to established interests. This sharply contrasts with the usual image of Brazilian elites, portrayed as blindly embracing any export activity that promised to generate rapid profits and public revenue in return for modest capital investments.

This surprising response to the rise of the rubber trade will frame my discussion of the early phase of the export economy. To understand the limited enthusiasm for the rubber trade during its early years, I will explore several aspects of the Amazon economy. First, and most significantly, I will look at the work process and the organization of production. The extreme decentralization of latex extraction, and the *seringueiros* relative physical

mobility and autonomy, help to explain why the elite saw the rubber economy as eroding social control and their socioeconomic status. And even the more respectable "seringalistas" tended to be from relatively modest families, rather than the traditional cattle-raising and agrarian elite. The predominance of Portuguese merchants, and the presence of an unusual number of Jewish *regatistas* in the commercial sector of the rubber economy was seen as threatening by both agrarian and political groups. And there was an ongoing fear within the imperial government that the rubber trade would lead to an influx of foreign firms and a weakening of Brazilian presence over the Amazonian region.

Despite such reservations, by the 1860s the rubber trade had become by far the most lucrative economic activity in the Amazon. The paper will discuss which groups became actively involved in this economy, whether as producers, middlemen, shippers or exporters, and how the expansion of the rubber trade affected other sectors of the Amazonian economy. Finally, I will discuss the persistence of a critical view of the rubber trade. The initial ambivalence of the regional elite and political officials was not simply a passing phase; even as the rubber boom entered its heyday (1880s-1910s), prominent *paraenses* continued to criticize over-dependence on a single, extractive product and to call for investment of rubber profits in other economic activities. Specifically, they promoted agricultural ventures that would produce both export commodities and foodstuffs for the local markets, reflecting aspirations to make the Amazon resemble image of more populated and prosperous regions of Brazil.

Do Escravismo ao Trabalho Livre

O mercado de trabalho livre no Brasil

Ademir Gebara A proposição fundamental deste texto é situar a Lei do Ventre Livre de 1871, como componente fundamental para a organização do mercado de trabalho livre no Brasil e, nesta medida, como um marco dos mais significativos na estruturação da dominação política pela burguesia brasileira.

No Brasil a abolição da escravidão ocorreu de maneira pacífica, apoiada em uma estratégia gradualista e derogatória fundamentalmente voltada para permitir a classe dirigente tempo e condições políticas para estruturar um mercado de trabalho nacional.

Não obstante ser inadequado designar essa classe como burguesia, sem dúvida a estrutura nacional do mercado de trabalho legalmente instaurado pelo processo de desescravização, remete a um dos componentes fundamentais de qualquer revolução burguesa clássica: o controle e a organização legal do mercado de trabalho em escala nacional.

A Lei do Ventre Livre articulou tanto a Abolição quanto a transição, processos relacionados ao problema fundamental de organizar e controlar o mercado de trabalho, na medida em que deu início ao estágio político que

comandou hegemonicamente a organização do mercado de trabalho livre no Brasil.

1871 marca ainda o início da intervenção do Estado no Mercado de trabalho, estabelecendo não apenas o referencial para a desescravização, mas sobretudo os limites em torno dos quais se verificaria a implantação do mercado de trabalho no Brasil. Este processo foi conseguido através de mecanismos institucionais, dentro dos quais a legislação desempenhou papel ativo, tanto mantendo o controle sobre os escravos, quanto obtendo a aquiescência e o consenso. Ambos foram fundamentais para o ordenamento de um processo político nacional consolidador da hegemonia da elite brasileira, agora provavelmente burguesia; afinal, o proletariado estava sendo gerado neste processo. Já tínhamos vendedores legais de força de trabalho.

Tal como a legislação foi concebida e aplicada, a questão da Abolição foi pouco a pouco sendo separada da questão da organização do mercado de trabalho livre. De um lado, a Abolição foi trabalhada dentro de uma estratégia gradual e derogatória, permitindo aos proprietários de terras e escravos o maior espaço de tempo possível para lidar com a questão da transição. De outro lado, a organização do mercado de trabalho livre foi encaminhada para além dos limites postos pela abolição da escravidão, posto que imigrantes e libertos devem também neste caso, ser considerados. Isto significa que a questão da disciplina e da organização do mercado de trabalho livre determinou o contexto no qual se verificou a abolição. Mais ainda, o tema mais significativo e relevante deve ser a organização do mercado de trabalho, e não a abolição da escravidão em si. A Abolição não foi mais do que um evento, dentro de um processo estrutural de mudanças sociais e de consolidação da hegemonia política da classe dominante.

Ibicaba revisitada

José Sebastião Witter O ano de 1850 marca dois acontecimentos de significativa importância para a História do Brasil. São eles a lei de Extinção do Tráfico Negroiro, também chamada de "Lei Eusébio de Queirós" e a lei de Terras. Ambos estão diretamente ligados à questão da substituição da mão-de-obra escrava pela mão-de-obra "livre". Vale dizer, uma profunda transformação nos modos de produção e na relação de trabalho no país.

Em particular a experiência que vinha sendo tentada pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, desde 1838, primeiramente com 42 famílias de portugueses e prosseguida com suíços-alemães, a partir de 1847, encontrava apoio tanto nas propostas do governo imperial quanto na iniciativa de grupos econômicos. Todos estavam interessados em "modernizar" o Império e, ao mesmo tempo, em preparar-se para a inevitável abolição da Escravatura.

O oeste paulista deslanchava nos anos 50 dos mil e oitocentos, como polo irradiador do progresso, e o café assumia papel de importância no mercado exportador brasileiro.

A fazenda Ibicaba, localizada nas proximidades de Limeira, acabaria por se transformar num modelo de estabelecimento agrícola e o sistema de parceria nela introduzido, como forma de contrato de trabalho, acabaria por ser o referencial de outras tantas fazendas que se organizavam então, e o adotaram como meio de substituir o "braço negro" pelo "braço livre".

Rever a experiência do senador Vergueiro e o papel da Vergueiro e Cia. é a proposta deste pequeno trabalho. Nele, com certeza, revisitarei o mundo dos primeiros imigrantes vindos para São Paulo e que começou a ser conhecido de todos nós com a tradução, por Sérgio Buarque de Holanda, da obra imprescindível de Thomaz Davatz, *Memórias de um Colono no Brasil*, escrita e publicada na Europa nos anos de 1860 e editada no Brasil em 1954.

Novas estimativas sobre o tráfico de escravos em Minas Gerais no século XIX

Roberto Borges Martins Em trabalhos anteriores demosramos que Minas Gerais detinha, no século XIX, o maior plantel escravista do País, e que, ao longo do século, esse plantel cresceu vigorosamente, passando de cerca de 170 mil em 1819 para mais de 380 mil escravos em 1873.

Demosramos que esse crescimento se deu através da importação de um grande contingente de cativos (não menos de 400 mil) nas sete primeiras décadas do século; que, embora tenha havido alguma concentração na região cafeeira no final do período, as áreas não-cafeeiras também foram importadoras consideráveis; e que as demandas geradas pelo setor cafeeiro e pelo setor minerador definitivamente não "explicam" esse volume de importações.

Com esses resultados questionamos algumas teses tradicionais na historiografia brasileira, tais como as de que o declínio do "ciclo do ouro" teria criado um grande reservatório de mão-de-obra "ociosa", "subempregada" e barata na região das minas; e que esse estoque teria sido transferido para as áreas cafeeiras, estimulando, ou até mesmo "possibilitando", a arrancada do "ciclo do café". Num plano mais geral, os resultados também questionam a propalada indissociabilidade entre trabalho cativo e sistema de *plantation*, considerada paradigmática na história da escravidão moderna.

Embora a metodologia das estimativas de tráfico (método dos sobreviventes intercensitários, adaptado por Robert Slenes e por mim para populações escravas) seja bastante segura e tenha conduzido a resultados bastante convincentes, a base de dados então disponível impôs algumas limitações à análise.

Os cálculos do tráfico foram ancorados em dois pontos principais — as

populações escravas de 1819 e 1873 — e, secundariamente, em dados referentes a 1880, 1884 e 1886. Para o período 1819-1873 só foi possível construir estimativas da importação global de escravos pela província, e para os outros intervalos foram elaboradas estimativas das importações por municípios.

A mais óbvia limitação decorria da inexistência de um dado seguro sobre a população escrava de Minas *circa* 1850, que permitisse a desagregação das estimativas das importações em períodos situados *antes e depois* do encerramento do tráfico atlântico para o Brasil.

A conveniência dessa separação é evidente, pois a abolição do tráfico internacional foi um evento decisivo, que desencadeou movimentos inter-regionais e intraregionais da força de trabalho, com intensa realocação de cativos no sentido cidade-campo e de "outras atividades" para a agricultura de exportação, em particular para o café, e alterou significativamente, como em outros países, a própria dinâmica demográfica e os preços da população escrava.

Em Minas, o período marca também a decolagem do setor cafeeiro que, partindo de um patamar muito baixo, apresentou, entre 1852 e 1870, taxas de crescimento mais altas que qualquer outra região cafeeira do País.

Essa limitação foi eliminada com a reconstrução minuciosa e sistemática da população mineira de 1855, baseada em documentos manuscritos inéditos do Arquivo Público Mineiro, resultantes de uma tentativa de recenseamento levada a efeito pelo governo provincial em 1854 e 1855. O "censo" reconstituído oferece, pela primeira vez, números confiáveis das populações livre e escrava de Minas nessa época, para todos os municípios, chegando, na maioria dos casos, ao nível de desagregação das freguesias e distritos.

Isso tornou possível construir novas estimativas globais do tráfico para a província no período 1819-1855 e elaborar estimativas das importações de escravos desagregados por municípios no período 1855-1873. Para esse último intervalo foram definidas unidades territoriais constantes, em vista das freqüentes alterações da divisão territorial-administrativa da Província no período.

As novas estimativas permitem uma análise muito mais rica e muito mais precisa da participação das diversas regiões mineiras no tráfico, bem como dos papéis desempenhados, nas últimas décadas do regime servil, pelas diferentes atividades econômicas, voltadas para o mercado interno ou voltadas para a exportação.

Flutuações e crises brasileiras na conjuntura do fim do trabalho escravo

Wilson do Nascimento Barbosa Um dos aspectos mais interessantes da expansão cafeeira na segunda metade do século XIX foi a de manifestar cabalmente o caráter da forma de produzir escravista, exacerbando os aspectos de sua expressão na divisão internacional do trabalho, na acumulação do capital mercantil e, finalmente, no surgimento do capital industrial.

As flutuações externas verificadas na economia do café, que davam — na maior parte do tempo — um caráter errático ao movimento daquela produção, não impedem, contudo, a possibilidade de se observar o vínculo entre as necessidades da economia internacional e o desdobramento econômico local.

As crises de 1882-84 e de 1887/88 podem ter a sua leitura continuada na grave crise de 1902/3, caracterizando o desaparecimento da mão-de-obra escrava como um fenômeno de grande expressão a nível micro, mas que não implicou amplas mudanças a nível da economia em formação no País.

Como resultado, as forças em gestação nos anos 1870 e 80 acabam sendo as mesmas que comandam as transformações na chamada República Velha, o que, por certo, veio retirar muito do potencial de mudança representado pelo efeito cumulativo da "revolução industrial" nos países periféricos, para o caso brasileiro.

A Construção da Infraestrutura

O Estado imperial e a modernização portuária

César Honorato A complexidade e a diversidade da vida econômica brasileira no correr do Império vem lentamente sendo objeto da atenção dos estudiosos do período. Já de há muito, por exemplo, percebe-se a necessidade de um aprofundamento nas questões acerca da montagem da infra-estrutura econômica direta ou indiretamente relacionada à agro-exportação.

Se excelentes trabalhos têm surgido no que tange às ferrovias, nota-se por enquanto uma diminuta reflexão acerca dos portos nacionais. Reflexão essa que tenha como objeto específico a jurisdição da concessão, a constituição das empresas portuárias, o movimento, a tecnologia empregada, etc. enfim, toda a complexidade de um porto.

Os estudos que estamos desenvolvendo há algum tempo têm como foco principal o porto de Santos, que se transformou no segundo maior porto brasileiro da Velha República, visto que a conclusão da primeira fase de suas obras de modernização — portanto da sua constituição enquanto um empreendimento capitalista — ocorreu nos primeiros anos do novo regime (1892).

Acontece, porém, que todo o substrato jurídico-político para a montagem de empreendimentos de tal convergadura, considerando-se inclusive os demais portos nacionais, teve origem na segunda metade do século passado, em pleno Segundo Império, como foi o caso do decreto n.º 1746, de 15 de outubro de 1869, e de outras Leis, Decretos e Avisos Ministeriais.

A jurisprudência relativa ao chamado direito de concessão portuária — que regula os direitos e deveres do concedente e dos concessionários — pouco se alterou ao longo da Primeira República, continuando a servir de modelo para os conflitos entre as partes.

Tal constatação por si só é relevante por nos levar a refletir acerca das continuidades e descontinuidades da vida jurídico-político brasileira na viragem da Monarquia à República.

Finalmente, embora não menos importante, as concessões de empreendimentos portuários do Império caducaram por incapacidade dos concessionários de cumprir as exigências legais, com exceção das últimas de Santos (1888) e do Rio de Janeiro (1889) e, mesmo assim após a negociação com a República que se instalava.

Uma casa comercial francesa no nordeste: a Boris Frères no Ceará

Denise Monteiro Takeya No decorrer do século XIX, sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra.

A origem dessa posição privilegiada encontra-se no crescimento econômico ocorrido nesse país no chamado Segundo Império, caracterizado especialmente por um impulso industrial, que passou a exigir mercados cada vez mais amplos. A expansão comercial francesa para o Brasil, na segunda metade do século XIX, daí oriunda, constituiu parte integrante da nova divisão internacional do trabalho que então se estruturava. Nesse processo, as casas comerciais importadoras-exportadoras, pertencentes a "comissários em mercadorias" na França, atuando no ramo atacadista e apoiadas numa estrutura que implicava na existência de uma matriz francesa e uma filial no Brasil, tiveram uma importância fundamental ao viabilizarem essa expansão, materializando-a.

Dentre essas casas, encontrava-se a Boris Frères, fundada em Paris em 1872, por comerciantes originários da região da Alsácia-Lorena. Sua filial foi estabelecida, no mesmo ano, na capital da província do Ceará, no contexto de uma expansão agro-exportadora — apoiada principalmente na produção algodocira — que integrava o mercado cearense às correntes do comércio internacional.

Coexistindo com outras casas comerciais estrangeiras nessa província,

sobretudo francesas, a Boris Frères se destacaria por sua importância crescente no mercado cearense desde sua fundação até 1929—30, tendo seu raio de ação se estendido para outras províncias da região norte e nordeste.

Sua fundação e estabelecimento — em Paris e Fortaleza — correspondeu ao processo de articulação de dois mercados e, neste sentido, os negócios de importação e exportação estiveram permanentemente articulados no século XIX, encontrando sua expressão mais acabada no intercâmbio entre tecidos e algodão.

Como típica representante da casa comercial que materializou a expansão comercial francesa para o Brasil, a Boris Frères pôde desfrutar de uma posição privilegiada no mercado cearense, face a outros comerciantes também franceses, mas, especialmente, frente aos nacionais. A análise da teia de relações que se estabeleceu, das estratégias comerciais adotadas e dos protestos dos comerciantes nativos daí decorrentes, indica o grau de dependência destes em relação à Casa. Essa dependência foi tanto maior quanto se tratava de uma economia descapitalizada, na qual a Boris Frères pôde atuar também como casa comercial com função bancária.

Nesse quadro, aquilo que constituiu uma especificidade desse mercado — as secas periódicas — longe de abalar seus negócios na Província, fortaleceu-os, na medida em que, nos anos da seca de 1877-79, encontrava-se em posição de poder especular com as mercadorias e impor preços, estabelecendo, assim, as bases seguras de sua presença comercial no Ceará.

No século XIX, nas décadas posteriores àquela de seu estabelecimento, a Boris Frères consolidou e expandiu seus negócios através de atividades que a reforçaram, sobretudo, como casa exportadora. A complexidade de seus interesses com as oligarquias rurais fortaleceu seu poder econômico na província, permitindo-lhe uma influência política que iria, em última instância, solidificá-la no contexto da economia cearense.

Estradas de ferro e diversificação da atividade na expansão cafeeira em São Paulo: 1870-1900

Flávio Azevedo Marques de Saes A historiografia consagrou um paradigma a respeito da construção da infra-estrutura nas economias primário-exportadoras: o capital estrangeiro foi responsável pela implantação de estradas de ferro e portos que visava facilitar as exportações. Este paradigma pode ser aplicável a muitas partes da América Latina (inclusive do Brasil), mas, para o caso da economia cafeeira de São Paulo, representa deformação inaceitável da realidade.

Capital estrangeiro, estradas de ferro e portos são elementos presentes na construção da infra-estrutura da economia cafeeira. Mas representam pequena parcela do conjunto desse processo de particular relevância para a caracterização da economia paulista no começo do Século XX. A primeira estrada de

ferro de São Paulo era de propriedade inglesa, mas as outras ferrovias de grande porte eram sociedades por ações controladas e dirigidas, até a primeira década do Século XX, por fazendeiros e comerciantes de São Paulo. A exploração do porto de Santos foi concedida também a elementos nacionais ligados ao setor de construção. Desse modo, a participação direta do capital estrangeiro na construção da infra-estrutura em São Paulo foi reduzida. Nem mesmo os empréstimos externos foram decisivos para sua consecução, embora tenham ocorrido em alguns casos.

A constituição da empresa ferroviária em São Paulo conduz ainda a outro resultado da maior importância: acelera a urbanização da capital da província, viabilizando a constituição de grandes empresas (para o padrão da época) por ações: empresas comerciais, de serviços de "utilidade pública" e até mesmo indústrias. As empresas ferroviárias foram um modelo para a constituição de grandes empresas urbanas e os acionistas e dirigentes das ferrovias não raras vezes foram os agentes dos novos empreendimentos urbanos. Pensamos, portanto, que a constituição da indústria em São Paulo tem nas estradas de ferro em elemento explicativo fundamental. Ou seja, pensamos que a introdução do trabalho livre de café não é suficiente para explicar a transição rumo a uma economia capitalista. Nesse processo, acreditamos que o binômio estradas de ferro-empresas urbanas seja decisivo. A essa tese dedicamos a argumentação desenvolvida no texto.

A economia mercantil escravista nacional e o processo de constituição do Estado no Brasil

Wilma Peres Costa O trabalho pretende desenvolver algumas reflexões em torno do processo de construção do Estado no Brasil ao longo do século XIX enfatizando a especificidade dessa experiência.

Nossas indagações movem-se no interior do referencial weberiano e marxista enquanto referencial para a compreensão da formação, natureza e dinâmica do Estado Moderno. Mais especificamente privilegiamos as seguintes dimensões do processo apontado, procurando analisá-las de forma articulada: a construção da territorialidade (na sua faceta interna e externa); a monopolização da coerção legítima, processo que envolve a extração de funções anteriormente dispersas no corpo social (particularmente as funções jurídicas, fiscais e militares); a construção de um aparelho capaz de garantir a reprodução das relações de dominação presentes na sociedade.

A partir dessas referências e da experiência clássica de construção do Estado na Europa, procuramos ressaltar a peculiaridade do processo brasileiro *vis-à-vis* não apenas àquela experiência mas também dos outros Estados latino-americanos.

A peculiaridade aqui apontada centra-se na constituição de uma economia

mercantil escravista nacional e nos impulsos contraditórios que a ordem escravista imprimiu nas várias dimensões da construção do Estado brasileiro. Privilegiam-se nesse trabalho os aspectos militar e fiscal, procurando demonstrar como a ordem escravista limitou o desenvolvimento do "ciclo de extração-coerção" característico da experiência européia.

Esses obstáculos não impediram que aqui se formasse um exército profissional, cuja necessidade emergiu tanto nos desafios externos como da premência em coibir as pulsões centrífugas. Impediam, porém, que o exército que se reorganizava fosse um instrumento da monopolização da violência, uma vez que mantinham a sociedade militarizada, particularmente através da Guarda Nacional.

No que se refere à estrutura fiscal, a economia mercantil-escravista agiu estreitando a base de arrecadação, restrita prioritariamente às tarifas de importação, dado a ausência de integração econômica e a resistência das elites senhoriais à taxação direta (imposto territorial) e das exportações pelo poder central. O déficit crônico e o precoce e reiterado endividamento externo devem ser compreendidos em grande parte, à luz dessas resistências. Se as finanças públicas sofrem evidente melhoria a partir do envolvimento de setores a ela ligados no processo de centralização, a centralização monárquica continuou a sofrer resistências, que se aguçaram a partir de 1870 com o crescimento das demandas federalistas. Por outro lado, as finanças imperiais permaneceram frágeis durante todo o século XIX e o endividamento foi crescente.

A década de 1870 demarca a crise do Estado Imperial em ambas as dimensões (militar e fiscal) apontando para a sua transformação.

Mercado Interno e Primeiras Indústrias

O apostolado do progresso: aspectos da formação industrial brasileira

José Ricardo B. Gonçalves No momento histórico da crise do Império brasileiro, a subordinação das ações humanas à teia da relação social, vinculada ao mercado, induzia os homens a agirem orientados pela racionalidade dos interesses econômicos, deslocando a produção do *domus* para a cidade. Projetava-se uma nova modalidade de força de trabalho que deixava paulatinamente a marca do ferrete da coerção extra-econômica, ou seja, política, para trazer à tona o traço de ações e relações sociais cimentadas, única e exclusivamente, em atos brotados do mercado. A fidelidade ao poder pessoal e o arbítrio da violência privada teriam que ser substituídos pela lógica do cálculo, da liberdade jurídica e da compensação de interesses racionais.

Contudo, os limites da consciência possível dos agentes econômicos restringiam o horizonte de cálculo racional. Neste sentido, o fulcro das crises financeiras no final do Império não era percebido como estando diretamente às condições de realização do capital.

Esta limitação incidia no modo cotidiano de vida, marcado, neste momen-

to, por uma oscilação entre as tradições consolidadas na dinâmica de afirmação e reprodução da ordem escravista e um sentido necessário de modernização.

Neste contexto, o positivismo surge como uma alternativa aparentemente viável para a construção de uma nova ordem. Fundado nos laços básicos da sociabilidade apontava para a preservação dos elementos substantivos da tradição brasileira, que tendiam a sofrer modificações com a penetração da racionalidade capitalista no modo cotidiano de vida. Era uma proposta de construção de uma ordem baseada na atividade industrial, mas que subordinava a lógica do capital a uma lógica fundada em razões afetivas. Subordinando o egoísmo ao altruísmo procurava definir as seguranças do modo cotidiano de vida a partir da submissão do indivíduo ao bem comum, como forma de garantir a realização do homem.

Embora as referências dos positivistas estivessem situadas no desenvolvimento da sociedade européia, as projeções da constituição de uma sociedade industrial no Brasil ancoravam-se em uma compreensão do desenvolvimento histórico brasileiro, cujas etapas corresponderiam a uma dinâmica de evolução da humanidade.

A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX

Luiz Carlos Soares A partir dos anos 1840, o desenvolvimento industrial do país tomou uma nova direção com a implantação de estabelecimentos manufatureiros de maior porte, que empregavam dezenas e até centenas de operários, possuíam uma acentuada divisão das operações do processo produtivo e já empregavam um maquinismo rudimentar em determinadas tarefas que exigiam um grande dispêndio de força física ou um grande número de trabalhadores. A região fluminense, compreendida pelo Município da Corte (cidade do Rio de Janeiro e seus arredores) e pela Província do Rio de Janeiro, tornou-se o centro dinâmico do crescimento industrial-manufatureiro, que foi intenso até o final dos anos 1850.

Para este surto manufatureiro de meados do século passado, contribuíram, diversos fatores. O primeiro deles estava relacionado à necessidade de reorganização interna das grandes fazendas cafeeiras em virtude da grande procura e valorização do café nos mercados internacionais a partir de 1840 e da extinção do tráfico de escravos africanos em 1850. Esta reorganização significou basicamente a concentração dos fatores de produção, sobretudo a mão-de-obra escrava, na lavoura do café e, com isso, houve a redução dos cultivos de subsistência nas fazendas e o abandono de grande parte das atividades artesanais desenvolvidas no seu interior (produção de tecidos de

algodão grosseiro para roupas de escravos, peças de carpintaria em geral, mobílias, calçados, selas e arreios de animais, material para edificações, etc.). Abriu-se, assim, um espaço considerável para que alguns ramos industriais pudessem se desenvolver em unidades produtivas de maior porte fora das grandes fazendas cafeeiras e estas unidades foram estabelecidas principalmente na cidade do Rio de Janeiro, nas suas circunvizinhanças (Niterói, Magé, Estrela e Petrópolis) e na cidade de Campos, principal centro das áreas açucareiras do norte fluminense.

Entre os outros fatores do crescimento manufatureiro, podemos encontrar: 1) a maior disponibilidade de capitais gerada pelos gigantescos lucros da comercialização do café nos mercados internacionais; 2) a ampliação dos mercados consumidores propiciada pelo grande crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro e das Províncias vizinhas (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo) em meados do século passado e pelo aumento da participação da população nas rendas oriundas do comércio do café e da diversificação da economia urbana fluminense; 3) e a adoção pelo Estado Imperial de uma política de proteção aos grandes estabelecimentos manufatureiros, que vigorou entre 1844 e 1857.

Entre as principais medidas da política estatal de proteção às manufatureiros estavam: 1) a reformulação das tarifas alfandegárias realizada em 1844 pelo Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, que estipulou a cobrança de uma tarifa de 30% *ad valorem* para a maioria dos produtos industrializados importados; 2) a extensão a todos os estabelecimentos de grande porte da isenção do pagamento de direitos alfandegários sobre as matérias-primas importadas, medida esta também adotada por Alves Branco em 1847; 3) e a concessão pelo Estado de subvenções a alguns estabelecimentos de grande porte, dentre os quais o mais importante era o de Ponta da Arcia, do ramo de fundição, máquinas e construção naval, pertencente ao Barão de Mauá e localizado em Niterói.

Todavia, com as reformas tarifárias de 1857 e 1860, a situação das manufaturas fluminenses começou a reverter. Estas reformas instituíram, respectivamente, a redução para 15% *ad valorem* da tarifa cobrada sobre os produtos industriais estrangeiros e a tarifa de 5% *ad valorem* para as matérias-primas importadas, o que trouxe para as manufaturas uma série de dificuldades durante os anos de 1860. Sem apoio estatal, foi difícil para estes estabelecimentos resistirem à concorrência dos produtos industriais estrangeiros, sobretudo os britânicos, que eram preferidos pelos consumidores locais devido a sua melhor qualidade e o seu melhor preço. A situação desfavorável às manufaturas foi ainda agravada pela crise comercial e financeira de 1864, que determinou uma súbita redução do crédito fornecido pela rede bancária e a diminuição dos investimentos industriais de maior ou menor porte. Alguns estabelecimentos fecharam as suas portas, mas a grande maioria deles teve uma

existência medíocre até os anos 1880, sem que se verificasse um crescimento de suas vendas e da sua capacidade produtiva.

O recôncavo baiano: na origem da indústria de transformação no Brasil

Fernando
Pedrão

A formação social e econômica da Bahia contém elementos essenciais da formação nacional, de seus aspectos de unificação e dos de pluralidade, cuja avaliação subsidia hoje as orientações de leitura da história e de sua compreensão das forças que hoje interagem. A região econômica baiana formou-se como resultado da expansão territorial da região, menor, constituída do conjunto Salvador-Recôncavo.

A expressão Recôncavo foi atribuída, desde a origem, ao fértil crescente em torno da Baía de Todos os Santos, cuja ponta norte é Salvador. É uma região de 10.000 km², densamente povoada e urbanizada, que sediou a primeira, e maior na colônia, região açucareira do país. Sediou um sistema de produção, que ao redor do açúcar organizou a produção de outras mercadorias, como fumo, e montou um sistema internacionalmente integrado, de tráfico de escravos, produção de navios oceânicos, têxteis e bebidas. Articulou a produção pastoril do interior e colonizou o espaço até Minas Gerais e ao sul do Piauí.

Coincidindo com a interrupção do tráfico de escravos, que indicou a necessidade de mudar o sistema de produção, os capitais escravistas empreenderam uma diversificação, que abarcou os interesses do segmento mercantil e do agrícola, resultando num impulso de industrialização, que girou em torno da atividade têxtil.

Na história do Recôncavo há três períodos: o de implantação e expansão do sistema colonial escravista; o de auge e queda desse sistema; e o período moderno, conjugando estagnação e industrialização polarizada. O primeiro é de interesse para explicar a dimensão e complexidade do sistema colonial, e como ele gerou contradições que levaram à independência e à consolidação de um sistema político regional. O segundo período informa sobre o reajuste do sistema econômico e político, desde a independência ao fim do império. O terceiro período sustenta uma explicação não-central da industrialização brasileira.

Esta exposição concentra-se nesse segundo período, relacionando-o com os outros dois. Discutem-se os movimentos da industrialização que se realiza, desde a década de 1850 a 1890, observando os dois aspectos de organização técnica e de organização social da produção.

A protoindustrialização têxtil mineira dos séculos XVIII e XIX

Douglas Cole Libby Nas duas últimas décadas, os estudos sobre a economia mineira dos séculos XVIII e XIX têm demonstrado uma nítida vocação para a revisão historiográfica. A tradicional visão de decadência e estagnação que teriam marcado as Minas por longo período após o declínio da mineração aurífera hoje dá lugar à noção de um relativo domínio econômico voltado para o mercado interno, sustentador de um constante crescimento demográfico e, sobretudo, caracterizado por uma grande diversificação produtiva. Na realidade, todo o período de cerca de 1760 até o final do século XIX pode ser pensado como uma transformação acomodativa que redirecionaram profundamente a economia regional.

Sem dúvida, a base desta economia foram as variadas atividades agropastoris cujos produtos abasteciam mercados locais e muitos outros fora da região. Se se pensar em algumas das mercadorias mais comumente "exportadas", tais como queijo, toucinho, farinha, aguardente e conservas de frutas, verifica-se que a transformação se fazia presente mesmo neste setor. Não obstante, a real importância das atividades de transformação para a economia mineira no período em tela se torna mais clara quando as fontes permitem vislumbrar o vulto do setor secundário propriamente dito. Herança, sem dúvida, das variadas demandas da mineração dos setecentos, o artesanato se desenvolveu com especial vigor em Minas, tanto nos núcleos urbanos quanto nas áreas rurais. Nas primeiras décadas do século XIX a região se tornou auto-suficiente na produção de ferro graças às pequenas fundições que surgiram em dezenas de pontos da província.

Mas foi a produção doméstica de fios e panos que revelava a verdadeira vocação industrial das Minas. Desde pelo menos o último quartel do século XVIII, o típico lar mineiro havia se tornado o palco de uma intensa indústria têxtil caseira. Nos anos iniciais do século XIX o chamado pano mineiro já encontrava mercados fora da região e, durante muitas décadas, vestia inúmeros escravos em boa parte do Brasil. As listas nominativas resultantes de um esforço censitário do governo provincial em 1831-32 revelam as dimensões que o setor têxtil havia alcançado. Dezenas de milhares de mulheres livres e escravas manipulavam a roca e o tear, e acredita-se que seja correto falar de um processo de protoindustrialização à brasileira. Quais as condições que conduziram, nas longínquas Gerais, a um fenômeno tão parecido com a protoindustrialização europeia, quais as nuances impostas pela realidade escravista da região e por que a vitalidade desta indústria caseira não resultou numa industrialização plena? Eis os temas da nossa comunicação.

O Brasil e a América Latina

Latin American business history, c. 1870-1930: the Argentinian and Brazilian literature compared

Colin M. Lewis This paper will review recently published material that covers the period from the late nineteenth century to the inter-war Depression. It identifies factors that have facilitated the emergence of a distinct body of writing on business history from the larger economic history bibliography. Particular emphasis will be placed on schools of thought in the general literature and approaches to the writing of business history which differentiate the subject from other branches of history. Contrasts and comparisons will be drawn between the Argentinian and Brazilian economic historiography and the precise content of business history. Some reference will also be made to the wider Latin American literature.

Principal themes to be addressed will include the shifting institutional environment within which business operated and processes or events fostering the consolidation (or otherwise) of modern firms. The size of enterprises, changes in their scale of operations and patterns of business organization will be examined. The significance of debates about the origin of entrepreneurs,

entrepreneurial status and the sectoral and social mobility of entrepreneurship will also be explored. Finally, issues of particular concern to businessmen during the period (such as property rights, institutional modernization, factor availability, the efficacy of government policy, the formation of representative pressure groups and access to — or application of — new methods of production and management) will be elaborated.

Estructura y eslabonamiento de la explotación cauchera en Brasil, Bolivia, Ecuador, Peru y Colombia

Heracio Bonilla Hasta la segunda década del siglo XX, la explotación del caucho silvestre fue una gran riqueza de la cuenca amazónica, no solo despertando muchas esperanzas y ambiciones de desarrollo, como provocando conflictos territoriales en esa parte de América del Sur. De uno de ellos vino a ser originar el actual Estado de Acre en Brasil.

En la presentación se examinará el papel del capital, de las empresas y de la fuerza de trabajo en la constitución y expansión de las diferentes explotaciones caucheras en los varios países de la Región. También serán analizadas las modalidades de eslabonamiento que esas explotaciones generaron a nivel regional y nacional. Concluyese con un análisis del porqué esas experiencias fueran, en la estructura y en sus consecuencias, completamente disímiles entre sí.

Boom exportador e industrialización: los casos comparados de Brasil y Argentina

Roberto Cortés-Conde En el presente trabajo se discutirán los puntos centrales del debate sobre crecimiento de las economías exportadoras y su efecto sobre la industrialización y el crecimiento en los casos de Brasil y la Argentina entre 1880 y 1930. Brasil y Argentina, en las últimas décadas del siglo pasado pasaron a tener impresionantes *booms* de exportaciones primarias con su consiguiente efecto sobre el conjunto de la economía y la industrialización. Por eso ellos son casos importantes para tratar de estrategias y de políticas de crecimiento e industrialización. Aquí se expondrán algunas de las líneas principales del debate y el estado de la cuestión.

Brasil: Expansión Exportadora y Crecimiento Industrial

Hacia los 1880 tuvo lugar una expansión notable de los cultivos de café en el Brasil. Furtado sostuvo que los altos beneficios del café no permitieron derivar recursos a otros sectores, por lo que solo ante el shock externo existió la posibilidad de diversificar la economía y evitar la estrecha dependencia de la demanda externa. El auge exportador había conducido a una concentración

en un solo cultivo y al aumento de la demanda, que fue abastecida por importaciones.

Con la crisis mundial de 1929 se desplomaron los precios del café. También según Furtado, la política de cambio (devaluación) más una política monetaria expansiva que aplicó el gobierno brasileño evitó que se tradujera en una caída del ingreso de los exportadores. El mantenimiento del poder de compra interno en un marco de crisis generalizada del comercio incentivó la producción para el mercado doméstico. Como resultado de este shock externo se inició el proceso de industrialización vía sustitución de importaciones. Esta versión esquematizada de la explicación de Furtado sobre las economías de exportación y el surgimiento de las industrias fue a la vez criticada y defendida durante varias décadas.

Warren Dean señaló que no existió esa oposición entre desarrollo exportador agropecuario o desarrollo industrial dirigido al mercado interno. Que el crecimiento de las manufacturas en Brasil no resultó del shock externo del treinta ni de la falta de abastecimientos en la Primera Guerra, sino que fue consecuencia de la expansión de las exportaciones cafeteras.

Carlos Pelaez negó que en el década de 1930 se aplicaran políticas anticíclicas que se tradujeran en una expansión del crédito que mantuviera el nivel de ingreso y empleo. El desarrollo de las industrias no resultó de una alternativa a la actividad exportadora y fue anterior a la década del 30.

Fishlow más recientemente defendió el argumento de Furtado sobre la importancia de la expansión industrial debido a las políticas anticíclicas durante la depresión, pero remontó el temprano desarrollo de la industria textil, sustitutiva de importaciones a fines del siglo XIX, debido a las políticas devaluacionistas (más que a la protección).

Cardoso de Mello y María C. Tavares agregaron que no hubo diferencias de intereses entre los exportadores cafetaleros y el sector industrial, y que el desarrollo de este último resultó de la acumulación en el sector cafetero. Aunque los trabajos que se han dedicado al tema se han dedicado más a la industrialización (Pelaez, Versiani, Suzigan, Kreitsch), pareciera que la idea de que el comercio no favoreció a la economía brasileña e impidió esta ha dejado de ser generalmente aceptada.

Argentina: Expansión Agropecuaria y limitaciones al desarrollo industrial

La interpretación tradicional sobre el crecimiento de la economía argentina entre 1880 y 1930 se encuentra en el libro de Aldo Ferrer. En él sostuvo que la Argentina después de 1880 había alcanzado una nueva etapa de desarrollo debido: (a) al crecimiento e integración de la economía mundial, (b) a la extensión de la frontera en la región pampeana. Se habría conformado una particular división del trabajo en la que los países europeos (centrales) exportarían manufacturas a los menos desarrollados (periféricos) y estos les compensarían enviándoles alimentos, rol que le tocó a Argentina. Resaltó la

vulnerabilidad de las economías exportadoras primarias. Las limitaciones al crecimiento se debieron principalmente: primero, a la concentración de la propiedad de la tierra que hizo que la riqueza se concentrara en manos de unos pocos y que las necesidades de inversión en esas condiciones fueran mínimas; segundo que dadas las ganancias extraordinarias no hubieran otros sectores con rendimientos similares, y que en consecuencia una parte del excedente no se acumuló sino que se dilapidó en consumo de lujo. Esas circunstancias constituyeron obstáculos para el desarrollo agrícola y para que el crecimiento exportador se extendiera a otros sectores de la economía, especialmente a la industria

El mercado doméstico no fue una salida alternativa para los productos importados y, por otro lado, estos que eran la contrapartida de las exportaciones cerraban la posibilidad de desarrollar otras actividades para el mercado doméstico. Este modelo continuó hasta 1930, cuando la crisis produjo una caída del comercio, derrumbe de los precios e interrupción de las corrientes de capitales. Ante la necesidad de evitar la huida de divisas, el gobierno abandonó el patrón oro, possibilitando que la oferta monetaria doméstica no estuviera vinculada a la disponibilidad de divisas (reservas), lo que permitió expandir el crédito. Esto hizo que la caída de los ingresos de las exportaciones fuera compensada por el aumento del gasto. Al mismo tiempo, el gobierno puso límites a las importaciones, lo que creó un mercado protegido para las industrias locales con ingresos que se mantuvieran relativamente altos. A partir de entonces — según Ferrer — cambió el factor dinámico en el crecimiento, que pasó a residir en el mercado doméstico y no en las exportaciones.

Sin embargo, poco después, esa versión fue discutida en otras contribuciones que comenzaron con la de Carlos Díaz Alejandro y continuaron después. Ellas serán discutidas en la respectiva sección de este trabajo, en donde, como conclusión, se compararán los argumentos centrales para ambos países.

Coffee: from liberalism to state capitalism

Steven C. Topik During the liberal, *laissez faire*, free trade First Republic, Brazil became the first modern state to intervene in an international commodity market. That market was not for some marginal, small, unimportant good. It was for coffee, the world's third most valuable internationally traded commodity at the time. How and why did the liberal, oligarchical regime, supposedly ideologically dedicated to free and unhindered markets, come to occupy such a key role in one of the largest markets of all? That is the problem of my paper.

The solution is not simple, just as the trajectory of state intervention was not linear and straightforward. A host of socio-economic factors are considered and found to be perhaps necessary, but not sufficient in themselves:

coffee's importance to the Brazilian economy; Brazil's share of world production; the political power of coffee planters; *fazendeiros* organization, concentration of wealth, and entrepreneurship.

Coffee's own peculiar properties are next assayed and shown to greatly shape the range of possible responses to crises. The plant's biology, techniques of cultivation, and durability contributed to the possibility of state participation. The international market, that is, competitors and possible substitutes, as well as the relatively inelastic international demand also improved one country's chances of affecting the world market.

Although these issues explain the possibility of an intervention in the market, they don't explain why it would be the state and not a private cartel, as in many other commodities, that would intervene. Was Brazil particularly prone to state activity because of its mercantilist, statist past? Did the new forms of business organization and new international ideological currents encourage state capitalism?

Even once the reasons for state intervention are explained, there remains the sticky question of why was it successful? If Brazil was indeed a dependent country, and if Europeans and North Americans dominated the world coffee market, how was Brazil able to finance and run a program that defied the reigning order? Here I examine the range of foreign opinion and participation in the coffee valorizations.

Ultimately, the historical process, the agency of various Brazilians and foreign traders, and contingency in the form of superabundant harvests, frosts, and wars played as important a role as structural factors in bringing the republican state slowly, timidly, unintentionally into the world market and in setting a precedent for cartels in other commodities. But, even while the state increased its presence in the national and international markets, it refrained from entering the fields. The state had little effect on social relations on the plantation. Since state interventions were always guided by the needs of the capitalist class, state capitalism remained very much capitalism.

Pensamento econômico: o liberalismo no tempo dos coronéis

Liberalismo e Pragmatismo na Primeira República

Angela de Castro Gomes O trabalho tem como objetivo principal discutir a questão do liberalismo econômico a partir das formulações e da atuação de lideranças de associações de classe de patrões e trabalhadores urbanos durante a Primeira República. Para tanto, serão selecionados alguns poucos temas — marcantes e polêmicos — que agitaram a prática dessas associações, como a questão da proteção à indústria nacional e a regulamentação do mercado de trabalho.

O que se procurará enfatizar é o tipo de percepção desses atores quanto ao potencial dos princípios liberais face à realidade que enfrentavam. Ou seja, o texto destacará que, embora por razões muito distintas, tanto o patronato quanto as lideranças do movimento operário não consideravam o liberalismo econômico um instrumento capaz de dar soluções “globais” aos problemas que os mobilizavam. Assim, o pragmatismo quanto aos princípios liberais acaba sendo mais forte e eficaz do que qualquer doutrina geral, o que resulta numa “limitação” ou “qualificação” do que se possa chamar de posição liberal

desses atores. Reforçando esta perspectiva, estaria o próprio posicionamento de vários segmentos das oligarquias agrárias, o que traz para o primeiro plano a ação do Estado ainda durante a República Velha.

Contudo, o texto não deseja defender a idéia da inexistência de um pensar liberal no Brasil e, sobretudo, da ausência de uma forte influência desta matriz sobre estas associações de classe. Por fim, ficaria como sugestão a possibilidade de se pensar o liberalismo como uma “criatura teórica” fruto de engenhosa “arquitetura prática”; uma espécie de “liberalismo racionalizado”, que não tendo “evoluído” dos “costumes” que alimentaram os paradigmas clássicos, teria se formado na imaginação política dos atores a partir de suas lides cotidianas.

Na contra-corrente do liberalismo: positivismo e autoritarismo no Brasil, 1870-1940

Maria Stella Bresciani O estigma que recai sobre o pensamento “reformista” autoritário leva-nos com frequência a tratá-lo como elemento residual do pensamento político tanto na Europa como nos países de colonização europeia. Esta carga negativa não pode contudo nos impedir de tratá-lo num estudo sistemático de forma a mapear a teia de solidariedade tecida entre o positivismo em suas duas vertentes (cientificista e ortodoxa) e o pensamento crítico ao liberalismo e à república liberal nas décadas de 20, 30 e 40 no Brasil. A antiga oposição entre os dois projetos republicanos — o liberal e o positivista, que se enfrentam no período da propaganda, reaparece com novos argumentos e com uma intenção de objetividade apoiada em métodos de investigação científica.

Contrapondo uma “realidade brasileira”, segundo eles, objetivamente apreendida através dos procedimentos neutros da ciência, ao “exótico idealismo liberal”, os críticos das idéias e instituições liberais orquestram-se na denúncia do que chamam de “o erro grosseiro da importação das idéias e instituições políticas” e apregoam a necessidade de se encontrar uma “solução” específica para o caso do Brasil. Matriz teórica de uma das vertentes da teoria das “idéias fora do lugar”, o pensamento autoritário encontra nos desacertos da república liberal no Brasil e no conflito mundial entre matrizes de pensamento divergentes, espaço adequado para trazer para o debate as questões do tempo histórico, da adequação ou não das doutrinas políticas aos diferentes países, da importância das ciências do social, da etnia e da raça, da cultura, e, no caso do Brasil, a situação de um país desencontrado consigo mesmo, de uma nação a ser formada pela mão forte do Estado autoritário.

Ao assumir, nos anos vinte a dimensão de proposta política alternativa e capaz de realizar a tarefa de formar a nação, tendo como matéria prima um conglomerado heterogêneo de classes sociais e de raças, as propostas autoritárias desqualificam os pressupostos liberais, ainda que em sua versão de finais

do século XIX, pelo desgaste e fragilidade atuais mesmo nos seus países de origem.

Uma longa série de desacertos são imputados à Constituição de 1891: o direito ao voto para uma população ignorante e incapaz de exercer conscientemente seu direito de cidadania, presa fácil de manipulação astuciosa dos "coronéis" e de seus asseclas; a farsa das decisões políticas na ausência de "opinião popular" poderosa, militante e organizada, segura de sua força e de seus direitos, herança de nossa anterior condição colonial e da ausência de "fontes de opinião organizada"; o ideal de unidade nacional ameaçado pela dispersão geográfica, pelos interesses econômicos particularistas, pela heterogeneidade da população e de suas culturas originárias, pela cegueira das "elites políticas", que em sua ânsia de dar ao País leis idênticas às das grandes nações civilizadas, não percebera sua total inadequação às nossas necessidades.

Pode-se chegar, a partir dessa leitura crítica do liberalismo a uma das acepções correntes das idéias liberais, das suas práticas políticas e econômicas, de mancar a contrapô-las à matriz liberal expressa no projeto republicano liberal e na implantação da República no Brasil na última década dos oitocentos.

A economia e o pensamento historiográfico de Oliveira Vianna

Nilo Odália Nosso estudo sobre Oliveira Vianna parte do pressuposto de que sua obra histórica, basicamente escrita entre os anos 20 e 30, ainda se prende e se filia à corrente histórica, nascida a partir da metade do século XIX, e que tem como fundador o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen — o chamado "pai da história brasileira". Corrente que se transforma, no correr do tempo, não apenas em majoritária, chegando à beira do consensual, mas também com o label de uma historiografia oficial. Sua característica principal é a de ser uma historiografia, onde o político prepondera sobre qualquer outro tipo de preocupação. Pode-se compreender essa opção pelo político, quando sabemos que o problema central enfrentado por intelectuais e dirigentes do País era o de transformar a antiga colônia num país independente e numa nação soberana e unitária.

Oliveira Vianna é um caudatário dessas preocupações que, aliás, só deixaram de ter uma preeminência quase absoluta com o surgimento, no início da década de 30, de historiadores como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que definem, como muito bem assinala José Honório Rodrigues, uma verdadeira ruptura na historiografia brasileira.

Oliveira Vianna, sob essa perspectiva, é um pensador do século XIX e sua reflexão sobre a história brasileira se faz, prioritariamente, com o objetivo de compreender a realidade histórica passada para, a partir desse conhecimento,

ter os meios de construir, o que ele denomina, de nação solidária. Assim sendo, em suas primeiras obras, as de cunho nitidamente histórico, o econômico aparece — como ele reiteradamente afirma — subordinado ao político, pois é este, em suas próprias palavras, que define, através do Estado, "o sentido do bem comum ou nacional".

Em suas análises dos distintos períodos históricos brasileiros — Colônia, Império e República o econômico sempre aparece ligado, e mesmo subordinado, às atividades do Estado; ele jamais ganha um espaço próprio, ou um relêvo especial.

Mesmo em suas obras da maturidade, sua defesa, por exemplo, da intervenção do Estado na esfera da produção, sob a forma da organização de empresas estatais, não possui o significado de que ele esteja de alguma maneira privilegiando o econômico como fator explicativo do processo histórico. Sua intenção é mais trivial, busca apenas demonstrar que cabe ao Estado, ao intervir na economia, diretamente ou através de órgãos reguladores da atividade econômica, uma presença supletiva de caráter educacional, pois ele deve ensinar industriais, agricultores, proprietários fundiários e operários, a exercerem com maior eficiência e consciência suas atribuições.

É dentro desse quadro geral, esboçado de maneira bastante geral e sucinta, que se pode analisar com mais profundidade seu pensamento econômico, tal como se expressa em suas obras de fim de vida, e que buscam compreender o econômico.

A Questão da Terra

Características do processo de apropriação territorial na Primeira República

Ligia Maria Osório Silva Ao ser proclamada a República (1889), as aspirações federalistas, que nunca haviam estado inteiramente ausentes da política brasileira, encontraram na reorganização do Estado que então se processava um momento propício para se materializarem. Em relação à questão da terra, a adoção do federalismo significou a oportunidade de modificar a política de terras elaborada no Império, cujo teor desagradava profundamente a categoria social dominante no campo brasileiro, a dos grandes fazendeiros-possesores. Os representantes dessa categoria social na Assembleia Constituinte conseguiram a aprovação de medidas descentralizadoras em relação às duas questões cruciais do momento: a imigração e o destino das terras públicas.

A Constituição adotada em 1891 transferiu o domínio das terras públicas para os Estados e promulgou medidas tendentes a retirar da alçada federal toda e qualquer intervenção na questão da terra e da colonização. A responsabilidade financeira e administrativa da imigração e da aplicação da legislação

agrária foram atribuídas aos Estados. Cada Estado regulou, através da sua Constituição e de uma legislação específica, o problema da terra. Todos os Estados adotaram a Lei de Terras promulgada pelo Império em 1850, como parte da política gradualista e substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

O objetivo maior da Lei de Terras era a demarcação das terras devolutas (públicas) a partir da regularização das terras que se encontravam no domínio privado. Para alcançar este objetivo, três medidas precisavam ser implementadas ao mesmo tempo: a legitimação das posses e a revalidação das sesmarias, a elaboração de um cadastro de terras e a proibição de novas posses após 1854, ano da regulamentação da lei. Sabemos que o governo imperial não logrou alcançar estes objetivos de modo satisfatório. A elaboração do Cadastro não foi possível por falta de informações, uma porcentagem ínfima de posses e sesmeiros regularizou a sua situação, e as invasões de terrenos devolutos continuaram.

No seu significado social mais amplo, a legislação agrária estabelecia as formas pelas quais o Estado transformaria simples possesores (embora grandes fazendeiros) em legítimos proprietários. Este passo era essencial, tendo em vista os efeitos modernizadores (no sentido da instalação de uma sociedade burguesa) provocados pelas transições para o trabalho livre. Tratava-se, em síntese, de transitar da posse condicional (inclusive no caso das sesmarias) para a propriedade plena, forma de apropriação compatível com a sociedade capitalista.

Ao adotarem a Lei de 1850, os Estados tomaram para si as mesmas tarefas propostas pelo Império; entretanto, o processo de regularização da propriedade territorial arrastou-se por praticamente todo o período da Primeira República. Todos os Estados alteraram a data-limite para a validade das posses até pelo menos 1889 e dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até quase 1930. O processo de privatização das terras públicas continuou a ocorrer em todas as regiões através das invasões e ocupações que os particulares realizavam sem que os poderes públicos tivessem as condições e/ou o desejo de as impedir. Provam-no os relatórios dos Serviços de Terras dos Estados durante o período.

Paradoxalmente, a adoção de uma legislação liberal em relação ao apossamento não significou uma democratização do acesso à terra. A incapacidade dos poderes públicos de garantirem que a Lei beneficiasse todos os segmentos da população rural levou a um acirramento da luta entre particulares pela posse das terras públicas a qual já vinha ocorrendo nos últimos anos do Império. O cangaço, as lutas de famílias, os movimentos messiânicos foram manifestações direta ou indiretamente vinculadas ao processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado que transcorria ao largo da Lei.

A situação político-social imperante no campo brasileiro filtrou, portanto,

a aplicação da Lei, e operou no sentido de aumentar a concentração da propriedade fundiária através da posse, beneficiando-se desse processo principalmente a fração da população rural capaz de, por meios privados, manter e ampliar seu poder sobre o território.

A questão da terra na Primeira República

**Manuel
Correia de
Andrade**

O Brasil foi povoado dentro de uma política de apoio ao grande empreendimento agrícola, que produzia utilizando a mão-de-obra escrava — indígena e africana. No período colonial, embora o "proprietário" tivesse apenas a posse da terra e não o domínio, as sesmarias eram formadas por grandes porções de terras — algumas das quais tinham centenas de léguas, como a da Casa da Torre, no vale de São Francisco, pertencente a Dias Dávila, e a da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, que se estendia do Morro do Chapéu, na Bahia até o rio dos Velhos, em Minas Gerais.

Em 1822, com a extinção do sistema das sesmarias, iniciou-se a doação de terras de acordo com o direito de posse, o que, teoricamente, democratizava a propriedade da terra. Na realidade, o pequeno possessor dificilmente tinha condições de legalizar a sua posse, face à distância das cidades e o poder dos grandes proprietários vizinhos. A partir de 1850, com a Lei de Terras, o sistema de propriedade fundiária tornou-se ainda mais elitizado.

O Império Brasileiro (1822-1889) teve sua sustentação política no latifúndio escravista, e só nos fins do século XIX, com a decadência do sistema escravocrata, e com a imigração estrangeira, é que começaram a surgir preocupações com mudanças, sobretudo por parte de políticos de idéias mais avançadas, como Joaquim Nabuco, com a pregação de uma reforma agrária a partir de 1884, e André Rebouças, com as idéias de democracia social.

Ao abolir a escravidão, preocupado com o destino dos libertos, o Gabinete João Alfredo propôs, com o consentimento do Imperador, que se desapropriassem terras às margens dos rios navegáveis e das estradas de ferro, a fim de que fossem exploradas por pequenos proprietários. Com isso, absorver-se-ia a força de trabalho dos ex-escravos e de numerosos migrantes que fugiam do trabalho nas grandes fazendas. Certamente, o Governo se inspirava nas experiências feitas com migrantes no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Um projeto como este, se executado, deveria dar ótimos resultados em São Paulo, onde a agricultura era mais capitalista.

A República, até certo ponto, contou com o apoio dos grandes fazendeiros, que se consideravam traídos pela Abolição e, em consequência, a apoiaram. Leis como a proposta pelo gabinete João Alfredo, não foram discutidas e muito menos aprovadas. Os governos republicanos, dominados pelos cafeicultores paulistas, pelos criadores de gado mineiros e gaúchos, pelos senhores

de engenho de Pernambuco e da Bahia, procuraram, não só manter o sistema vigente, como até dificultar qualquer tentativa de reformas. Só nos Estados menos povoados e onde havia áreas a ocupar, é que foi estimulada a implantação de núcleos coloniais de nacionalidades diferentes, e até de experiências ideológicas como a da Colônia Anarquista de Sta. Cecília.

Nas áreas de mais difícil acesso, ou de terras mais pobres, a pequena propriedade substituiu, com pequena expressão e por razões diversas — como o pouco valor das terras, distantes das estradas e das cidades, ou a necessidade para a grande propriedade de manter em sua periferia moradores sem terras e pequenos proprietários que poderiam ser recrutados para o trabalho nos períodos de pique da demanda de mão-de-obra. Tratava-se de áreas em que são tradicionais as migrações sazonais. A pequena propriedade surgiu também em certas áreas em função da sucessão hereditária, sobretudo quando as famílias eram numerosas.

O domínio da grande propriedade e o monopólio da terra foram responsáveis, em grande parte, por conflitos sociais que se iniciaram no período colonial, e que se estendem até os dias de hoje. Assim, em pleno regime republicano, nos fins do século XIX, houve a chamada Guerra de Canudos, na Bahia, e no século XX, a do Contestado, em Santa Catarina e Paraná. Isto para mencionar apenas as mais importantes, nas quais os revoltosos eram classificados como bandidos e fanáticos, e mortos com a maior crueldade e violência.

Somente após a Revolução de 1930 e, recentemente, com a difusão de notícias em larga escala, é que a luta pela terra vem sendo organizada, e conseguiu ser institucionalizada. Mesmo assim, a grande propriedade é dominante na maior porção do território nacional, e é representada por latifúndios pertencentes a pessoas físicas, de famílias tradicionais, e por latifúndios de propriedade de grandes empresas nacionais e estrangeiras, e até de grandes grupos econômicos.

Grande propriedade e grandes proprietários: velhas questões, novas abordagens

**Sonia
Regina de
Mendonça**

Podemos datar da Primeira República o início do processo denominado por muitos autores de "politização da economia brasileira" quando, em função dos obstáculos à comercialização externa da maioria dos tradicionais produtos de exportação brasileira, agravou-se a competitividade entre os distintos segmentos da classe proprietária rural, em busca da melhor colocação da sua produção no mercado doméstico. Germinava-se uma redistribuição espacial e setorial da produção agrícola que era percebida por vários grupos de proprietários rurais como uma ameaça a seu poder econômico e político, mormente devido à preponderância paulista no cenário nacional.

A busca de alternativas e redefinições capazes de fazerem frente ao novo contexto impunha-se à reflexão dos diferentes setores de grandes proprietários, detonando uma reação por parte de frações da classe dominante agrária brasileira, cujo suporte residia na hipervalorização do campo e da vida rural, bem como na reedição da tradicional *vocação eminentemente agrícola do país*, fundamental para a coesão da classe, em meio aos riscos de perda do controle social sobre as mudanças então em curso, exacerbadas pela industrialização. Por esse motivo, malgrado as divergências situacionais e políticas específicas a cada uma dessas frações de classe — manifestas sobretudo nas propostas de intervenção junto ao mercado de trabalho —, chamamos a esta reação de movimento ruralista.

Organizado em torno a uma instituição de classe de ampla representatividade, a despeito de não contar em seus quadros com porta-vozes da grande burguesia cafeeira paulista — a Sociedade Nacional de Agricultura — esse movimento de grandes proprietários tinha suas reivindicações estruturais em dois eixos: a modernização da grande propriedade e a maximização produtiva dos empreendimentos agrários, o que era de todo consoante aos fins últimos colimados: a preservação do monopólio da terra e o rigoroso enquadramento das populações rurais. Racionalizar a produção, tornando-a mais eficiente, era a meta em foco. *Produzir mais, com menores custos* era o lema dos ruralistas que recomendavam duas vias para concretizá-lo: a modernização das lavouras — mediante a mecanização — e a diversificação dos cultivos — mediante a adoção de métodos intensivos de seleção, plantio e beneficiamento das espécies tidas como rentáveis.

Paradoxalmente, no entanto, a modernização preconizada, ao descrever soluções "ideais", prescrevia os limites em que esta deveria inserir-se, criando parâmetros entre o "velho" e o "novo" em matéria de desenvolvimento da agricultura, o que significava deter o controle sobre ele: modernizar, apenas o suficiente para garantir a produção de excedentes capazes de atenderem a um mercado interno ampliado, porém com o mínimo de alterações na estrutura fundiária.

Tal perspectiva conservadora iria recolocar-se no tocante à diferenciação social implícita no projeto diversificador, já que este abria brechas para a pequena produção. Neste caso, era unânime a defesa da extensão vigiada da pequena propriedade, com base no princípio da "natural divisão de tarefas" entre grandes e pequenos produtores, cabendo aos últimos um papel complementar ao latifúndio. Dirigindo-se à imprecisa categoria dos *pequenos*, os ruralistas acabariam por promover, a nível do simbólico, a diluição da realidade social do campo, uma vez que entronizava-se um único protagonista do almejado "progresso": o chamado *produtor moderno*, resultado de uma apropriação do real baseada na divisão horizontal dos sujeitos nele envolvidos, esvaziando-o dos antagonismos de classe vigentes.

A promoção do consenso em torno à modernização agrícola, além de neutralizar as tensões políticas intraclasse dominante, consistia em tarefa imputada ao Estado e, nesse caso, explícita ou implicitamente, a ortodoxia liberal e seu núcleo estruturante — o mercado — começavam a perder cada vez mais adeptos.

O Processo de Industrialização

A oferta de mão-de-obra no início da industrialização brasileira

Flávio R. Versiani A gênese da indústria no Brasil tem sido estudada principalmente sob o ângulo dos estímulos que explicariam a efetivação dos primeiros investimentos na produção de manufaturas destinadas ao consumo doméstico, no bojo de uma economia até então dominada pelo setor agro-exportador. No estudo da origem daqueles estímulos deu-se muita ênfase, como é sabido, à análise das relações entre a atividade exportadora e o novo setor industrial. Isso foi sem dúvida determinado pela grande influência, entre nós, das idéias ligadas à escola da CEPAL, nas décadas de 1950 a 1970 (especialmente o chamado modelo dos "choques adversos"), e da crítica a que esse modelo tem sido submetido mais recentemente.

Tal ênfase, se incentivou o desenvolvimento de linhas de pesquisa de grande interesse, teve no entanto um custo: deixaram-se de lado algumas indagações de importância central. Uma delas refere-se à questão da mão-de-obra: de onde provieram tipicamente, os trabalhadores das primeiras indústrias? Até que ponto a disponibilidade de mão-de-obra foi um fator restritivo do processo?

Suzigan, em 1986, alinhava a oferta de trabalho como uma das "questões não resolvidas" quanto às origens do desenvolvimento industrial brasileiro;¹ isso é sem dúvida ainda verdade hoje. O objetivo deste trabalho é levantar alguns pontos relacionados à oferta da mão-de-obra no período inicial da industrialização brasileira, em duas partes principais.

Primeiro, far-se-á uma resenha (não-exaustiva) da literatura a respeito da questão do trabalho na indústria nesse período. Serão revistos basicamente as seguintes partes: (a) evidência disponível quanto à utilização de trabalho escravo, antes da Abolição; (b) informações contemporâneas referentes à disponibilidade de trabalho livre e qualificado e não-qualificado, após 1888; (c) evidência derivada de estudos de caso de empresas específicas sobre a composição de sua força de trabalho.

Em seguida, utilizar-se-ão dados ao Censo de 1920 para substanciar uma análise mais objetiva do problema nesse ponto do tempo, na mesma linha de trabalho recente do autor².

Notas

¹ SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira, Origens e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 73.

² VERSIANI, Flávio R. "Imigrantes, Trabalho Qualificado e Industrialização: Rio e São Paulo no início do século." *Revista de Economia Política*, a sair.

O papel dos investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil

Wilson Suzigan & Tamás Szmrecsányi A industrialização retardatória tem sido analisada muitas vezes de um ângulo predominantemente político, como resultante da atuação do Estado e de elites locais no sentido de manter o controle sobre o mercado interno e de preservar a competitividade no mercado internacional. Essa perspectiva, que relega a um segundo plano os fatores econômicos, tem sido revista no caso dos países centrais à luz de trabalhos pioneiros como os de Alfred D. Chandler Jr., quanto aos Estados Unidos, e de David S. Landes, em relação à Europa Ocidental. No caso dos países periféricos, apesar de alguns estudos recentes — como o de I. T. Berend e G. Ránki, *The European Periphery and Industrialization, 1780-1914* (Cambridge University Press, 1982) — o processo continua sendo encarado principalmente como uma resposta das economias primário-exportadoras à crise desencadeada inicialmente pela Primeira Guerra Mundial, e de forma mais definitiva pela depressão dos anos trinta. Há numerosos indícios, entretanto, que apontam para o fato de suas origens terem sido bastante anteriores, e de que delas não estiveram ausentes quer a capacidade empresarial endógena a essas economias, quer o ingresso de

investimentos estrangeiros resultantes da internacionalização do capital industrial dos países centrais.

Este trabalho se propõe a recuperar e caracterizar as modalidades assumidas no caso brasileiro pela segunda vertente, ainda no contexto da economia agro-exportadora. As evidências empíricas aqui apresentadas em termos setoriais, constituem um desdobramento da pesquisa que levou à elaboração do livro *Indústria Brasileira: Origens e Desenvolvimento* (São Paulo, 1986, Editora Brasiliense.). Por meio delas, pode-se perceber que o capital estrangeiro vem participando da industrialização do Brasil há mais tempo e de uma forma mais ampla do que geralmente se apregoa. As estratégias empresariais subjacentes apontam para uma multiplicidade de motivações e uma diversidade de configurações estruturais. A influência destes investimentos tem sido, desde o início, decisiva na conformação de vários ramos estratégicos de nossa indústria de transformação, além de constituir um importante fator do seu crescimento e diversificação a partir da década de 1920. Os dados e as informações que conseguimos reunir sugerem, no mínimo, a necessidade da realização de mais estudos monográficos no campo da história de empresas.

O café e a economia do Rio de Janeiro — 1889/1920

Hildete Pereira de Melo A análise do tema café, para estudar a formação econômica do Rio de Janeiro, permite agregar novos elementos às interpretações do desenvolvimento industrial brasileiro; nessas visões, um dos paradigmas utilizados tem sido a relação direta entre café e indústria, vivida com sucesso pela economia paulista durante a Primeira República. Este trabalho analisa o papel do café na economia fluminense usando a interpretação do capitalismo tardio com a teoria do crescimento induzido por produtos básicos (*staples*) e a abordagem hirschmaniana de efeitos de encadeamento (*linkages*) para mensurar os impactos da cultura cafeeira exportadora na diversificação das atividades produtivas da região do Rio de Janeiro.

No contexto da predominância do Sudeste brasileiro como exportador de café é que se devem situar os sucessos e fracassos da economia fluminense durante a Primeira República. O café foi um produto que impulsionou o crescimento da renda tanto no Capital Federal como na antiga Província/Estado na segunda metade do século passado. O Rio de Janeiro viveu o "boom" do café de 1820 até os anos de 1880. A partir da abolição da escravidão e nas primeiras décadas republicanas, o café fluminense aparece na historiografia como "decadente"; essa crise da lavoura cafeeira é uma das explicações para o atraso da modernização do Rio de Janeiro.

Este trabalho busca explicar o desenvolvimento do Rio de Janeiro de 1889 até 1920 em termos dos enfoques hirschmanianos e do produto básico, segundo os quais, o implante industrial carioca dos anos 1870-1885 foi

induzido pelas exportações de café. Essa relação entre o setor exportador cafeeiro e o desenvolvimento industrial foi drasticamente reduzida nas primeiras décadas republicanas para o antigo Estado do Rio de Janeiro. O implante industrial ocorrido na Capital Federal na década de 1885/1895 foi uma consequência da velha riqueza exportadora, que até os anos de 1930 representava a terceira produção cafeeira mundial, aliada à fermentação mercantil da função portuária da cidade. No entanto, a perda de dinamismo do café fluminense acabou contaminando também a rica cidade do Rio de Janeiro, que, ao longo das décadas vindouras crescerá a taxas sempre inferiores à média nacional.

O surgimento da indústria têxtil mineira no século XIX

M. Teresa Ribeiro de Oliveira O surgimento da indústria brasileira no período que antecede a Primeira Guerra Mundial tem sido explicado como o resultado, direto ou indireto, do desempenho do setor exportador e, em especial, do setor exportador cafeeiro. Essa explicação é inadequada para o caso de Minas Gerais. Há, atualmente, um consenso de que a economia mineira cresceu significativamente no século XIX, e que esse crescimento não estava diretamente correlacionado ao crescimento das exportações, mas sim à expansão do mercado interno. De fato, o setor cafeeiro exportador em Minas Gerais nas últimas décadas do século XIX restringia-se ao sul da província, e as atividades de mineração há tempos estavam em declínio. Assim sendo seria de se esperar que o surgimento da indústria mineira tivesse respondido a estímulos diferentes daqueles que determinaram o seu aparecimento em regiões exportadoras.

Este trabalho investiga o surgimento da indústria têxtil mineira: quem foram os primeiros investidores, quando e quais os motivos que os levaram a investir na indústria têxtil, e onde foram estabelecidas as primeiras fábricas. A partir desses resultados, o trabalho faz uma análise comparativa do padrão de evolução inicial da indústria mineira e da indústria têxtil das regiões exportadoras. As semelhanças e diferenças entre o padrão mineiro de industrialização e o padrão exportador de industrialização são enfatizadas e analisadas.

O Mundo do Trabalho

Santos: transformações urbanas e mercado de trabalho livre, 1870-1914

Ana Lucia Duarte Lanna Em fins do século XIX, a sociedade brasileira passava por radicais transformações em todos os setores e aspectos de sua organização. A crise que levaria à abolição da escravidão em 1888 e à formação de uma classe trabalhadora livre são um dos elementos centrais das transformações em curso. A assim chamada questão do trabalho era um dos temas mais polémicos do período. A formação das cidades, o aparecimento de novos núcleos urbanos, a remodelação e ampliação dos já existentes, que vão assumir características bastante distintas daquelas definidas ao longo do período colonial, são outros elementos fundamentais para a compreensão do período.

Ao realizarmos o nosso estudo para a cidade de Santos, procuramos, a partir da análise deste caso específico, compreender as interrelações deste dois aspectos fundamentais das mudanças em curso. Levantar as condições de vida da classe trabalhadora em formação; as características da cidade em transformação, sobretudo a partir das intervenções de caráter sanitarista; as relações de poder e tensões entre as esferas municipal, estadual e federal; as reformas

do porto; e os diferentes usos e apropriações do espaço urbano feitos sobretudo pelos trabalhadores foram os caminhos adotados para a consecução dos nossos objetivos. As relações entre a cidade e seu porto, entre a cidade e o planalto e, sobretudo, aquelas estabelecidas entre os trabalhadores e o espaço urbano em formação são os eixos privilegiados da nossa análise.

Neste sentido pretendemos discutir como que, no quadro de formação de uma cidade moderna, burguesa e que vai se ordenando de acordo com as necessidades do capital, a classe trabalhadora vai também se constituindo, estabelecendo relações entre si e com a sociedade organizada. E também como a constituição destes novos espaços vão servir para a definição de novos trabalhadores. Privilegiamos a compreensão da formação destes grupos, de suas tensões interétnicas (sobretudo aquelas existentes entre negros, em geral ex-escravos, e imigrantes na sua maioria portugueses e espanhóis); de suas diferentes inserções no espaço da cidade; enfim da análise dos seus modos de vida e das violentas transformações a que estão sendo submetidos como forma de construção desta cidade/sociedade moderna que ao mesmo tempo os inclui, como caso de polícia, e os exclui, como cidadãos.

A imigração portuguesa e a mão-de-obra do Rio de Janeiro na Primeira República

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo Um tema que tem sido amplamente discutido é o da perda de hegemonia industrial pelo Rio de Janeiro entre os censos de 1907 e 1920, atribuída ao declínio da cafeicultura, ao elevado custo de vida, sobretudo da alimentação e da mão-de-obra, e ao tipo de imigrante predominantemente de origem rural. O menor influxo de imigrantes para o Rio de Janeiro em comparação com São Paulo teria sido um dos fatores responsáveis pelo encarecimento da mão-de-obra naquela cidade.

A propósito dessa argumentação, é oportuno lembrar que o censo de 1907 incluía pequenas oficinas e fábricas, enquanto que no de 1920 elas estavam excluídas. Como os imigrantes portugueses, majoritários no Rio de Janeiro, tendiam a se concentrar nas atividades artesanais, é preciso relativizar o impacto do declínio da imigração no crescimento industrial do Rio de Janeiro entre 1906 e 1920. Também é necessário assinalar que houve uma diferença de critério entre o censo demográfico e o industrial, relativos a 1906, quanto ao conceito de operário.

Acredito, por outro lado, que, na análise dos níveis mais altos do salário médio industrial no Rio de Janeiro do que em São Paulo, deve-se levar em conta a luta operária. A análise das greves do período no Rio de Janeiro revela que os motivos principais das mesmas foram o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho.

Embora a dificuldade de organização do operariado residisse principal-

mente na repressão governamental, também considero importante a diferença de aspirações entre artesãos e operários.

Outro ponto controvertido é o do comportamento individualista dos imigrantes-operários. Aquelles que já tinham certos ganhos não se solidarizavam com as lutas dos que estavam em condições inferiores. Argumenta-se também que os imigrantes portugueses, majoritários no Rio de Janeiro, provinham de regiões rurais em que prevalecia a economia camponesa, considerada de caráter individualista; esse traço, porém, é discutível, pois havia prática de trabalho coletivo nas aldeias, de cooperação entre vizinhos e de solidariedade mútua.

É preciso lembrar que nas aldeias portuguesas existiam oficinas, pequenas unidades artesanais que entraram em declínio com o incremento da emigração. Muitos imigrantes passavam por estágios em cidades maiores de Portugal antes de virem ao Brasil.

Por outro lado, a colônia portuguesa no Brasil deu grande ênfase ao treinamento de mão-de-obra, inclusive através da fundação dos Liceus de Artes e Ofícios, e os imigrantes portugueses, apesar de pouco alfabetizados, eram mais alfabetizados do que os nativos. Os portugueses mantinham considerável número de organizações no então Distrito Federal, revelando acentuado espírito associativo.

Nas primeiras greves de 1890 a 1893, e nos anos de auge de 1903, 1906 e 1911, predominaram operários, artesãos e mão-de-obra de ramos industriais e de serviços em que os portugueses prevaleciam. Além de participarem das organizações operárias, os portugueses mantinham casas regionais que procuravam preservar a solidariedade dos respectivos grupos, e que foram gradativamente abertas aos brasileiros.

A questão dos conflitos inter-étnicos sofreu oscilações através do tempo. De um modo geral, esses conflitos espelham concorrência no emprego e preconceito racial contra o negro e o mestiço. Mas, eles eram condenados pela imprensa operária da época, e ficaram num segundo plano, afetando relativamente pouco as lutas operárias.

Nem a questão dos conflitos inter-étnicos, nem o da mentalidade e do fluxo da corrente imigratória parecem ter sido fatores fundamentais na perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro, nem tampouco o declínio da cafeicultura, pois o seu capital industrial provinha sobretudo do comércio. Uma das grandes vantagens do Rio de Janeiro era o mercado de caráter nacional que usufruía, e que começou a perder devido à alta dos fretes, ao declínio do abastecimento de gêneros alimentícios, que forçava a elevação dos salários, e ao encarecimento da energia elétrica.

Imigrantes espanhóis na cidade de São Paulo

**José
Leonardo do
Nascimento**

A mudança da paisagem urbana da cidade de São Paulo resultou do desenvolvimento econômico, em compasso de industrialização, e do influxo da imigração de massa subsidiada pelo Estado, no final do século passado. Nos primeiros decênios do século, constituíram-se na capital bairros imigrantes e industriais, locais, a um só tempo, de trabalho, moradia e lazer de famílias imigrantes.

Entretanto, a imigração em direção à cidade de São Paulo foi uma transgressão da política estadual de imigração que visava carrear a massa de trabalhadores estrangeiros às fazendas de café. Houve um refluxo urbano de grande número de imigrantes que se dirigia, a princípio, às regiões rurais. A capital paulista incorporou como operários parcela considerável dos recém-chegados. A imigração, todavia, transbordou o quadro da mão-de-obra industrial tecendo relações diversas com a economia industrial em gestação.

De fato, o mundo do trabalho não se esgota na atividade de colonos das fazendas de café do oeste paulista ou de operários. Simultaneamente ao trabalho industrial, pulula um mundo de pequenos negócios, antepassados alguns de grandes empreendimentos, viabilizando, no mais das vezes, pela entre-ajuda de membros de uma mesma nacionalidade. As formas de inserção pelo trabalho na sociedade de adoção são variadas e inusitadas.

A constituição de "nichos" econômicos representa a busca de caminhos próprios de ascensão social. O estudo dos "nichos" como mecanismo adaptativo e espaço privilegiado da solidariedade étnica, assim como de sua relação com a economia industrial, a urbanização e a modernização da capital, parece essencial ao entendimento da saga imigratória para São Paulo. A ascensão dos imigrantes depende, em grande parte, da possibilidade de exploração de setores econômicos originais.

O reconhecimento social de alguns grupos imigrantes decorre, ademais, do renome de suas atividades econômicas. Passa-se com a imigração um fenômeno curioso: há etnias numerosas, menos visíveis socialmente do que pequenos grupos de imigrantes. Os espanhóis, a segunda nacionalidade mais numerosa a demandar o Estado de São Paulo, pouco se distinguiram em relação aos demais companheiros de viagem.

Se o número não confere necessariamente notoriedade, que relação se tece entre visibilidade social e atividade econômica? A análise da instalação e prática econômica de imigrantes na cidade de São Paulo, com ênfase no grupo espanhol, poderá talvez encaminhar algumas respostas à questão.

O mercado de trabalho da cidade de São Paulo nos anos vinte

Maria Alice Rosa Ribeiro Nos anos vinte, a cidade de São Paulo foi o palco onde se desenrolou o drama da modernidade. De uma modernidade especial a de uma sociedade capitalista na periferia do capitalismo: "...*Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações operárias, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa arte...*"

Com essa exaltação, os intelectuais da Semana de Arte Moderna manifestavam seu desejo de serem modernos, de serem contemporâneos às transformações do mundo... O ingresso da sociedade paulistana na cultura urbana anunciava-se como uma dádiva, capaz de trazer o progresso e o fim das desigualdades.

E o poeta modernista explicava-se: "...*automóveis, cinema, asfalto. Se essas palavras freqüentam-me o livro não é que pense com elas escrever moderno, mas porque sendo meu livro moderno, elas têm nele seu razão de ser...*"

Aquelas palavras não só povoavam a poesia do poeta modernista, como começavam a fazer parte da cidade de São Paulo. Nos anos vinte, a cidade explodia em termos econômicos, sociais e culturais. Consolidava o desenvolvimento industrial e ganhava uma identidade cultural de aspiração nitidamente urbana. A dinâmica da economia urbana paulista, ditada pelo grande capital comercial, junta-se a indústria e o capitalista industrial. Ao longo do período, o capital industrial diversifica seus investimentos, organiza um parque industrial que vai além dos bens de consumo corrente e torna a capital paulista a cidade responsável pela geração do maior valor da produção industrial do país. As atividades industriais e comerciais ligadas à construção física da cidade — construção civil, indústria de materiais para edificação, metalúrgica, material elétrico e mecânica — cresceram, permitindo uma maior integração da estrutura industrial e comercial com a expansão urbana.

A expansão e diferenciação econômica agregam-se o crescimento da população, cuja taxa de crescimento superou a da Capital Federal, e a diferenciação e segmentação do mercado de trabalho em termos de novas ocupações; distribuição da mão-de-obra entre os setores produtivos; nacionalidades; trabalho de mulheres e de menores. Ao lado dos antigos trabalhadores imigrantes, agora perfeitamente adaptados à sociedade paulista, aparecem os novos contingentes de trabalhadores, de diferentes nacionalidades, trazidos pela política de imigração, a qual permanece até quase o final da década como uma das principais fontes de abastecimento do mercado de trabalho. Nessa época, uma nova fonte de abastecimento do mercado de força de trabalho desponta: os migrantes nacionais — a *emigração da miséria* — o êxodo campo/cidade.

As pressões dos trabalhadores na década anterior, em especial a greve de 1917, as dimensões e o aprofundamento da economia urbana industrial

trazem para o debate a questão operária traduzidas nas leis de regulamentação do mercado de trabalho — lei de férias e código de menores. Durante os vinte anos seguintes, essas disposições legais, permaneceram totalmente inovadoras, pois até então a legislação trabalhista se restringia à lei de acidentes de trabalho, ocupando as agendas das associações de industriais, perplexas com o inusitado problema de impor limites à exploração da força de trabalho e temerosas quanto ao futuro da relação capital-trabalho.

Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914

Maria Lucia Caira Githay A um século de distância, as primeiras lutas dos trabalhadores do porto de Santos permanecem nebulosas. Conhecidas justamente por sua lendária tradição de luta, os trabalhadores do porto de Santos ainda desconhecem as origens da mesma. Chamada de "Barcelona Brasileira" durante a Primeira República, a cidade já chamava a atenção pela constância e combatividade de seu movimento operário.

Na época do assim-chamado "novo imperialismo", a necessidade de melhor articulação com o mercado internacional de uma crescente produção de matérias primas e de alimentos levou a construção de ferrovias e portos a muitas das áreas hoje conhecidas como parte do Terceiro Mundo. No caso do Brasil, a segunda metade do século assiste a um processo de diversificação econômica e social, com a definição do País como exportador de café, que culmina com as reformas políticas corporificadas na Abolição e na República. A imigração e a formação de um mercado de trabalho livre, em um momento de intensa urbanização, são processos correlatos que levam adiante a criação de um espectro social mais complexo, no qual cabe salientar a emergência de uma classe operária. A concentração operária teve lugar, como em outras áreas do Terceiro Mundo, primeiro na indústria da construção civil e dos transportes. A construção de ferrovias e portos foi um dos primeiros empreendimentos e reunir um contingente significativo de trabalhadores livres. O surgimento das fábricas veio engrossar as fileiras dos operários, que não tardam a reconhecer-se enquanto tais através da criação de um movimento próprio.

Santos, que se torna o porto do café durante o período em estudo, é um lugar privilegiado para o estudo desta transformação maior que a sociedade brasileira atravessa. Uma comunidade multicultural e multiracial baseada em afinidades de trabalho e de residência, assim como nos múltiplos constrangimentos da condição operária, desenvolve-se na cidade, oferecendo um solo histórico fértil ao florescimento do movimento operário. A linguagem política adotada por este movimento é a do anarco-sindicalismo.

Os trabalhadores do porto ocupam um papel crucial tanto nesta comunidade quanto neste movimento. Sua atuação será, portanto, analisada dentro

deste contexto mais amplo de formação da classe. Ao mesmo tempo, outra linha de indagações penetra no mundo do porto, inquirindo sobre as condições específicas em que ocorre o trabalho portuário, especialmente as questões relativas ao mercado e ao processo de trabalho. Estas questões revestem-se da maior atualidade hoje, quando, um século depois, impõem-se novamente a questão da modernização do trabalho portuário e voltam a posicionar-se os diversos interesses.

Trabalho e indústria na Primeira República: o caso do Rio Grande do Sul

Ronaldo Herrlein Jr. & Adriana Dias As características do processo de transição capitalista no Rio Grande do Sul condicionaram decisivamente a configuração do mercado e das relações de trabalho na nascente indústria gaúcha. Nessa região, a estrutura de propriedade das terras — associada à pequena produção colonial e à pecuária extensiva — permitiu apenas um escasso provimento da força de trabalho necessária à constituição da indústria. O movimento inicial de formação de um mercado de trabalho urbano-industrial era bloqueado pela possibilidade de acesso à terra. Foi preciso que o desenvolvimento comercial dos subsistemas agrícola e pecuário estabelecesse condições para o surgimento da indústria, simultaneamente à urbanização; para que, como parte integrante dessa transformação, o trabalho assalariado fosse introduzido em escala social, dando início à formação de um mercado de trabalho para o capital.

Nessas condições de relativa escassez de força de trabalho, o crescimento industrial ensejou uma pressão para a elevação dos salários industriais, estabelecendo-se um significativo diferencial entre estes e os salários rurais. A indústria surgia e se desenvolvia operando em condições próximas ao pleno emprego, e mesmo de pleno emprego, em algumas ocupações, provocando uma disputa por força de trabalho entre os industriais, que adotaram práticas assistencialistas com forte cunho ideológico. Essa circunstância combinou-se à tardia constituição das organizações de classe tanto dos industriais como dos operários, bem como às políticas paternalistas dos governos estaduais de inspiração positivista, conformando relações de trabalho menos conflitantes, no seio das quais estabeleceram-se melhores condições de trabalho e remuneração que as observadas nas demais regiões brasileiras.

Ao contrário do que se poderia esperar, essa situação parece ter condicionado positivamente o desempenho da indústria gaúcha, no sentido de ampliar a produtividade do trabalho e os níveis de utilização de máquinas e utensílios por operários nos estabelecimentos fabris. Dessa forma, foi possível preservar a taxa de exploração da força de trabalho em nível até mesmo superior à média nacional, pois os maiores níveis de produtividade suplantavam a suposta desvantagem do pagamento de salários mais elevados. Revela-se, assim, que

a incipiente burguesia industrial gaúcha encontrou meios de submeter os trabalhadores, e que uma expansão industrial pôde ocorrer mesmo no contexto de um mercado de trabalho restrito e, ademais, com notáveis características de um desenvolvimento social menos excludente e concentrador que aquele observado na constituição de outras indústrias regionais e na configuração do padrão propriamente nacional de industrialização, no período posterior a 1930.

Nacionalismo e Política Econômica

Nacionalismo e política econômica no Estado Novo

Francisco Corsi O trabalho abordará a política econômica do período 1937-1945, procurando entender o caráter nacionalista desta política. Pretendemos sugerir que entre 1937-1939 tomou corpo um projeto de desenvolvimento nacional que vinha sendo desenhado desde 1930. Este projeto, elaborado em um momento de aguda crise do capitalismo e reelaborado ao longo do referido período de acordo com as mudanças na situação internacional e nacional, visava mudar a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. O Brasil deveria deixar de ser um país agrário-exportador para tornar-se um país industrializado.

Esta mudança só seria possível com a internalização do Departamento Produtor de Meios de Produção (DI). Toda a política de desenvolvimento de Vargas girava em torno deste objetivo. Mas, para concretizá-lo, seria imprescindível a participação de capital e tecnologia estrangeiros, e disto Vargas parecia ter consciência. A sua política econômica externa pautou-se sistematicamente pela tentativa de articular a acumulação interna de capital ao

capital estrangeiro, sem o que seria impossível dar o salto para a industrialização pesada. Isto fica claro, por exemplo, no processo de alinhamento do Brasil aos EUA, desencadeado a partir de 1939. O governo Vargas procurou condicionar tal alinhamento à abertura de linhas de crédito de longo prazo e a fornecimentos de armamentos e tecnologia. Desta forma, Vargas teria buscado implementar desde logo um projeto de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. A imprescindibilidade do capital estrangeiro para o desenvolvimento brasileiro, sugere que, para o governo Vargas, a política econômica desenvolvimentista não confrontava os interesses externos. O seu caráter nacional dizia respeito a necessidade de consolidar a nação.

Na concepção Vargas, a internalização do Departamento I, que era compreendida como a construção da infra-estrutura e da indústria pesada, implicava que o Brasil participaria da economia mundial no mesmo patamar dos países desenvolvidos. Ou seja, o Brasil seria um Estado soberano e, desta maneira, a política econômica seria determinada a partir de interesses internos. Não existiria contradição entre este fato e o alinhamento do Brasil aos EUA, pois o Brasil colocaria-se, não como um país subordinado, mas sim como um aliado especial dos norte-americanos, o que nos conferiria uma posição de proeminência na América Latina e no mundo.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra abriu uma nova fase na evolução do Estado Novo. A partir de 1942, há indícios que sugerem que o programa de desenvolvimento e o discurso nacionalista passaram a apresentar novas facetas. Nacionalismo, desenvolvimento econômico e trabalhismo começaram a aparecer, de forma mais clara, com aspectos orgânicos de um mesmo projeto. Ou seja, Vargas pretendia dar uma roupagem nacional e popular ao seu projeto de desenvolvimento e com isso conduzir a democratização e permanecer no poder tendo nas classes populares sua mais importante base de sustentação.

Entretanto, o projeto de desenvolvimento de Vargas nem de longe contemplava um programa consistente de gastos sociais, e também é bastante discutível que a legislação trabalhista tivesse um caráter distributivista da renda. Este projeto visava, sobretudo, propiciar um salto qualitativo na industrialização. Verifica-se ao longo do período um aprofundamento da política econômica industrializante.

Industriais, nacionalismo e política econômica no pós-30

Maria Antonieta P. Leopoldi A revolução de 1930 viabilizou uma reestruturação do Estado, no bojo da qual surgiram um Ministério da Fazenda mais ágil e equipado com funcionários concursados, e um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para cuidar da política industrial e da regulação entre capital e trabalho. Reorganizaram-se os canais de representação das elites econômicas periféricas no

Estado (mate, pinho, cacau, açúcar, borracha entre outros) e montou-se uma estrutura corporativa para a representação dos interesses dos trabalhadores e do empresariado industrial no interior do Estado.

Estas reformas propiciaram grandes mudanças na economia e na sociedade brasileiras. O modelo agro-exportador da República Velha sofreu simultaneamente a erosão da recessão internacional e das mudanças na estrutura do Estado. Aos poucos foi se constituindo uma agricultura um pouco mais diversificada (embora o café ainda seguisse sendo o principal produto da pauta de exportação) enquanto que a industrialização dava um novo salto, revelando-se o setor mais dinâmico da economia na década de 1930.

Com o crescimento industrial concentrado no eixo Rio-S. Paulo, advém a rápida urbanização e a acumulação regional de capital, maximizada pela combinação do café e da indústria. Por outro lado, o crescente contingente dos trabalhadores industriais e comerciais da cidade passa a ser atingido por uma legislação sindical e trabalhista vinda do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Do grande pacto político que consolidou a revolução de 30 emergiram vários projetos que mediram forças, entrecrocaram-se indo por fim desaguar no projeto estadonovista, que reuniu a Vargas, setores do exército, políticos regionais, políticos palacianos e industriais.

Neste trabalho acompanharemos a elaboração do projeto dos industriais visando o desenvolvimento econômico impulsionado pela industrialização substitutiva de importações, fomentado e financiado pelo Estado. Mostraremos como ele nasce nos primeiros movimentos protecionistas das emergentes organizações industriais do Rio de Janeiro, toma forma na combativa ação das associações industriais de S. Paulo e Rio de Janeiro, visando a proteção tarifária para o setor têxtil nos anos 20, e já na década seguinte se consolida dentro do sistema corporativo então montado. Os principais porta-vozes do projeto industrial serão empresários ligados a essas entidades oficiais: Roberto Simonsen (FIESP) e Euvaldo Lodi (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e CNI).

Destacamos como traços principais desse projeto que amadurece nos anos trinta e se viabiliza em parte nos anos quarenta: 1) a defesa do protecionismo à indústria via tarifa e política cambial; 2) o nacionalismo pragmático (defesa da indústria nacional para que ela tenha os mesmos direitos que as indústrias estrangeiras aqui estabelecidas; o pragmatismo advém de uma atitude conciliatória com o capital estrangeiro, evitando qualquer traço xenóforo); 3) participação dos industriais no processo decisório quando este envolvesse os interesses da indústria (tarifa, comércio exterior, legislação trabalhista), através da estrutura corporativista; 4) uma lógica dual para a relação entre o Estado e as organizações corporativistas, na qual para o empresariado, a estrutura corporativista seria flexível, admitindo a coexistência de entidades não oficiais ao lado das organizações corporativas; para os traba-

lhadores, a estrutura deveria ser rígida, buscada no princípio da unidade sindical.

Mais para o final do Estado Novo, alguns elementos novos são acrescentados a esse projeto, por uma ação conjunta do Estado com os industriais: 5) a aliança industriais-militares; 6) anti-comunismo (que inspira a criação do SESI); e 7) o preparo da mão-de-obra industrial (SENAI).

Nos anos cinquenta esse projeto dos industriais começa a se desestruturar em função do rápido crescimento industrial, que reorganiza a base sustentadora do processo de desenvolvimento, reforçando a presença do Estado-empresário e do capital estrangeiro e fragilizando o lado da empresa local. Emergem então nas associações dos industriais, lideranças com projetos diferentes, que ora buscam conciliar os novos interesses numa ampla aliança (empresa nacional, empresa estrangeira e o Estado e suas empresas), ora se entrecrocavam, quando um dos setores se pretende hegemônico.

O trabalho se encerra analisando os impasses trazidos pelo acelerado desenvolvimento industrial do segundo governo Vargas e do período Kubitschek, sobre o projeto industrial de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi. Nessa década, o empresariado industrial está profundamente dividido, o nacionalismo se radicaliza em direção a uma postura maniqueísta na qual quem não é nacionalista tem que ser entreguista. Essa crise do projeto industrial convive com outras crises simultâneas, as quais vão desaguar no golpe de 1964.

Nacionalismo e segundo governo Vargas

Pedro Conquanto as análises tradicionais da historiografia do Segundo Governo
Cezar Vargas tenham ressaltado a importância do nacionalismo como ideologia
Dutra norteadora da política econômica do período, respaldadas no próprio discurso
Fonseca oficial, mais recentemente vários trabalhos procuraram mostrar os limites deste nacionalismo e, no limite, negá-lo. Estas análises frisam normalmente seja o caráter ortodoxo da política econômica e a aproximação de Vargas com os Estados Unidos, com a formação da Comissão Mista Brasil-EUA e o Acordo Militar, seja a composição política conservadora presente no ministério e o comedimento da equipe governamental ao posicionar-se frente a questões fundamentais para a época, como a criação da Petrobrás. Esta "dubiedade" do governo levou autores como Skidmore a demarcarem duas fases no Segundo Governo Vargas: a primeira, até meados de 1953, na qual prevalecia a aproximação com os Estados Unidos; e uma segunda, marcada pela dura política de Eisenhower na presidência dos EUA, a qual teria ensejado uma "virada nacionalista" por parte do governo brasileiro.

A questão básica que surge, após analisarem-se a política econômica e as relações entre os governos brasileiro e norte-americano, é como se pode chamar de nacionalista Vargas e seu governo se estes não expressavam repulsa

ao capital estrangeiro, ou antes disso, se entendiam que a entrada de capitais estrangeiros era fundamental para o processo de desenvolvimento. O nacionalismo seria mera retórica, ou apenas elemento de coesão para ganhar adeptos ao projeto desenvolvimentista?

A resposta exige que se analise o sentido histórico do "nacionalismo", livrando-se da concepção que o define a priori como um conjunto de atributos previamente aceitos, cabendo ao analista, em etapa posterior, testar até que ponto o governo agiu e se comportou de acordo com tal "modelo" ou "tipo ideal". O nacionalismo, historicamente, pode ser entendido ao se perguntar o que significava, naquela conjuntura, o "não-nacionalismo". É preciso, portanto, reportar-se às transformações internacionais do período e analisá-las lado a lado às intenções e projetos de governo na sociedade brasileira. A política de barganha de Vargas no Estado Novo, por exemplo, perde sentido após a hegemonia dos EUA do pós-guerra.

Não se trata aqui de colocar em dúvida a existência do nacionalismo no período, mas de, ao pensá-lo historicamente, entendê-lo como o nacionalismo possível frente aos projetos governamentais e às determinações externas, de um lado, e à correlação de forças políticas que sustentavam o governo, do outro. O nacionalismo, assim, expressava a ideologia dos grupos emergentes na sociedade contra a antiga divisão internacional do trabalho, defendendo a industrialização acelerada. Suas peculiaridades e limites não residiam em opor-se ao velho, mas em não explicitar a complexidade do novo: a nova forma de inserção do país no sistema capitalista internacional. O nacionalismo expressava, assim, antes uma omissão que uma afirmação.

Industrialização e Desenvolvimentismo

A industrialização mineira no pós 1930

Clélio Campolina Diniz Sumário: 1. A década de 1930: crise, expectativa e frustração do projeto metalúrgico; 2. A busca de novo caminho e seus limites: Cidade Industrial de Contagem e o Plano de Recuperação Econômica e Fomento de Produção; 3. O "Binômio Energia e Transportes" como ensaio para o Programa de Metas; 4. Industrialização pesada, articulação inter-regional e especialização produtiva; 5. Tendências recentes da industrialização mineira.

Na década de 1930 conjugaram-se o atraso e a crise geral da economia mineira com uma forte expectativa de que, afinal, Minas Gerais poderia dar um salto econômico através dos grandes projetos metalúrgicos. Essa expectativa foi, no entanto, frustrada a partir do momento em que o Estado perdeu a localização da Companhia Siderúrgica Nacional e em que os demais projetos demonstraram não ter peso suficiente para alterar o quadro econômico geral de Minas Gerais.

O Estado buscou então abrir novos caminhos, lançando-se à construção de uma cidade industrial planejada e à montagem de um sistema energético público. Elaborou, a seguir, seu Plano de Governo, assimilando o debate que

se tratava a nível nacional e antecipando-se aos futuros diagnósticos, inclusive da CEPAL, sobre a importância da industrialização para o desenvolvimento econômico.

Embora os resultados tenham sido modestos, o esforço institucional foi decisivo para que, no início da década de 1950, o Governo JK lançasse o "Binômio Energia e Transportes", o qual foi básico em termos de montagem da infra-estrutura econômica, através da criação da CEMIG e de um amplo programa rodoviário, que serviu como suporte para a industrialização posterior. Apoiada no avanço mínimo da infra-estrutura, na sua base de recursos naturais, na proximidade geográfica com São Paulo, Rio de Janeiro e com a nova capital da República e na "legitimidade" das reivindicações regionalistas, a partir da década de 1950 a economia mineira expandiu sua indústria pesada, apoiando-se em empresas estatais e estrangeiras e estabelecendo fortes laços inter-regionais e marcada especialização produtiva.

Dados o padrão de industrialização e a dimensão geográfica e populacional do Estado, o crescimento industrial não foi capaz de gerar empregos em nível satisfatório nem tampouco aliviar as finanças públicas. Foi então criado o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais com atribuições de alavancar o crescimento industrial. Na fase autoritária reforçou-se o papel da tecnocracia, encastelada no BDMG e na CEMIG, a qual procuraria dar nova rotação à ação estatal, montando um aparato institucional de apoio à industrialização. Com a retomada do crescimento industrial a partir do final da década de 1960 e com o início do processo de reversão da polarização da Área Metropolitana de São Paulo, Minas Gerais se beneficiou. Aproveitando-se de suas condições naturais e locacionais e de sua base institucional procurou atrair investimentos públicos e estrangeiros, o que lhe permitiu crescer industrialmente mais que a média nacional.

Indústria e planejamento

Edgard Carone Apesar de a indústria nacional ter aparecido pouco após a Independência, como afirmam algumas fontes, sua importância começa a ser notada cinqüenta anos após, a partir da República. O crescimento, então, se acelera e, cada vez mais, esta forma de atividade ocupa espaço maior na economia do País. A expansão se dá em vários níveis: na produção cada vez mais diferenciada, na expansão geográfica, na afirmação da classe etc. Este último aspecto é o que nos interessa.

A defesa da indústria se faz distintamente, conforme a situação histórica. No século XIX, a iniciativa principal é a da ação individual; mas, a partir de 1880, temos já o aparecimento de uma entidade associativa. Na primeira delas, os industriais utilizam instrumentos específicos, como petições dirigidas ao Imperador ou ao Parlamento, com pedidos de aumento de tarifas para

cercear a vinda de chapéus e tecidos estrangeiros, ou para que certas matérias-primas possam chegar ao Brasil por preço mais conveniente. Na penúltima década do século XIX, surge a Associação Industrial, dirigida por Antonio Felício dos Santos, que vai agir com mais rigor em defesa dos interesses da classe. E em 1904 nasce o Centro Industrial do Brasil, entidade de estrutura mais sólida, que abriga defensores mais radicais e com visão mais crítica dos interesses da indústria que, neste momento, se encontra com parque industrial mais amplo e mais complexo. Apesar disso, a visão dominante é de atomização do processo, e cada problema que surge exige soluções particulares. É assim que a luta se traduz na exigência de medidas protecionistas, na questão do câmbio, no problema das tarifas, nos impostos interestaduais, nas questões financeiras, no problema das Indústrias Naturais e Artificiais etc. E todas estas questões povoam o universo do Centro Industrial até o fim de sua existência, em 1931.

O momento de mudança, que representa a passagem da representação pragmática para a idéia do planejamento, dá-se em duas ocasiões decisivas: a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928; e criação, pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1934, do Conselho Federal de Comércio Exterior, onde, pela primeira vez, industriais participam de decisões governamentais. O primeiro organismo, a partir de 1937, é responsável pelo projeto de Planificação da Economia Brasileira; o segundo, pela criação de Volta Redonda — isto é, pela intervenção do Estado na economia. A partir de então, o interesse particular e o público se unem pela primeira vez no Brasil, o que determina as prioridades da grande indústria brasileira.

Estado e industrialização no Brasil: 1930-1956

Sônia
Miriam
Draibe

O trabalho estuda as relações entre o Estado e a industrialização no Brasil considerando a simultaneidade dos processos de formação do próprio Estado, industrialização restringida e constituição das bases institucionais sobre as quais se apoiará a industrialização pesada. É sob essa perspectiva que refletimos sobre o papel do Estado no processo de industrialização brasileiro, na etapa específica que vai de 1930 até o momento do salto para a industrialização pesada.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira é dedicada à reflexão sobre o significado mais geral dos processos que dão conteúdo à relação entre o Estado e a economia no período. No que se refere à economia, tratamos de compreender os alcances e limites do movimento de industrialização restringida. Naquilo que mais diretamente diz respeito ao Estado, buscamos analisar o sentido dos movimentos de concentração e centralização do poder, de um lado, e de "estatização" e politização das relações sociais básicas, do outro.

A segunda parte é dedicada ao estudo dos movimentos concretos de constituição dos aparelhos e instrumentos econômicos do Estado, privilegiando em cada sub-período (correspondentes aos cortes políticos) o equacionamento que os governos dão à questão da *constituição das indústrias de base*, visto através dos planos econômicos. Ênfase especial é dada menos às semelhanças, antes às *diferenças* que entre si apresentam, nessa perspectiva, os governos de Getúlio Vargas (30-37 e Estado Novo), Dutra, Getúlio Vargas (51-54) e o de JK.

Finalmente, na terceira parte buscamos compreender, através da categoria *forma do Estado*, as características morfológicas e dinâmicas do Estado nesse período específico, numa tentativa de escapar das generalidades dos conceitos de Estado desenvolvimentista, industrializante ou intervencionista. A "tese" que afirmamos é a de que, entre os anos trinta e o final dos anos cinquenta, constitui-se e desenvolve-se uma forma particular do Estado Brasileiro, entre as tantas que se sucederam na sua história, forma essa que preside o processo de industrialização e que se esgota no momento mesmo em que aquele processo adentra a etapa de industrialização pesada, nas condições da organização monopolizada e internacionalizada da economia e de derrota dos setores nacional-populares. As "reformas de base", tais como foram demandadas desde o final da década de 1950, constituem manifestação desse esgotamento institucional a que nos referimos: as reformas dos anos sessenta, conduzidas pela autoritarismo militar, constituem uma entre as várias alternativas que polarizam a vida política nacional a resposta a tais pressões por "atualização", senão por modernização, das estruturas estatais.

O governo Dutra na transição capitalista do Brasil

Fausto
Saretta

Os anos iniciais da década de 1950 representam a fase final do processo de consolidação capitalista no Brasil. Este processo, que foi se acentuando a partir de 1930 com a crescente centralização da política econômica, ao longo dos anos seguintes ganha maior consistência e é coroado em meados dos anos cinquenta pela definitiva implantação e consolidação da indústria pesada no País.

O governo Eurico Gaspar Dutra participou do final desse processo de transição. Inaugurado após o término da II Guerra Mundial, atuou num país recém-democratizado, sucedendo e precedendo as duas administrações de Getúlio Vargas, ambas de amplas repercussões políticas e econômicas na vida brasileira. Talvez por se situar entre dois momentos tão importantes da história recente do Brasil, o período Dutra é tido em geral como mero interregno entre duas quadras marcantes de nosso desenvolvimento, como um hiato de descontinuidade entre duas fases de notável esforço industrializante.

Dentre as principais razões que subsidiam tal interpretação a mais comumente utilizada é aquela que toma por base as célebres divisas de que o País dispunha no início do governo Dutra, bem como a forma como elas foram malbaratadas. Frutos da excepcionalidade do período da II Guerra Mundial, que possibilitou ao Brasil amealhar um inusitado montante de moedas estrangeiras, essas cambiais teriam sido utilizadas pelo Governo de maneira equivocada, não-condizente às necessidades da indústria e do seu crescimento, comprometendo, portanto, a evolução alcançada nos anos anteriores.

Esta interpretação, associada à política econômica inicialmente proposta por aquele governo, centrada no combate aos gastos públicos e na diminuição da presença do Estado na economia, juntamente com as tentativas de reformas estruturais não-realizadas — como foram a bancária, a agrária e a tributária — configuram, para muitos estudiosos, um período de pouco empenho do poder público no avanço da industrialização.

De fato, no início do governo Dutra, não apenas se proclamou, como de fato se praticou, uma política econômica liberal. Contudo, decorrido pouco mais de um ano, o referido governo foi obrigado a promover sensíveis modificações no seu relacionamento externo, já que partira de um diagnóstico equivocado da situação internacional. A crise cambial da época levou-o a controlar as importações a partir de sua essencialidade, privilegiando a entrada dos insumos básicos e de produtos que antecedessem as necessidades do parque fabril instalado.

Ao mesmo tempo, ao manter fixa a paridade cambial, a política econômica externa então adotada permitiu que se transferissem para o setor industrial significativas parcelas da renda interna, o que exprime, de certa forma, a força adquirida pelos interesses industriais na gestão da economia brasileira. Assim, parece um equívoco considerar a administração Dutra como uma quadra liberal e contrária aos avanços da indústria. Na verdade, entre seu período de governo e aqueles que o sucederam e precederam, houve mais continuidade do que rupturas, e essa continuidade foi muito além das questões meramente econômicas ou de política econômica.

Pensamento Econômico no Pós-Guerra

A influência do marxismo no pensamento econômico brasileiro do pós guerra

Guido Mantega O Marxismo teve uma influência decisiva na constituição do pensamento econômico brasileiro. Presente no Brasil, de forma precária, nos escritos e propostas do Partido Comunista Brasileiro desde os anos 20, esse ideário será um dos principais arcabouços teóricos de algumas correntes de pensamento que emergiram no Brasil principalmente a partir dos anos 50. Desde o pioneiro Caio Prado Jr., que realizou a primeira aplicação bem sucedida do materialismo dialético no Brasil, até a Escola de Campinas, dos anos 60 em diante, passando pelo grupo de estudos de "O Capital", organizado pelo filósofo José Arthur Gionnotti, composto por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer, Fernando Novais, Juarez Brandão Lopes, Ruth Cardoso, além de vários pensadores na USP, FGV e outros polos de fermentação intelectual, o materialismo dialético deitou raízes no pensamento econômico brasileiro, e foi mesclado com as idéias de pensadores, como Keynes, Schumpeter, Kalecki e outros, para dar conta da especificidade da dinâmica do capitalismo retardatário brasileiro. Neste trabalho pretendo

analisar a penetração das idéias marxistas na economia política brasileira, desde o pós-guerra até os anos 60, destacando as formas de sua apropriação pelos principais pensadores marxistas brasileiros.

A força das idéias: a Cepal e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50

Renato Perim Colistete O objetivo do texto é identificar e avaliar algumas evidências da difusão das idéias cepalinas sobre a industrialização entre o empresariado paulista no início dos anos cinquenta. Este foi o momento no qual entidades como a FIESP e o CIESP passaram a atuar com força e organização crescentes no interior dos órgãos estatais, visando uma estratégia coordenada de apoio à indústria. Verifica-se isso, por exemplo, através do empenho, no âmbito do CDI, em traçar um plano de incentivos e inversões em setores básicos (infra-estrutura, insumos e metal-mecânica), algo que movimentou acentuadamente os representantes da indústria na época.

Nesse contexto de intensos debates e mobilização, as novas idéias que surgem nos movimentos cepalinos passam a ser assimiladas, embora de forma seletiva, com simpatia pelos representantes do CIESP/FIESP, tornando-se rapidamente uma fonte de argumentos favoráveis à industrialização pesada — o que vai inspirar as políticas desenvolvimentistas da segunda metade da década de 1950.

O texto deverá tratar inicialmente das principais idéias da CEPAL contidas em seus documentos "clássicos" (1949-1954), que articulam a defesa de um desenvolvimento apoiado nos setores modernos da indústria (sobretudo os bens de produção) como a única maneira de se reverter a condição periférica da economia nacional. Em seguida, serão expostos os princípios gerais de política econômica sugeridos neste documento, a respeito de temas como a atuação do Estado, incentivos aos setores prioritários, proteção à indústria, tributação e distribuição de renda. Por fim, recupera-se a posição, no início dos anos 50, dos empresários aglutinados na FIESP/CIESP acerca das medidas de política econômica e industrial entendidas como adequadas ao desenvolvimento, bem como o grau em que se deu a assimilação das teses cepalinas em sua atuação prática.

Ideology and development: Brazil, 1930-1964*

Ricardo Bielschowsky The paper deals with the intellectual production on the Brazilian industrialization project from the 1930s to the 1960s. It may be noted that Brazil is probably the Latin American country where the seminal ideas of ECLA on this subject gained the broadest acceptance.

An analysis is made of the five main currents of economic thinking which existed in Brazil during the period, namely, three variants of developmentalism, neoliberalism — to the right of developmentalism — and the socialist current, which was to the left of it.

The concept which predominated throughout the period was developmentalism, the main elements of which are the high value assigned to industrialization as a way to development, and the importance of the role of the State in planning, financing and investment in those sectors where private investment is insufficient.

It is noted that, although developmentalism ceased to be a central guiding theme of the economic debate in the 1960s, the developmentalist State was to last considerably longer in time.

Nota

* Uma primeira versão deste trabalho, a ser apresentado em português em português, foi publicada na Revista da CEPAL n.º 45, dez. 1991, pp. 145-167.

O Problema da Dívida Externa

A dívida pública externa brasileira em francos franceses, 1908-1946.

Marcelo de Paiva Abreu Embora em termos de volume de empréstimos a dívida externa do governo federal brasileiro na França tenha sido bastante modesta, as vicissitudes enfrentadas por estes empréstimos tornam o estudo deste tópico de diplomacia econômica especialmente interessante.

Este interesse decorre de duas razões principais. A primeira é que, ao estabilizar-se de *jure* o franco em 1928, colocou-se questão crucial quanto à interpretação que seria dada aos contratos celebrados em francos-ouro antes de 1914. O Brasil recusou-se a acatar a interpretação francesa, levou a pendência à Corte Internacional de Justiça na Haia e, não surpreendentemente, foi derrotado.

A segunda razão decorre da coincidência temporal das negociações que levaram à conclusão do esquema Souza Costa em 1940 e da queda da França no início da II Guerra Mundial. Isto levou à decisão brasileira de não implementar o acordo no caso dos empréstimos franceses. Assim, em 1946, recolocou-se a questão, obrigando a reabertura de negociações.

No trabalho deverão ser, consideradas as condições contratuais originais num quadro comparativo com os empréstimos britânicos e norte-americanos, bem como a rentabilidade de curto e longo prazo, também em base comparativas.

Dívida externa e financiamento de longo prazo na economia brasileira — 1945/1980

Paulo Davidoff C. Cruz A economia brasileira apresentou, como é sabido, grande dinamismo no período que vai do imediato após guerra ao final dos anos setenta. Além das elevadas taxas de crescimento do produto, o período foi marcado por profundas transformações na estrutura da produção provocadas pelo acelerado desenvolvimento da indústria de transformação. Implantaram-se e/ou expandiram-se setores do paradigma industrial dominante, como o eletro-eletrônico, o metal-mecânico, o petroquímico, etc. Como consequência, ampliaram-se, enormemente, os requisitos de mobilização financeira.

Simultaneamente, o período é caracterizado por um significativo desenvolvimento financeiro expresso na proliferação de relações de débito-crédito, na diversificação de ativos não-monetários, na diferenciação e especialização das instituições financeiras etc. Contudo, tal desenvolvimento pouco contribuiu para a estruturação de instituições e de instrumentos privados de financiamento de longo prazo, sugerindo uma aparente autonomização em relação aos requisitos da órbita produtiva.

A partir de tais elementos, o presente trabalho pretende examinar o papel desempenhado pelo financiamento externo — especialmente pelos capitais de empréstimo de longo prazo — nas relações estabelecidas entre as órbitas produtiva e financeira. Mais especificamente, visa discutir os impactos da internacionalização creditícia na própria configuração e desenvolvimento da intermediação financeira doméstica ao longo do período considerado.

A Modernização da Agricultura

Capital e agricultura no Brasil: 1930-1980

Gullherme Costa Delgado A chamada modernização da agricultura brasileira é um processo de transformação da economia rural que se explicita com muita clareza no pós-guerra, guardando uma certa defasagem com a industrialização intensiva do período 1950-1980.

A própria definição da modernização da agricultura está associada ao rápido processo de urbanização induzido pela industrialização intensiva do pós-guerra. Mas é somente numa fase mais adiantada dessa industrialização (período 1965-1980), e em condições muito peculiares de regulação estatal das relações agrárias que se produzirá o movimento cognominado de "modernização conservadora" da agricultura, caracterizado pela intensificação da integração técnica da agricultura com a indústria, pelo aprofundamento das relações de crédito, mediadas pelo Estado, e principalmente pela mudança nas bases técnicas de produção no meio rural "modernizado".

O período que vai de 1930 a 1945 é importante do ponto de vista de alguns segmentos específicos do setor rural que lograram organizar estratégias de defesa, geralmente associados a institutos específicos de âmbito setorial. A

organização do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933, e a subsequente regulação das relações Nordeste X São Paulo no contexto do Estatuto da Lavoura Canavieira em 1946, são um exemplo específico da conciliação entre as demandas por modernização e o conservadorismo no âmbito do setor rural, que obtém plena acolhida na política agrícola de então, renunciando de certa forma a "modernização conservadora" de maior envergadura que viria explicitar-se décadas mais tarde.

Outros interesses regionais rurais, como os da cafeicultura no Sudeste, a triticultura no sul, a pecuária em Minas Gerais, coticonicultura no sul e no Nordeste, também obterão incentivos de defesa e, secundariamente, de modernização, basicamente calcados nas políticas de garantia de preços e de fomento ao produtor nacional, operadas por intermédio do Banco do Brasil.

Por outro lado, o desenvolvimento capitalista da agricultura em bases modernizadas será essencialmente um processo do pós-guerra. Inicialmente isto se dará mediante a importação de tecnologia e de recursos externos, mas este será um movimento de pequeno fôlego, dada a notória prioridade na política de substituição de importações na década dos anos cinquenta. Será somente quando a chamada "industrialização da agricultura" se inserir no processo de industrialização mais geral do País que a modernização agrícola e o processo de integração da agricultura com a indústria encontrarão sua plena expansão. Isto, por seu turno, pressuporá uma articulação do sistema de crédito, dos complexos agroindustriais e dos subsistemas de pesquisa agropecuária e de assistência técnica, que somente logrará pleno funcionamento nos anos setenta, sob forte patrocínio do setor público.

Este período especial, que é o do pós-guerra, com uma sub-periodização de 1945 a 1964, e de 1965 a 1980, merece destaque na análise histórica na modernização da agricultura brasileira que pretendemos desenvolver, revelando a trajetória de construção de estruturas capitalistas mediadas pelo Estado, com as potencialidades e debilidades próprias do capitalismo agrário brasileiro contemporâneo.

Efeitos sociais da modernização da agricultura

José Vicente Tavares dos Santos O objetivo desta comunicação é a reconstrução histórica dos efeitos sociais da modernização da agricultura, no período 1930-1990, com particular ênfase nas dimensões fundiárias e migratórias. Vai se tentar retratar tais efeitos a partir do ponto de vista do campesinato e dos trabalhadores rurais, identificando os processos de exploração e de disciplinarização da força de trabalho.

A periodização a ser seguida obedece o critério da orientação principal das políticas agrárias: de 1930 a 1945, o momento da "colonização para os trabalhadores nacionais"; de 1946 a 1964, a fase da "colonização como

resposta do Estado às lutas sociais no campo"; de 1965 a 1984, o período da "colonização contra a reforma agrária"; e de 1985 a 1990, a etapa da "reforma agrária limitada".

A hipótese central a ser desenvolvida afirma que foi condição da modernização da agricultura brasileira o estabelecimento de um processo de disciplinarização da força de trabalho, mediante o recurso a um conjunto de políticas: as políticas de colonização e de migração, a política de clientela e o recurso à violência. Para cada período, vamos identificar as principais políticas agrárias, a configuração da estrutura fundiária e a reorientação dos fluxos migratórios.

A conclusão vai nos remeter a uma problematização do caráter da modernização da agricultura e dos seus efeitos para o desenvolvimento, indicando as origens agrárias do padrão de reprodução excludente da sociedade brasileira.

O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira (1930-1980)

Tamás
Szmrecsányi
& Pedro
Ramos

Durante todo o Império e a maior parte da Primeira República prevaleceram no País as políticas agrícolas voltadas para a defesa de determinados produtos — notadamente o café — e/ou para o desenvolvimento de regiões específicas — como as Províncias (depois Estados) de São Paulo ou do Rio Grande do Sul. Políticas de abrangência mais geral e de âmbito nacional só começaram a surgir de forma mais nítida a partir da década de 1930, em função da crise irreversível da economia agro-exportadora, e de sua paulatina substituição por uma economia urbana e industrial voltada para o mercado interno.

Nas análises das transformações que ocorreram desde então na economia brasileira tem se dado a devida ênfase ao processo de industrialização, bem como às políticas governamentais desenvolvidas no sentido de promovê-lo e de acelerá-lo. Embora tivessem sido igualmente consideráveis, as mudanças havidas no setor agropecuário e nas suas relações com o resto da economia não mereceram até agora a mesma atenção por parte dos historiadores — algo que se aplica, com maior força ainda, ao papel do Estado nesses processos, que de modo algum foram espontâneos.

Com vistas a preencher essa lacuna, o trabalho pretende reconstituir a gênese e a estruturação através do tempo de algumas das principais políticas agrícolas atualmente em vigor, identificando e mapeando suas contribuições às mudanças que se verificaram no período em pauta. Além de caracterizar os efeitos dessas políticas no desenvolvimento do setor agropecuário, procurar-se-á estabelecer os vínculos que elas tiveram com as estratégias de industria-

lização adotadas pelos vários regimes e governos que foram se sucedendo no poder.

As raízes de tais políticas podem ser detectadas nas medidas de índole tarifária e fiscal adotadas pela administração federal entre 1896 e 1909, e na reimplantação, naquele último ano, do Ministério da Agricultura, que havia sido extinto após a proclamação da República. Durante as décadas que se seguiram, a nova orientação não chegou a se consolidar, deixando o Brasil à mercê das conseqüências mais deletérias da crise de 1929-32. Tudo isso, porém, iria mudar acentuadamente no período subsequente, cujo transcurso comporta três fases distintas — de 1930 a 1945, de 1946 a 1964, e de 1965 a 1980 — a serem analisadas separadamente.

Trajatórias e Visões da Inflação

Inflação brasileira: de suposto aliado a inimigo mortal

Décio Garcia Não constituiria lugar-comum afirmar-se que o Brasil tem uma longa experiência de convívio com a inflação desde a eclosão da crise dos anos trinta até a presente década, que marca o final do século. Essa suposição, com a qual **Munhoz** talvez haja pouca discordância, pode, todavia, levar a conclusões enganosas. Isto na medida em que transmite a falsa impressão de que, como a inflação significa elevação sistemática dos preços, um fenômeno com rara persistência no Brasil, ela guarda perfeita semelhança ao longo de um período tão extenso.

É fato que a instabilidade dos preços tem estado presente no País em caráter permanente. Contudo, a característica especial a ser apontada não é a ausência de estabilidade, mas sim o ressurgimento, em cada uma das décadas desde a crise de 1929, de novas fases de crescimento explosivo dos preços. Essa "fuga à tendência" da inflação, alcançando patamares mais elevados, é que constitui o fenômeno que dá à experiência brasileira um sabor especial.

Na década de 1930, quando o mundo ainda respirava a deflação gerada pela grande crise, o Brasil registrou um surto inflacionário já a partir de 1935. Após o que os reflexos da Segunda Guerra anulariam os esforços voltados para

a estabilização monetária da década anterior, com o surgimento de fortes pressões de custos na economia.

Os anos cinquenta registram em duas oportunidades "saltos" da inflação para maiores níveis: inicialmente logo no alvorecer da década, agravando-se depois no quinquênio final. Fenômeno que se repetiria nos primeiros anos da década de 1960, seguindo-se, com os programas econômicos de 1964 e 1967, uma fase de contenção inflacionária de caráter mais longo. Esta, por sua vez, se reverteria logo no alvorecer dos anos setenta, novamente com inflação crescente, até estabilizar-se nos níveis de 50% aa. Mas, na passagem da década (1979/81), novamente a inflação "salta dos trilhos", ingressando, após uma fase de "animal domesticado", que se encetaria em 1985/86, num processo incontrolável, a despeito dos sucessivos programas de estabilização.

Uma análise mais cuidadosa dos bruscos "desvios" nas taxas de variação dos preços da economia brasileiro no período em referência indicaria, não só mudanças significativas nas taxas de variação dos preços, como também na duração dos ciclos.

E, se o observador concluir que invariavelmente o fenômeno de desajuste interno teve origens em fatores externos — uma constatação da maior importância — logo terá de render-se às evidências de que tiveram caráter diferente as "causas externas" que detonaram os ciclos de desequilíbrio mais accentuado dos preços. Algumas afetando diretamente os preços relativos internos; outras gerando medidas governamentais internas desequilibradoras do sistema de preços. Cabe ainda a observação de que os desarranjos monetários expressos pela perda mais accentuada do poder de compra da moeda, em diferentes "ciclos", foram também interpretados de formas diferentes ao longo do tempo. Com o que as políticas ditas corretivas, voltadas para a estabilização, resultavam ora em efetiva queda das taxas de inflação, ora agravavam os desequilíbrios.

Donde se pode, no fecho desta breve análise, acrescentar que o Brasil não só tem esta longa experiência de conviver com a inflação, mas talvez a mais rica experiência. Isso, paradoxalmente, não tem impedido nas etapas mais recentes, que equívocos de diagnóstico levem à continuada prescrição de superdoses de pseudo-medicamentos. O que tem provocado um lento efeito letal, surpreendentemente ignorado, ou simplesmente sufocado por abstrações teóricas que tentam inutilmente enquadrar a realidade brasileira em modelos concebidos sob condições de flutuações mínimas dos preços, sem rompimento da tendência de equilíbrio no médio e longo prazos.

A experiência brasileira é longa, dado o caráter recorrente da inflação no País. Mas, parece que pouco aprendemos como tratar um fenômeno que, visto no passado como um aliado para impulsionar o crescimento econômico, transformou-se num temido inimigo mortal.

Crise monetária, reforma fiscal e dolarização da economia

Paulo
Nogueira
Batista Jr.

A economia brasileira vem sofrendo, desde o início da década de 1980, um processo inflacionário que, pela sua intensidade e duração, não tem precedentes na história do País e encontra poucos paralelos na história mundial. A relutância em reconhecer que o tipo de instabilidade monetária experimentada pelo Brasil nos últimos anos constitui uma doença grave e relativamente rara, não passível de tratamento com os métodos mais corriqueiros de combate à inflação, talvez possa ser atribuída, em parte, ao fato de que uma crise monetária aguda diverge qualitativamente das inflações mais moderadas observadas nos países centrais e mesmo dos processos inflacionários crônicos vivenciados pelo Brasil e outros países latino-americanos antes da década de 1980. Como os modelos explicativos e as terapias antiinflacionárias dominantes foram constituídos, de uma forma geral, com base na experiência das economias centrais nas últimas décadas, o analista se vê muitas vezes desprovido do referencial necessário para entender processos inflacionários como o brasileiro e discutir alternativas que permitam debelar a instabilidade monetária.

Uma das formas de tentar superar essa dificuldade é o recurso à análise da experiência histórica e ao exame de casos específicos de economias assoladas por processos hiperinflacionários. Esta é a perspectiva adotada neste trabalho, cujo propósito é contribuir para o debate sobre políticas de estabilização em condições de alta inflação, levando em conta não só as vicissitudes brasileiras dos últimos dez anos como, também, as hiperinflações e "hiperestabilizações" ocorridas em alguns outros países. Parece particularmente relevante refletir sobre as crises monetárias européias dos anos vinte e sobre a experiência recente da Argentina, que podem encerrar informações valiosas para a discussão do caso brasileiro.

O trabalho trata, entre outros aspectos, de discutir os seguintes temas: primeiramente, certas peculiaridades das situações de alta inflação, em particular a inviabilidade de se seguir a seqüência de medidas recomendada para a situação de desequilíbrio menos intenso, e algumas das condições gerais que devem ser respeitadas para que se possa iniciar uma estabilização duradoura; argumenta-se, também, que a estabilização pode levar, em determinadas circunstâncias, à regressão temporária a um sistema monetário de tipo mais primitivo, isto é, ao abandono por algum tempo da moeda fiduciária pura, baseada na autorização e sanção do Estado Nacional; discute-se, finalmente a política antiinflacionária em curso na Argentina desde abril de 1991, destacando os seus pontos fortes e alguns de seus problemas inerentes; o programa argentino é caracterizado como uma regressão a um modelo monetário semelhante ao antigo padrão-ouro, com o dólar ocupando o lugar da "reliquia bárbara".

Política econômica brasileira: as tentativas de estabilização

Paul
Singer

A estabilização é a marca registrada da política econômica brasileira. Dada a presença opressiva da inflação na vida do País há mais de cinquenta anos, não é de se admirar que as tentativas de estabilização tenham dado o tom, não só das políticas governamentais, mas do debate político-econômico e das próprias pugnas distributivas. Serão examinadas a seguir algumas tentativas de estabilização, em cada um dos períodos em que se divide o último meio século: (1) a Terceira República ou interregno democrático 1946-1964; (2) o regime militar autoritário 1964-85; e (3) a Quarta República 1985-92.

As tentativas de estabilização durante o interregno democrático mostram que a política fiscal e monetária só contém a inflação quando certos conflitos distributivos entre capital e trabalho, exportadores e importadores, capital nacional e estrangeiro, e capital privado e público são resolvidos mediante o fortalecimento do poder governamental alinhado com os interesses estabelecidos. Quando o Governo se alinha com os interesses das classes sociais subordinadas — trabalhadores assalariados, camponeses, pequenos empresários, regiões menos desenvolvidas — as espirais que realimentam a inflação se exacerbam juntamente com os ânimos políticos, até que a subida dos preços se torna aparentemente insuportável e a crise é resolvida *manu militari*. É o que revelam os fracassos de Getúlio Vargas e João Goulart (e quanto à estabilização, também Juscelino Kubitschek) e os êxitos de Dutra e, já no período seguinte, do regime militar.

Durante o longo período em que os militares governaram autoritariamente o País, a doutrina que presidiu as tentativas de estabilização foi a que atribui a inflação *sempre* ao excesso de gasto público, financiado, mediante emissões de moeda. Portanto, quando a crise inflacionária foi resolvida mediante contenção fiscal e monetária, em 1964-67, aquela doutrina foi dada como comprovada. Não se considerou que no mesmo período a espiral preços/salários foi quebrada mediante total repressão ao movimento sindical e que o estrangulamento financeiro foi aberto através da correção monetária das aplicações financeiras (medida negada a João Goulart antes do golpe), além da eliminação do estrangulamento cambial pelo fluxo de empréstimos dos bancos intergovernamentais, e depois pela expansão das exportações de manufaturados. A desconsideração de todos estes fatores deixa inexplicável por que as tentativas de estabilização feitas sob o *mesmo* regime e pela mesma equipe econômica 15 anos depois, no Governo Figueiredo, fracassaram redondamente.

Das tentativas de estabilização da Quarta República, a mais interessante foi o Plano Cruzado, seja pela audácia em romper com o saber consagrado, seja pelo seu enorme êxito, ainda que fugaz. O Plano Cruzado mostrou como a inflação constitui realmente resultado perverso de uma ausência de coordena-

ção, em que os agentes econômicos agindo individualmente se defendem da inflação dos que lhes vendem produzindo mais inflação para quem lhes compra. O congelamento de preços funcionou como uma espécie de "ordem unida" que interrompeu temporariamente a cadeia de repasse de custos a preços e mostrou de relance como o País poderia ser "maravilhoso" se os valores nominais deixassem de subir o tempo todo.

Infelizmente, a condição para que esta situação pudesse permanecer era de fato negociar os conflitos distributivos, momentaneamente suspensos pelo congelamento. A equipe do Plano Cruzado não enfrentou essa tarefa, assistiu imobilizada o naufrágio do seu plano e só soube propor medidas do receituário ortodoxo, cujo único efeito foi tornar o retorno da inflação ainda mais virulento. Antes de se notar que é preciso criar novos foros para negociar coletivamente preços, salários e tributos, foram necessários mais quatro congelamentos de preços, sempre acompanhados de medidas fiscais e monetárias para consolidar o recuo da inflação. Estes fracassos estão abrindo os olhos da sociedade brasileira para a necessidade de mudar o relacionamento entre as classes e frações de classe, complementando as contratações interindividuais feitas no âmbito do mercado com pactos coletivos que alinham os valores nominais por cadeia produtiva, tornando conhecidos e aceitos os ganhos de cada fração pelo prazo de duração de cada pacto.

Com esta nova tentativa de estabilização (não abordada no texto) é possível que se abra uma nova etapa da história brasileira.

A História de Empresas como Área de Pesquisa

A abordagem empresarial na história econômica do Brasil: um campo de pesquisa ainda a ser explorado.

**Almir
Pitta
Freitas
Filho** A história empresarial, enquanto ramo da história econômica, tem tido uma difusão um tanto limitada nos meios acadêmicos brasileiros: até meados dos anos sessenta não se havia instituído entre nós uma tradição de estudos e pesquisas que tivessem como tema o empresário ou a empresa. Apesar de, no primeiro caso, haver um número significativo de estudos sobre o Visconde de Mauá.

Tem-se notícias de trabalhos sobre empresas ferroviárias, bancárias e comerciais, bem como de empresas agrícolas (particularmente engenhos de açúcar e mineração, por exemplo). Entretanto, muitos desses estudos eram tributários de uma visão tradicional do "fazer história": além do predomínio dos elementos descritivos, tem-se uma presença freqüente de elementos explicativos centrados exclusivamente na figura dos dirigentes de empresa.

A partir de meados dos anos sessenta, tivemos a publicação dos trabalhos de José de Souza Martins e de Richard Graham, seguidos de uma relativa escassez na década de 1970; Nos anos oitenta, foi possível detectar abordagens

mais originais, influenciadas por J. Bouvier, C. Wilson, J. Schupeter, A. H. Cole, Chandler Jr., entre outros. Mesmo assim, a história empresarial ainda é um campo de atuação restrita no Brasil.

Este trabalho procura apontar hipóteses para explicar esse atraso no estabelecimento entre nós de uma tradição de estudos na área, além de apresentar um balanço dos principais trabalhos publicados nos últimos anos sobre o assunto; finalmente, visa sugerir possibilidades de estudos no Brasil dentro de novas visões sobre a "business history".

The takeoff of Latin American banking history: twenty years of historiography, 1973-1993

**Carlos
Marichal**

During the last few decades business history has become a significant field of publication among Latin American specialists. Among the subjects on which the largest number of monographs have been published are those on large agricultural enterprises (*haciendas* and plantations), on merchant firms and on colonial mining enterprises. On the other hand, it is somewhat surprising that industrial firms have received much less attention. That this is so may be attributed to the problem of sources: whereas there is abundant information in local and national archives on plantations, commercial enterprises and mines, there are apparently less equivalent sources on industries. On the other hand, a new sub-field which has recently become of considerable importance in Latin America is *banking history*, and once again sources are one of the critical elements in explaining the expansion of the new research produced.

Until the 1970s there were relatively few historical studies of Latin American banks and banking systems. Since then, however, they have begun to multiply. This is closely related to two methodological questions which economic historians have confronted: one is the evident need to understand more about the role of monetary systems in economic development in Latin America; the second is the need to be able to explain how productive and commercial enterprises (urban and rural) financed their activities, and also how governments raised short-term finance from the 19th century to the present. The result of these preoccupations is that a small, but growing, number of economic historians who work on different Latin American cases have published important studies in the field.

The paper reviews some of the specific historical studies on banks and financial systems in the light of these concerns and attempts to suggest what future directions banking history should take in order to integrate with the history of other types of non-financial firms in Latin America. In addition, the paper will comment on the nature of new sources now available with respect to bank archives.

Business history as a field of research: the European perspective

**Pier-
Angelo
Toninelli**

The paper will focus on the past tendencies and present trends of business history in a few European countries — namely Italy, Spain, France, Germany and the United Kingdom. Its purpose will be not so much to give a complete report or listing of publications in the field as to try to enlighten differences and similarities among the research experiences of each country, as well as to evaluate if and how much these experiences reflect the real pattern of growth of firms and companies and the evolution of the business community within different European economies.

The most evident aspect of differentiation is related to the discipline's different timing of spread and performance in those countries. Either in its Schumpeterian approach (i.e. entrepreneurial history) or in the Chandlerian one (i.e. business history), the microeconomic history of firms and companies is a very recent accomplishment in Italy (where it started in the 70s) and in Spain (where it had a further ten-years lag). On the contrary, in UK, France and Germany the research tradition in the field goes back at least to the Fifties and Sixties (for instance, the first journal devoted to business history in England, *Business History*, was started in 1958, while in Germany the first issue of *Tradition* was published in 1957). The lagging of the discipline in the Mediterranean countries was the consequence, first, of their economic and industrial backwardness, but one should not undervalue also the effects of inadequate entrepreneurial capabilities, cultural provincialism, ideological as well as — in the case of Spain — political constraints.

On the other hand, once business history asserted itself also in these countries, it showed the same approach that already basically characterized the discipline everywhere else, namely its relying upon approaches and generalizations originated out of Europe. Here business history still suffers from the "cultural imperialism" exerted by the most successful school in the field, the American. Its prevailing research approach, the organizational, which may be the most suited to the pattern of growth of US enterprises, often looks as not completely appropriate to explain the business development and industrial growth of our countries, where giant enterprises, early separation between property and management, growth of firm bureaucracies have been the exception rather than the rule. Business history in Europe should address itself more to problems like the persistence of family capitalism, the role of state-owned companies, the growth (or decline) of small and medium size business units, as well as the relationship between the latter and a few big companies.

At a more general level, business history in Europe — as in the US and Japan — should try to overcome the narrow boundaries of today's exclusively microeconomic approach, by enlightening and explaining firms' microbehaviours and strategies not, *per se* but as functional pieces of

today's complex socio-economic systems.

Beyond the "organizational synthesis": paradigm and theory in recent American business history

Steven Tolliday Over twenty years ago, Louis Galambos drew on the theoretical approach of Alfred C. Chandler's *Strategy and Structure* (1962) to propose a broader framework for the analysis of economic institutions which he termed an "organizational synthesis". Ten years ago, in the light of the publication of Chandler's *The Visible Hand* (1977), he returned to the theme and amended and enlarged the original framework. The approach of the "organizational synthesis" has remained extremely influential throughout American business history where both Galambos and Chandler have shaped a generation of students.

The publication of *Scale and Scope* in 1990 provided a further monumental stage in the development of Chandler's empirical and theoretical work. In particular, it developed newer central concepts such as 'organizational capabilities' and 'economies of scope', and arguably retreated from some earlier ones such as 'economies of speed'. It also extended the analysis from a focus on US big business to a focus on international comparisons.

The empirical and theoretical work of *Scale and Scope* has been widely applauded, and other authors like Bill Lazonick have extended and developed the underlying theoretical framework and applied it to new areas such as the management of labour. But Chandler's approach has not gone unchallenged. For some time, critics have pointed to the underlying functionalism and determinism of his approach. But alternative frameworks had been rare. Recent work, however, sometimes tacitly, sometimes explicitly, is developing a more critical approach to the concepts of the Chandler synthesis.

This paper will look at three of these critical lines of approach and evaluate how the Chandler paradigm and the "organizational synthesis" stand up in their light. The first is the issue of "historical alternatives", notably as developed by Charles Sabel and Jonathan Zeitlin, and extended by authors such as Philip Scranton. The second derives from attempts to understand the dynamics of technological innovation. Technology has often appeared as an external and independent determinant in the Chandler approach. Recent work by David Hounshell and John Smith, Nathan Rosenberg, Richard Langlois and others on the one hand and Thomas Hughes and "social constructionists" on the other, have posed a twin challenge to this approach and pose important difficulties for the paradigm. The third critical strand relates to attempts to understand the evolution of business institutions more thoroughly in the context of different national and social and political contexts: examples of this include work by Sanford Jacoby and my own work with Jonathan Zeitlin.

Trajetória das Empresas Multinacionais

Global enterprise before the Second World War: the example of the electro-technical industry

Peter Hertner "Global enterprise" or "global industry" has been defined as possessing "some competitive advantage to integrating activities on a worldwide basis" (M. E. Porter). The concept has so far been applied to relatively recent developments, but there can be no doubt that a typical branch of the "Second Industrial Revolution" such as the electro-technical industry fits well into this category even prior to the present day and had in fact already started during the last decade of the 19th century. Technical and financial factors then acted together and led, within a very few years — until 1902/03 — to the creation of a global oligopoly of two US (General Electric and Westinghouse) and two German (Siemens and AEG) firms, all four of them "full-line" producers of high voltage electrotechnical goods and equipment. Each of them set up factories that produced these goods in various countries and each of them had to find methods for expanding in a market where not only prices but also the state of rapidly changing technologies as well as marketing, after-sales service and the financing of power plants and electrified transport systems became crucial parameters for successful competition.

Already by 1914, the members of this worldwide oligopoly, as a result of the tangible competitive advantages they effectively possessed, had managed to acquire the global integration of their activities. This was brought about by expanding into countries of the European periphery, Latin America and parts of the Near East and Asia. Competing with each other in many fields did not prevent them from collaborating in others, for instance by sharing patents, founding common subsidiaries, assigning exclusive zones to each other and, finally, even creating cartels. The latter solution, however, met considerable difficulties since most of the products involved were heterogeneous in nature and therefore not easy to be cartelized.

The paper will also treat the period between the two World Wars when the global oligopoly of the four multinationals still played quite an important role, even if the German firms had been weakened by the loss of most of their foreign subsidiaries as a result of Germany's defeat. Another factor which then complicated the picture was import substitution in a number of countries during the First World War and growing protectionism after the war. It was during this period that the US firms managed to gain additional market shares because they could offer financing possibilities that their competitors did not have at their disposal. Competitive advantages then worked globally in their favour.

The International Harvester Company in Europe, 1902 to 1918

**Hubert
Kiesewetter**

International Harvester Company (IHC) was incorporated on August 12, 1902, merging until the end of 1903 eight of the leading American harvesting machine and farm equipment producers: The McCormick Harvesting Machine Company of Chicago, Illinois; D. M. Osborne & Co. of Auburn, New York; The Warder, Bushnell & Glessner Company of Springfield, Ohio ("Champion"); The Deering Harvesting Company of Chicago, Illinois; The Milwaukee Harvester Company of Milwaukee, Wisconsin; The Plano Manufacturing Company of West Pullman, Illinois; Aultman, Miller & Co. of Canton, Ohio; and Minnie Harvester Company of St. Paul, Minnesota.

My paper intends to deal with four main problems concerning the multinational activities of International Harvester in Europe during the period between 1902 and 1918:

1. The formation and consolidation of the Company. International Harvester argued during the trial of violating the Anti-Trust Act (Sherman Act of July 2, 1890) that the combination of 1902 and 1903 was exclusively made to develop the foreign trade in America harvesting machines. Nevertheless the five companies combined in 1902 produced over 85 per cent of all

harvesting machinery in the United States, and approximately 80 to 85 per cent of the binders, mowers, reapers, and rakes.

2. The selling strategy and structure in Europe until 1914. Contrary to the intentions of International Harvester, the selling in Europe differed from that in the United States. In addition, the soil conditions as well as the size of farms were widely diverse in European countries. These problems, as well as higher tariffs, led to new trade strategies and structures of the Company, increasing the foreign trade of IHC from \$ 10.4 million in 1902 to \$ 50 million in 1912.

3. The European competition. Especially in the first fourteen years of the twentieth century, e.g. the boom period before the First World War, European countries, particularly Germany, developed a farm implements and harvesting machine industry of their own. Inadequate facilities for the Company's sales led to the establishment of its own branch-houses in European countries, and ultimately to the building of IHC-factories in Sweden, Russia, France and Germany.

4. The activities of the Company in Europe during the First World War. The outbreak of the war hit the European managers of IHC by surprise. A definite location for the European general office has been widely discussed, and it was decided that the organization favored Copenhagen. The German IHC-plant at Neuss, for instance, was taken over by the the Germans at the time the United States went into the war. The defeat of Germany and Austria ended a period of the Company's great success in Europe.

After the war, International Harvester had to reorganize its strategy in Europe completely, not only due to the loss of one of its most important market: Russia. Therefore, I think, it may be of interest to study the Company's sales and strategies in Europe during the period between 1902 and 1918. Perhaps it can be shown that the rise to a successful multinational company depended to a large extent on the ability to adjust to different economic trajectories in foreign countries.

The evolution of manufacturing multinational enterprise

**Mira
Wilkins**

The title of this essay was chosen by the Conference sponsors to differentiate "manufacturing multinationals" from those in agriculture, banking, and other businesses. For this business historian, the title posed a major difficulty. In point of fact, the line is not always distinct, especially with today's conglomerates. Ford Motor Company — which manufactures in the United States and abroad (a manufacturing multinational) — also at one time owned a rubber plantation in Brazil. Many Japanese trading firms with no manufacturing at home do have interests in manufacturing abroad (I presume they are nonetheless "trading multinationals"). There are manufacturing enterprises

whose distribution network worldwide has for years been more important than their foreign manufacturing (BMW, for example); are they "manufacturing multinationals"? Then there is BAT industries, PLC, which does not manufacture at home in Britain, but has extensive cigarette manufacturing abroad (going back to 1902); at home, today, in the United Kingdom BAT industries owns a large insurance company and also has a sizable overseas business in insurance (through direct investments). Is it a manufacturing multinational?

For simplicity, I will assume "manufacturing" is defined by what is done in the *home* (headquarters) nation and "multinational" relates to the expansion abroad through direct investments. I will, however, exclude "oil multinationals" (even though the most important U.S. one — EXXON — started as a refiner — i.e. processor/manufacturer — at home).

The essay, after a preface on what is being studied, will trace the evolution of the "manufacturing firm" as it becomes a multinational. It will point out that not until the nineteenth century do we have manufacturing enterprises extending over borders with direct investments. It will trace the evolution of the manufacturing multinational from the nineteenth century to the present.

In an earlier work (*The Maturing of Multinational Enterprise*), I provided a *general* model of the evolution of U.S. multinationals and argued therein that the general model applied to the evolution of U.S. *manufacturing* corporations (as well as other types of U.S. businesses) that became multinational. Herein, I want to ask whether that "US model" also fits the evolution of manufacturing firms based in countries other than the United States. How, if at all, should it be revised? Since *The Maturing* was published in 1974, substantial research has been undertaken on the history of manufacturing enterprises that are headquartered in many different countries and that became multinationals.

This essay will present the "U.S. model," up-date it to include recent conditions, 1974-1993, and to take into account the new research, and consider how legitimate this "U.S. model" is in terms of other homes to manufacturing multinational enterprise. In the process, the essay will emphasize the development of manufacturing abroad by the manufacturing multinationals and the timing of, the characteristics of, and the significance of the evolutionary process.

Empresários e Trabalhadores num Mundo em Transformação

O empresariado financeiro no contexto socio-político brasileiro da década de 1980

Ary César Minella O trabalho aponta para as principais características da evolução do sistema financeiro no período, destacando os indicadores de maior implicação socio-política. A partir desses elementos busca-se identificar e contextualizar o posicionamento do empresariado financeiro face a temas específicos (como, por exemplo: liberalismo e neoliberalismo, relações com trabalhadores bancários, políticas econômicas governamentais), bem como caracterizar as principais demandas e propostas formuladas por este segmento empresarial.

A análise do posicionamento empresarial é realizada com base em documentos e manifestações (artigos e entrevistas) divulgados pelas publicações do setor e pela grande imprensa. Privilegia-se no estudo as manifestações dos dirigentes de dois núcleos de representação de interesses: por um lado, o complexo formado pela Associação de Bancos no Estado de São Paulo (ASSOBESP), pela Federação Nacional dos Bancos (FENABAN) e pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN); e pelo outro,

a Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC). Abordase de forma comparativa estes dois núcleos de representação empresarial, buscando identificar as convergências e/ou divergências nos seus padrões de atuação e posicionamento.

Características do mercado de trabalho industrial no Rio de Janeiro e evolução da mentalidade operária (1870-1930)

Elisabeth von der Weid O artigo focaliza o primeiro período de expansão industrial do Rio de Janeiro, que se deu nas últimas décadas do Império e iniciais da República. Analisa o crescimento das primeiras indústrias dentro de um contexto econômico agrário-exportador e de um sistema de trabalho escravista em decadência passando no período ao trabalho assalariado, e compara o setor têxtil com os demais setores fabris da época.

Em seguida, observa os movimentos de população decorrentes da falência da cafeicultura fluminense e da abolição da escravatura, analisando a composição e o crescimento populacional da cidade do Rio de Janeiro.

Uma visão panorâmica do espaço urbano e rural do Rio permite uma noção da massa de trabalhadores nas ruas da cidade. Sua composição e seu crescimento também são analisados, assim como a evolução de suas múltiplas ocupações e a interpenetração entre o sistema informal de sobrevivência e os mercados de trabalho.

Finalmente, faz uma análise comparativa do mercado de trabalho fabril com os outros e toma o setor têxtil como foco por ser o mais representativo. Através do estudo desse setor e das relações de trabalho em uma empresa, o artigo procura transmitir o processo de consolidação do mercado de trabalho industrial e a conscientização do operário fabril dentro do contexto específico do Rio de Janeiro da Primeira República.

Modelo e mito: o desempenho japonês e o desenvolvimento do Brasil

Elisabeth Bortolain Silva Muito se fala sobre o Japão, muitas mudanças se fazem em nome do que se interpreta ser a causa do sucesso econômico japonês. Mas, onde se encontra a raiz do excelente desempenho econômico do Japão que tão radicalmente vem transformando a economia mundial a partir da década de 1970? Para autores como Johnson (1982), Friedman (1988) e Okimoto (1989), tal desempenho está fundado na relação especial entre Estado e mercado. Todavia, apesar da concordância nesse aspecto, os três autores divergem em suas análises quanto ao tipo e intensidade da intervenção do Estado na

economia. Outras interpretações, de autores como Marsh e Mannari (1976) e Dore (1986 e 1987), apontam que o sucesso japonês deve-se às características peculiares das organizações industriais japonesas no tocante à modernização tecnológica, e ao desempenho e eficiência organizacionais advindas da relação singular entre empregadores e empregados e ao modelo nacional de relações de emprego e trabalho.

Existe controvérsia sobre o que é peculiar ao modelo japonês. Apesar de muitas análises terem sido produzidas nas duas últimas décadas, uma interpretação globalizante aceitável ainda não existe. Contudo, existe consenso quanto ao impacto positivo de aspectos específicos do modelo japonês para o desempenho econômico.

Várias pesquisas feitas no Brasil recentemente identificam práticas inovadoras em empresas brasileiras, sobretudo nos campos da tecnologia, organização e processos do trabalho e da produção (Pcliano et al, 1987, Carvalho, 1987 e 1992, Silva, 1988 e 1991; Leite, 1990, Gitahy e Rabello, 1991; Fleury e Humphrey, 1992). As novas práticas identificadas apontam no sentido da competitividade das empresas ou, no limite, da sobrevivência da economia nacional. As estratégias das empresas diferem segundo sua ligação com o mercado internacional e as pressões da competição no mercado interno. As investigações empíricas identificam intervenções pontuais como a adaptação de sistemas específicos de inovação tecnológica, gerenciamento do trabalho, envolvimento dos trabalhadores, organização de estoques, controle de inventário de produção e controle de qualidade.

Em que medida as transformações recentes nas empresas de ponta da economia brasileira estão sendo modeladas pelo que se convencionou categorizar como modelo japonês? (ver Hirata, 1992). Como as transformações recentes nas empresas brasileiras de ponta podem vir a constituir um modelo nacional de produção e gerenciamento do trabalho? Como a relação entre Estado e mercado e a intervenção do Estado nas relações entre empregadores e empregados, típicas do contexto brasileiro, podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento de características de sucesso econômico, nas linhas do caso japonês, ou nas linhas das economias ocidentais avançadas no momento presente?

Minha discussão vai no sentido de separar os argumentos segundo as linhas de investigação principais das pesquisas recentes sobre o Brasil: 1. Centradas no debate dos efeitos da tecnologia em si; 2. Centradas na adaptação do modelo japonês de gestão da produção no Brasil, ou na adaptação de aspectos específicos daquele modelo; e 3. Centradas no caso específico do desenvolvimento brasileiro e na adaptabilidade às novas exigências internacionais de competitividade industrial.

O argumento central, sob o ponto de vista das investigações empíricas, é que a introdução de práticas inovadoras que reforcem a competitividade

industrial, criadas a partir das instituições brasileiras, têm tido sucesso. Essas práticas podem ser mais amplamente difundidas no contexto de democratização econômica e social para aprimorar o desempenho nacional. Sob o ponto de vista teórico, o argumento é que a preocupação do rótulo do modelo tem limitado a apreensão analítica da amplitude e profundidade das transformações brasileiras no campo da produção e do trabalho.

Origens dos empresários industriais paulistas

Luiz Carlos Bresser Pereira As origens étnicas e sociais dos empresários brasileiros foram objeto de uma pesquisa realizada pelo autor. Neste trabalho o autor volta ao tema para, utilizando mais plenamente os resultados da pesquisa, demonstrar que os empresários industriais brasileiros não se originaram na velha oligarquia cafeeira, mas em imigrantes de classe média.

Além de apresentar os dados, o autor fará uma crítica de autores como Caio Prado Jr. e Warren Dean, que adotaram uma visão diferente do problema. Argumento que principalmente o primeiro adotou posição diferente a partir de sua análise da crise brasileira dos anos sessenta provocada pelo golpe militar de 1964. Essa análise, exposta no livro *A Revolução Brasileira*, teve grande influência sobre o pensamento da esquerda brasileira. Está na hora, entretanto, de se fazer sua revisão a partir de dados objetivos.

A economia do sinistro: acidentes de trabalho e segurança na indústria têxtil do Rio de Janeiro durante o Estado Novo (1937-1945)

Newton Augusto Cardoso de Oliveira O trabalho que ora apresentamos procura estudar na indústria têxtil, o maior ramo industrial da economia brasileira durante as primeiras décadas do século XX, as condições de ocorrência do sinistro fabril — o acidente de trabalho.

Desenvolvemos o estudo partindo da contextualização da especificidade conjuntural que vai marcar estruturalmente a época do primeiro governo Vargas conhecida como Estado Novo (1937-1945), procurando desvendar o duplo significado que o acidente de trabalho vai assumir. Para tanto, reconstruiu-se a trajetória e o debate sobre o seguro operário no Estado Brasileiro, que é consolidado em 1934 mediante o decreto-lei n.º 24.637.

Viu-se a utilização da organização securitária neste ramo de atividade — onde a presença patronal era majoritária — como um instrumento significativo de apoio à acumulação industrial do período. Mais ainda, visualizou-se no processo de implantação do seguro toda uma estratégia controlis-

ta da força de trabalho, realizada em um momento histórico de deslocamento da acumulação do setor agro-exportador para o setor industrial.

Faz-se um estudo de caso do órgão segurador das indústrias têxteis cariocas — a Sociedade Cooperativa de Operários em Fábricas de Tecidos — identificando-se a lógica da implantação do seguro e o significado adquirido pelo acidente. Comparando as estatísticas oficiais com as produzidas a partir da documentação do órgão segurador patronal, descobriu-se um quadro acidentário denotando a pouca fidedignidade das primeiras.

Ao final realizou-se um estudo qualitativo de como a força de trabalho apreendeu e criou estratégias de resistência, mediante artimanhas, utilizando-se do seguro como anteparo à sua inserção na lógica e no ritmo fabril. Expressava-se deste modo a visão limitada do patronato e a não-adesão voluntária dos trabalhadores ao projeto industrializante do período, materializando-se assim um conflito de subjetividades.

Os conflitos trabalhistas na Light

José Antonio Segatto Documentos oficiais da Light ao longo de sua história e depoimentos de alguns antigos funcionários tentam passar a idéia de que essa empresa teria permanecido alheia ou distante dos conflitos sociais e políticos. Preocupada com a prosperidade e o bem-estar de seus empregados, a empresa canadense não teria tido necessidade de enfrentar problemas trabalhistas.

Pesquisas que realizamos em outras fontes do arquivo da empresa (como na sua coleção de recortes de jornais, entre outras), mostram no entanto exatamente o contrário. Ou seja, que o relacionamento da Light com seus trabalhadores, ao longo da história, foi fortemente marcado por tentativas de manipulação e por muito controle e repressão. É o que está presente na realidade dos fatos — repressão a movimentos trabalhistas (greves de 1910, 1919, 1934, 1945) e a organizações trabalhistas, controle de entidades (Sociedades beneficentes, Sindicatos) e mesmo manipulação eleitoral na política geral (através de controle de listas de votantes), etc.

O trabalho se propõe também a desmontar o mito sobre a paz e a tranquilidade reinantes nas relações de trabalho da Light. Por outro lado, consideramos também que a análise das relações e conflitos de trabalho numa empresa com as características e o porte da Light pode fornecer importantes subsídios para a compreensão da história social brasileira e de seu movimento operário.

Investimentos Italianos na América Latina

L'attività multinazionale della Pirelli in America Latina, 1900-1925

Bruno Bezza Tra la fine '800 e la prima guerra mondiale poche furono le imprese manifatturiere italiane che fecero investimento diretti in America Latina. Tra queste, indubbiamente, la Pirelli fu la più importante.

Il paper vuole illustrare i seguenti temi:

a) l'incapacità dell'industria italiana di avviare coordinate strategie d'impresa nei processi di multinazionalizzazione;

b) i pochi casi di investimenti diretti hanno per lo più riguardato l'industria alimentare quasi a dimostrare un'incapacità dell'industria tecnologicamente avanzata a operare sui mercati esteri;

c) l'industria dei cavi (elettrici e telegrafici), è legata a delle gerarchie di mercato che nella quasi totalità dei casi la sottopongono all'industria elettromeccanica ed elettrotecnica. In questo senso la scarsa autonomia di tali settori, in Italia, dalle imprese multinazionali estere (angloamericane, tedesche e svizzere) ha configurato comportamenti interstiziali e alleanze strategiche (come nel caso specifico della Pirelli con la Brown Boveri proprio sul mercato argentino) assolutamente particolari.

d) l'inizio dell'attività di costruzione dei pneumatici (in Brasile e in Argentina) comportò per la Pirelli un radicale spostamento dell'attività manifatturiera in un settore dove la predominanza delle gerarchie di mercato era assai più concorrenziale.

Un ulteriore aspetto riguarda la scelta dei mercati sui quali le imprese italiane intervenivano e gli aspetti sociali e gli atteggiamenti governativi di fronte agli investimenti delle imprese straniere. Sotto questi aspetti il paper affronterà i seguenti punti: 1) le comunità italiana all'estero come prolungamento del mercato nazionale; 2) il ricorso al capitale locale come elemento strategico dell'insediamento e dell'espansione; 3) Infine, la scarsità delle iniziative di imprese italiane in America Latina strettamente legate a insediamenti produttivi.

The major Italian banks in South America: toward a multinational organization (1905-1933)

Giandomenico Piluso

The title of this paper points out a sort of paradox: in the first decades of the nineteenth century the major Italian mixed banks -- Banca Commerciale Italiana (Comit) and Credito Italiano (Credit) -- realized a wide international network in spite of the relative backwardness of a late-joiner country like Italy. Comit and Credit started their banking expansion abroad by adopting the "système Paribas", based on the partnership with the greatest European financial institutions: the Banque de Paris et des Pays Bas (Paribas), the Banque de Union Parisienne and the Société Générale de Belgique. The precocious -- with respect to the backwardness of the country -- internationalization of the major Italian banks was a consequence of their German origins.

Comit and Credit firstly moved to South America (Brazil and Argentina), where numerous Italian emigrants already lived. Comit started its activity in Brazil by acquiring an already existing Bank (the Banco Commerciale Italo-Brasiliano) in 1906. In 1910, Comit transformed this Brazilian branch into the Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud (Sudameris) and asked the allied Paribas for taking part in the initiative. Similarly, Credit was asked to participate in the Banque Brésilienne Italo-Belge by the Société Générale de Belgique in 1911.

After the First World War, Comit -- and, to a lesser degree, Credit -- developed a multinational network of branches in the Balkans and in the Danubian area, by passing from partnership with strong allied to a multinational organization. Nonetheless, the banking interests in South America remained the most important to Comit and Credit. In the 1920s, Sudameris extended her branches in Chile, Uruguay and Colombia, under the direction of the Italian general-manager Giuseppe Zucconi, while the Banque Italo

Belge preferred a most cautious strategy of expansion under the direction of the Belgian general-manager Hector Carlier.

The aims of my paper are to demonstrate that: (a) there was no support by the Italian government, or by the central bank (at least until 1933, the Banca d'Italia limited her action to collect informations); (b) the organizational strategy of Comit and Credit for the South American Markets was the only one to permit such an expansion and internationalization overseas.

This paper will show that there were collaboration and competition, according to the features of the different markets, between Comit and Credit, and between their South American associated banks. Sudameris and the Banque Italo-Belge were successful because they had an economic reason, and not a political reason (like on the contrary the Banco di Roma in the Mediterranean area). Besides, it will consider the main activities of Sudameris and the Banque Italo-Belge like supporting Italian foreign trade, placing South American public debt in the European capital markets, supporting industrial and commercial initiatives of Italian communities, and supporting Italian firms in those markets.

Estudos de Caso de Empresas Brasileiras e Estrangeiras

O Banco de Mauá e Cia: um banco de investimento no Brasil (1854-1878)

**Carlos
Gabriel
Guimarães** O presente trabalho tem como objeto o estudo da Sociedade Bancária Mauá e Cia, fundada em 1854 pelo Visconde de Mauá, até a decretação de sua concordata e falência em 1878.

A década de 1850 ficou conhecida como uma década de grandes transformações políticas e econômicas, que marcaram o Brasil durante o Segundo Reinado. Além de se constituir no período da vitória da reação conservadora iniciada na década anterior, e que possibilitou a consolidação da monarquia, uma série de medidas institucionais foram tomadas com o intuito de integrar o país no processo de acumulação, e para o delineamento da feição do capitalismo interno. Em suma, medidas como a Lei de Terras, a Abolição do Tráfico Negreiro e o Código Comercial, todas criadas em 1850, foram frutos da necessidade de administrar os conflitos de interesses entre os diversos grupos que promoveram a reorganização política e econômica interna, bem como de promover a rearticulação do país com a expansão capitalista pós-1850.

Dentro desse quadro de transformação e de consolidação foi criada a Sociedade Bancária Mauá e Cia, uma sociedade organizada sob a forma de comandita por ações, e que constituiu-se num dos principais bancos do período, participando ativamente da vida econômica e financeira do Império. Com filiais espalhadas em várias províncias do Império, bem como no exterior, em Londres, New York, Rosário (Argentina) e no Uruguai, o Banco Mauá desempenhou funções de um banco comercial, atuando junto ao comércio agro-exportador, e também de um banco de investimento, investindo capital na organização de fábricas, como a Luz Steárica, e Ponta de Areia, em estradas-de-ferro, como a D. Pedro II, a de Petrópolis, a São Paulo Railway, e outros empreendimentos.

O papel das empresas multinacionais na industrialização periférica: um estudo da trajetória da IBM (International Business Machines) no Brasil

Delia Beatriz Espina Poucas têm sido as contribuições de estudos baseados em dados e muitas as generalizações teóricas, a partir de simples hipóteses referentes à entrada das empresas multinacionais e à influência que elas exerceram no desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. É objetivo desta pesquisa suprir, em alguma medida, essa carência através da realização da análise empírica de uma empresa particular norte americana, a IBM, abrangendo a entrada e o crescimento da subsidiária, focalizando especialmente o impacto que a empresa produziu e produz no desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro. Procura-se também, esclarecer o tipo de articulação que se estabelece entre uma empresa multinacional que introduz tecnologia de ponta e a estrutura industrial subdesenvolvida do país receptor, como é o caso do Brasil.

A compreensão desse fenômeno exigiu, em primeiro lugar, caracterizar a natureza inicial da empresa. A IBM, como empresa multinacional é, em primeira instância, um fenômeno norte-americano; sua precursora é a grande empresa industrial que surge nos Estados Unidos, entre o fim do século XIX e início do XX. A identificação da IBM, no contexto da economia americana, permitiu, por sua vez, determinar as causas que impulsionaram a empresa a realizar investimentos produtivos fora dos Estados Unidos. Foram também, analisadas as condições que fizeram do Brasil, em 1917, um ponto de atração para a empresa assim como a estrutura inicial da IBM do Brasil, sua expansão geográfica e econômica no país, a diversificação e a introdução de novas tecnologias.

Para facilitar o estudo da trajetória da IBM, no Brasil, a pesquisa foi subdividida em dois períodos: 1) desde a chegada da empresa ao Brasil, em 1917, até fins da década de 60. 2) desde 1970 até o presente.

Serão apresentados após os primeiros resultados da pesquisa referentes ao

primeiro período inicial, precedido de uma caracterização da empresa em sua totalidade.

Uruguay: genesis y desarrollo de un grupo economico financiero (1887-1941)

Raúl Jacob La ponencia se propone analizar la evolución de un grupo económico de origen financiero desde la fundación de la institución bancaria que permitió su desarrollo (el banco Francés Supervielle), hasta la desaparición de éste y su substitución por una nueva entidad (el Banco de Montevideo). En los hechos significó una reestructura del mismo y la consumación de nuevas alianzas con el capital nacional y con grupos económicos del exterior (Bunge y Born).

El objetivo de su difusión en un coloquio internacional es de alertar sobre la necesidad de encarar el estudio de empresas y empresarios que realizaron inversiones en la región, en este caso particular, en Uruguay, Argentina y Brasil; y recibir sugerencias y aportes sobre ellas en base a la información que pueda existir en el exterior.

El Banco Francés fue fundado en 1887 por el inmigrante galo Luis B. Supervielle. La casa matriz la radicó en Montevideo, abriendo además una filial en Buenos Aires. El origen de su capital se desconoce.

Tempranamente los Supervielle (el banco pasó a ser propiedad de la familia) invirtieron en tierras, industrias, comercios, comunicaciones, transportes, turismo, actividades inmobiliarias y financieras, etc. calcando el modelo de "banque d'affaires", poco común en Uruguay. El paso siguiente fue diversificar sus colocaciones en bancos, industrias y otras empresas de Argentina y Brasil.

A comienzos de la década de 1940 el banco solicitó un concordato, siendo liquidado poco después y reemplazado por una nueva institución, sin que ello significase automáticamente un debilitamiento del peso del grupo en otros países.

A Light e as "semanas de energia", 1952-1956

Luzia M. A. Soares Ao longo dos anos cinquenta as subsidiárias do grupo Light, apesar de sua grande força política, vêem-se às voltas com um intenso debate político e ideológico. Em primeiro lugar, porque o início da década de 1950 coloca os consumidores industriais e residenciais de São Paulo diante de uma grave crise de energia, fazendo com que, em função de longas estiagens se defrontariam com o racionamento.

Em segundo lugar, porque nos meios governamentais ia se cristalizando a idéia de que a intervenção estatal era um caminho inevitável. No âmbito

regional, com os governadores de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek e em São Paulo com Lucas Nogueira Garcez, foram sendo tomadas medidas práticas para o enfrentamento desta questão.

Por outro lado, as diversas correntes de opinião: os privatistas, os nacionalistas radicais e os estatizantes pragmáticos, debatiam ardentemente a saída para a crise energética.

Deste modo, em setembro de 1952 os estudantes da União Estadual dos Estudantes (UEE/SP), da Faculdade de Direito do Largo São Francisco e de outras escolas, organizaram a Semana de Energia Elétrica. A articulação envolveu os principais setores como governos estaduais, representantes do parlamento estadual e nacional, industriais, o próprio Gal. Juarez Távora e os dirigentes da Light. Atuando como a principal empresa de energia elétrica, a Light foi o personagem central da Semana. O alto "staff" da companhia foi deslocado para participar ativamente do evento.

Ainda sob pressão da CPI de 1948, que envolveu entre outras questões o empréstimo dado a Light pelo BIRD, os debates expressaram a posição de setores da sociedade civil sobre tais fatos e buscaram saídas para a crise energética, que por outro lado envolvia as questões do desenvolvimento e da industrialização.

Em abril de 1956, é organizada uma nova Semana de Energia Elétrica pelo Instituto de Engenharia de São Paulo, cujo presidente em exercício, o Eng. Plínio Queiroz, era sub-chefe do Departamento de Relações Públicas da Light. Desta vez a iniciativa da articulação era da empresa, juntamente com os tecnoburocratas privatistas. Tratava-se de uma resposta à Semana de 1952. Os debates destas "Semanas" são extremamente esclarecedores das políticas para o setor elétrico na época, e da posição da empresa perante o Estado e a sociedade.

O Estado e as Empresas de Serviços Públicos

La Compagnie Generale d'Électricité (Alsthom-Alcatel) et la politique de la France dans le domaine des services publics électriques: électricité et téléphone (1898-1951)

Alhart Broder 1. Pour des raisons multiples: erreurs et insuffisances de la politique de formation et de recherche, dépression grave (seule des grandes puissances dont le PNB baisse entre 1882 et 1898), obstacles juridiques et politiques, la France "rate" la première vague de l'électrification mais aussi des courants faibles (téléphone) au cours des années 1890-1913. Ce contexte aboutit à une véritable "colonisation" du marché français par les entreprises américaines (Général Electric), Suisses (BBC, Alioth) et allemandes (AEG, Siemens) belges (Empain) dans l'Électricité mais aussi dans le téléphone (Strowger...) et l'électricité automobile (Tudor, Bosch). Tant pour les concessions d'électricité que pour la construction du matériel les intérêts et les brevets étrangers sont dominants.

Compte tenu de la cartélisation et du contrôle des marchés aucune entreprise française ne peut prendre de l'importance faute de brevets, exclue des marchés d'équipement tant intérieurs qu'extérieurs.

La CGE naît donc en 1898 du génie d'un jeune ingénieur de l'École Centrale, Boutros Azarian (devenu Pierre Azaria) directeur d'une petite concession d'électricité limitée à la Ville de Rouen. Aidé par des financiers suisses, il va réunir un conglomerat de petites entreprises liées à l'électricité en leur assurant le marché de concessions d'électricité de taille très moderne mais garantissant un débouché au petit matériel produit.

Mais la société reste très modeste (malgré son nom...) et fragile sur le plan financier. Elle doit arbitrer la cession de ses meilleurs concessions qu'elle n'a pas les moyens d'équiper (tramways) afin de préserver son outil industriel.

En 1914 la CGE est encore une petite entreprise dans un secteur largement dominé par les firmes étrangères qui contrôlent directement (Thompson, Houston, G.E., Empain), ou indirectement (SOFINA, SSIE, Elektro-Bank) une part essentielle de la production française d'électricité.

2. La guerre de 1914-18 modifie profondément la situation. Le risque de paralysie industrielle (la domination de l'électricité automobile allemande met en danger la production française de moteurs d'automobiles et d'avions mais aussi celle des batteries pour l'automobile et des piles pour le téléphone) est en partie limité par la neutralité des principaux industriels installés en France (Américains et Suisses). Mais surtout les autorités sont conscientes de l'importance vitale de l'électricité alors que les mines de charbon sont en grande partie occupées par l'ennemi.

D'où un intense effort d'équipement électrique (surtout hydraulique) dont va largement bénéficier la CGE qui devient un grand producteur de petit et moyen matériel (transformateurs, fils de cuivre, câbles, porcelaines et céramiques, lampes...) mais aussi de matériel militaire dans de nouvelles usines facilement financées. La fin de la guerre voit l'entreprise désormais largement dotée en capital (les bénéfices de guerre ont été peu touchés par l'impôt) et disposant d'installations qu'il faut adapter à la paix.

La politique d'équipement électrique poursuivie par la France entre 1922/23 et 1931 va largement bénéficier à la CGE. Cependant celle-ci ne dispose pas des structures nécessaires à dominer les grands réseaux électriques qui s'établissent avec l'appui de l'État. En particulier l'ensemble des réseaux thermiques de la France du Nord (dit group "Mercier") et celui essentiellement hydroélectrique du Sud et du Centre (Groupe "Durand") pas plus qu'il ne peut être le maître d'œuvre des grands travaux d'interconnexion entre le Nord, l'Est, Paris et le Sud.

La CGE va privilégier la voie industrielle en développant l'industrie du gros matériel d'équipement (turbines, gros transformateurs...) mais aussi du petit dont elle devient le "leader" en France. Afin d'assurer les marchés pour ses productions la CGE va acquérir des concessions d'électricité de taille modeste mais stratégiquement placées; de telle sorte que les grands réseaux ou les interconnexions ne puissent se réaliser sans elles.

Il s'ensuit une structure originale par rapport aux grands industriels allemands ou américains. La CGE ne contrôle pas de grands clients mais se trouve participer minoritairement à la plupart des grands équipements, assurant ainsi le débouché des ses produits.

Sur le marché international les résultats sont plus mitigés. Sa filiale de Lampes devra s'intégrer à la "Compagnie des lampes" dominée par la General Electric dans le cadre du cartel international Phoebus. Par contre elle devient le 2^e producteur européen de céramiques électriques en rachetant la filiale française de cette même G.E.

3. La crise des années 1930-39 n'affecte que modérément l'entreprise. L'électricité étant la moins touchée des activités. Par contre la CGE est victime de la politique du monopole des téléphones. Elle a profité de la faillite du Trust suédois pour racheter Ericsson France et en regroupant plusieurs entreprises devenir le premier producteur français de matériel téléphonique. Mais déjà un des moins développées en Occident le réseau français va être la victime d'une politique de l'état à courte vue (qui ne sera corrigée qu'après 1974...). L'arrêt du financement de la modernisation pèse très lourd sur les investissements de la compagnie. Mais c'est l'origine de ce qui fait aujourd'hui d'ALCATEL le premier producteur mondial de téléphones.

C'est le ralentissement des équipements et la politique hésitante du gouvernement mais aussi les problèmes de l'électrification rurale (dont il sera fait mention dans la communication) qui oriente la CGE dans le secteur des accumulateurs de puissance dont elle est aujourd'hui de 1^{er} producteur mondial. L'entreprise s'est renforcé mais s'est surtout diversifié afin de mieux profiter des politiques d'équipement électrique et téléphonique de la France.

Mais surtout elle tente de bénéficier, sans trop s'engager, des grands projets dans lesquels on rencontre de façon complexe l'État, les collectivités locales (conseils généraux des départements, municipalités), les groupes financiers qui tentent de contrôler les sociétés d'électricité, de bénéficier des plus value liés à la formation des réseaux sans trop s'engager financièrement compte tenu de la fragilité du marché financier français (Rothschild, Petsche, Paribas). A quoi s'ajoutent les personnalités des créateurs de réseaux tels E. Mercier dont les arrières pensées politiques et même l'intervention politique directe favorables au développement des idées autoritaires (le "Redressement Français") créent des tensions préjudiciables à une politique cohérente à moyen terme. (Il est nécessaire de contester les vues un peu trop simpliste de l'historien américain Kuisel.)

Enfin la CGE souffre de liens insuffisants avec l'État et les hauts fonctionnaires qui peuplent les ministères techniques et les grandes compagnies d'électricité. Ceux-ci sont les plus souvent polytechniciens alors que la tradition CGE c'est l'École Centrale. Consciente de cette "faiblesse" la compagnie se met à recruter pour ses postes "nationaux" des "hauts fonction-

naires" qui "pantouillent" (passent au "privé")... L'arrivée des ces derniers est un signe que la CGE est admise dans le "Gotha" des grandes entreprises françaises.

4. Dès 1936 (le plan de 3 milliards est en fait de 1938) sous la pression des technocrates, hauts fonctionnaires à "dominante polytechnicienne" (X Crise entre autres) est mis au point un plan de structuration du réseaux électrique national équilibrant le thermique charbonnier du nord de la Loire à l'Hydraulique des montagnes du sud et du centre. Ce plan prévoit un développement de l'équipement électrique qui resterait privé mais avec une centralisation nationale des choix et des décisions et un pilotage "mixte" privé-État; facilité par le fait qu'à la tête des grands réseaux il y a très souvent d'anciens hauts fonctionnaires et que l'État participe et garantit le financement, par l'emprunt. Bien qu'arrêté par la guerre et l'occupation, le plan n'est pas enterré, la plupart des "technocrates" se retrouvant dans les ministères de Vichy et ensuite dans les organismes qui mettent en place la planification française d'après guerre. Ce plan est en fait (et dans l'esprit ce beaucoup dès les années 1930) le cadre d'une nationalisation de l'énergie qui se réalisera, pour l'électricité, en 1946.

Il sera montré comment, utilisant au mieux les possibilités juridiques qu'offre la loi de nationalisation ainsi que l'indemnisation à la fois généreuse et judicieusement utilisée, la CGE a été un très grand bénéficiaire de l'étatisation de l'électricité. En effet elle a valorisé de manière remarquable son "portefeuille" de concessions et s'est trouvé dans les conditions optimales pour bénéficier des énormes commandes que l'électrification accélérée du pays procura à l'industrie. D'autant plus qu'ayant rationalisé son outil de production pendant les années de guerre (qui furent largement bénéficiaires) elle a su s'imposer face à la rationalisation et à la course à la puissance des grandes centrales qui est, dès 1907, la marque de la politique de l'Électricité de France. Dans la même orientation s'inscrit la politique constante de l'entreprise de nommer à sa tête, à partir des années 1950, des responsables issus de la haute fonction publique ou (cas de JM Louvel) de "décideurs" politiques nationaux.

Dans cette mesure, la politique de nationalisation de l'Électricité a permis à la CGE de se concentrer sur son "métier" industriel et de devenir l'un des trois premiers producteurs européens d'équipement électrique. On retrouvera cette logique et cette politique dans la participation de la CGE à la politique d'électrification nucléaire que la France a entreprise à partir de 1973.

La participación de las grandes empresas en la electrificación de Barcelona

Joan Carles Alayo i Manubens Barcelona, ciudad capital de Catalunya, fue la primera ciudad de España en tener una central eléctrica, y la primera en experimentar las ventajas del alumbrado eléctrico. Ello sucedió a causa de la iniciativa del óptico F. Dalmau en colaboración con el ingeniero N. Xifra y de un ambiente fomentado por la existencia, desde 1850, de la Escuela Industrial de Barcelona.

Los comienzos de la electrificación en la ciudad de Barcelona, efectuada por la "Sociedad Española de Electricidad", son tímidos como en la mayoría de ciudades en las que, entre otras causas, la existencia de la industria del gas manufacturado dedicada a la iluminación, imprimía una cierta resistencia a su implantación. No obstante entre 1890 y 1900 el desarrollo de la electricidad será importante, es en este período cuando son construidas por "Central Catalana de Electricidad" y "Compañía Barcelonesa de Electricidad", respectivamente, dos grandes centrales térmicas. La evolución posterior estará también ligada por el interés de las empresas de producción de electricidad, en el control de las empresas de transporte urbano para asegurarse un mercado regular, aparte del alumbrado público. Al mismo tiempo se conocerán y estudiarán las capacidades hidroeléctricas de los ríos catalanes como el Ter, el Segre y otros, mas alejados de Barcelona, para su aprovechamiento como centros de producción de energía.

En el período 1900-1910 se inaugura en Barcelona la primera línea electrificada de España y se configuran las intenciones de construcción y explotación de los recursos hidráulicos del pirineo catalán. En 1911 se constituyen para este fin las empresas "Energía Eléctrica de Cataluña" y "Barcelona Traction, Light & Power" y con ellas comenzará la construcción de las grandes instalaciones eléctricas catalanas destinadas a proporcionar electricidad al llano de Barcelona y las ciudades industriales catalanas. El período 1911-1930 marca una fuerte electrificación de Catalunya y de Barcelona, ligada al crecimiento de dichas empresas y en competencia con las existentes. Poco a poco se irá generando un grupo empresarial alrededor de "Barcelona Traction", que por su capacidad, encabezará la producción y distribución de energía eléctrica en España.

A Light e o Governo Federal: conflito e cooperação, 1954-57

Ricardo Maranhão No segundo governo Vargas (1951-1954), os movimentos nacionalistas cresceram em apoio popular e de massas, fazendo com que a retórica do discurso populista governamental tivesse a necessidade de radicalizar-se e ampliar-se. Mesmo não tomando medidas efetivamente danosas contra a

Light, a maior multinacional então atuante no Brasil, o governo deixava-a em posição difícil e a ameaçava freqüentemente com o fantasma da nacionalização.

Além disso, a escassez de oferta de energia elétrica pelas empresas do grupo Light, prejudicando diretamente a industrialização, levava o governo a tomar medidas de intervenção direta na área energética, como a criação da Petrobrás em 1953 e a proposição de projetos como o Plano Nacional de Eletrificação e a Eletrobrás em 1954. Tudo isso radicalizava o conflito em que a empresa canadense estava imersa.

Entretanto, após lances dramáticos em 1954, as perspectivas de atuação da empresa começaram a melhorar a partir da ascensão de Juscelino Kubitschek (1956-60). Abrindo vantagens para atrair o capital estrangeiro, essencial para a política desenvolvimentista adotada, Juscelino procurou encaminhar através de acordos e de cooperação os antigos conflitos com a Light. Assim, associou-a ao empreendimento estatal que marcou a mudança do padrão do setor elétrico brasileiro, a Usina de Furnas. O trabalho procura demonstrar como a participação da Light nesse empreendimento, que forneceu elementos essenciais para a infra-estrutura do novo modo de acumulação do capitalismo brasileiro, foi apenas simbólica do ponto de vista econômico e teve uma determinação estritamente política.

A História Econômica em Questão

O elo perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830

**José
Jobson de
Andrade
Arruda** É quase natural, entre os intelectuais brasileiros, sejam eles vinculados por uma postura arcaica ou modernizante, balizarem os horizontes da história do desenvolvimento econômico do Brasil a partir dos grandes símbolos paradigmáticos, quais sejam a economia agrícola açucareira, a exploração aurífera mineira, o retorno ao ciclo agrário cafeeiro e finalmente, o momento da industrialização.

Nestes termos, temos sempre uma visão aurificada, atraída pelo brilho do ouro amarelo ou do ouro verde. Vivemos, entre a crise do ouro e a emergência do café, à espera da salvação representada pelo novo *boom* econômico atrelado a um produto redentor de nossas mazelas sociais e materiais.

Esta imagem, que atravessa dos intérpretes mais insossos aos mais críticos, deixa escapar um momento que, a nosso ver, é privilegiado para entender uma possibilidade nova, uma alternativa diferente, que sequer reconhecemos, que menosprezamos sob o apodo decadentista. A sensação que temos, haurida na bibliografia, é a de que o período posterior a 1780 é de profunda estagnação

e assim continuará até a emergência da redenção cafeeira. Esquecemo-nos, por exemplo, que neste período se dá o processo da emancipação que, deslanchado em 1808, alcança seu cume em 1822 e encerra-se em 1831. Não parece contraditório? A ex-colônia realiza o ato político mais significativo de sua história, aliás, o próprio ato de sua fundação, num momento considerado de desalento econômico, de retração dos ganhos e, necessariamente, de prostração das forças sociais? Se assim for entendido, é claro que a Independência somente poderia ser atingida por meio de uma conjuntura favorável, através de uma circunstância fortuita que nos beneficiou e aqui lançou a Família Real. A Independência e os documentos legais que a formalizaram, somente poderiam resultar de uma doação, de uma outorga e a colônia, nestes termos, iniciaria seu sonho bestificado que permaneceria até a emergência da República.

A relação entre decadência e emergência do Estado Nacional criou uma outra correlação histórica que tem se mantido como mito político brasileiro: a relação incestuosa entre desenvolvimento econômico e intervenção do Estado.

De toda evidência, os anos 1780/1830, constituem-se no elo perdido da história econômica e social brasileira. Nublado pela história vitoriosa do ouro e do café, recoloca em segundo plano a produção de subsistência, a história do abastecimento, a trajetória da economia mercantil de subsistência, a força da diversificação econômica que é a marca do período e, a partir da qual, é possível entender a emergência de um patamar mínimo de integração no mercado mundial; um mínimo de articulação interna entre as diferentes regiões e zonas produtivas brasileiras; a existência de diferentes relações de produção e variados padrões de acumulação nas regiões brasileiras; a emergência de um centro dinâmico capaz de integrar o conjunto e mesmo se auto-reproduzir, como é o caso de Minas Gerais. Este conjunto de condições é indispensável para a integração do Brasil no mercado mundial. São condições decisivas para a emergência do mercado nacional, condição mesma da inversão colonial com a precipitação das tensões sociais que se revelam nos conflitos, conducentes à ruptura política e a própria constituição do Estado Nacional. A passividade colonial é, pois, um mito. O crescimento econômico de 1780 a 1830 teve sua visibilidade histórica obliterada pelas ondas verdes do maremoto cafeeiro, depois substituído pela atração das chaminés. A hegemonização do Estado no Brasil, resulta diretamente da derrota da opção pelo crescimento lento, silencioso, mas que poderia ser perseverante e integrador.

A história econômica em questão

Ubiratan Castro de Araujo A comunicação pretende explorar uma linha de reflexão teórica sobre a dinâmica da imposição/consentimento de um modelo econômico já evidentemente obsoleto e marginal relativamente à economia mundial em que estava inserida a Bahia, em uma conjuntura de descolônização e de formação do Estado Nacional Brasileiro, cuja periodização regional tem como balizas a Conspiração dos Alfaiates (1798) e a Revolução Federalista de 1837, dita "A Sabinada".

Serão desenvolvidas algumas idéias principais, cujo enunciado passo a enumerar:

1 -- A crise da descolônização na Bahia faz emergir uma multiplicidade de projetos sociais e econômicos veiculados por diferentes grupos sociais, sem que nenhum deles constitua em torno de si um consenso social capaz de legitimar sua implantação.

Tentarei caracterizar este processo nos parâmetros da desordem criativa (MORIN, Edgard. *La Méthode*. Tome I -- *La Nature de la Nature*).

2 -- Em um cenário de profunda desorganização política e social da Bahia, criou-se o ensejo e a viabilidade para que a elite açucareira do Recôncavo Baiano pudesse reorganizar a sociedade regional a partir de três pilares fundamentais: a agroindústria açucareira, a escravidão negra e o Império.

3 -- Assim, negociando na condição de única força regional capaz de evitar a dilaceração do tecido social, os senhores de engenho terminam por conformar toda a sociedade a um sistema econômico anacrônico, um verdadeiro "sistema de subdesenvolvimento", responsável pelo retardo histórico da província e depois Estado da Bahia.

4 -- Este processo histórico determinado permite uma reflexão sobre os conceitos de "dominação" e de "determinação em última instância".

Para atingir as pistas fundamentais da gênese e da dinâmica de uma economia imperial baiana foi preciso ir muito além das referências da História Econômica, para buscar na História Social e, principalmente, numa História Política mais preocupada com o Político (*le Politique avec P majuscule*) do que com "a política eleitoral", os parâmetros indispensáveis para a compreensão de um processo social global no qual se estabeleceram "convenções econômicas" estruturantes da vida material na Bahia, com a duração de quase um século.

Buscar o Político na economia baiana do século XIX abriu caminhos para recolocar o Econômico em um quadro bem mais global do que o das políticas de governo, projetos partidários ou mesmo de projetos particulares de determinados grupos sociais, qual seja o das decisões sociais sobre a economia.

Esta linha de abordagem, longe de substituir os estudos sobre a produção e a circulação da riqueza, ou sobre o desempenho das unidades produtivas açucareiras, abriu na verdade novas pistas de investigação sobre os agentes

econômicos, sobre a ação do Estado imperial e provincial, mas principalmente colocou no centro das preocupações o restabelecimento de vários *enjeux* nos quais o econômico foi convencionado. Entendemos, pois, que uma História Política da Economia com vocação globalizante pode assim funcionar como uma potente realimentadora da História Econômica *strictu sensu*, fazendo-lhe descobrir novos temas, novos problemas e novas intenções de método.

La combinaison des idées de Fernand Braudel et de Karl Polanyi

Alain Caillé En s'appuyant, notamment, sur les travaux et les conceptualisations de Max Weber, Karl Polanyi ou Edward Fox, il est possible de mettre en doute certaines formulations de l'Ecole des Annales relatives à l'ancienneté de l'économie de marché. Celle-ci semble, par exemple, très fortement surestimée par un Fernand Braudel. N'a-t'il pas tendance à voir à l'oeuvre une économie de marché -- au sens de la théorie économique -- là où les documents attestent seulement de l'existence de lieux de commerce et de commerçants? Mais, à l'inverse, la thèse polanyienne de l'extrême singularité historique du marché n'emporte pas la conviction.

J'essayerai de soutenir l'idée qu'il est possible et nécessaire de penser à la fois dans les termes de Fernand Braudel et dans ceux de Karl Polanyi, mais à la condition de recourir à deux hypothèses complémentaires:

1.º) *Une hypothèse empirique*: celle de l'irréductible diversité géographique et historique des situations. Au sein d'un même pays, certaines régions obéissent durablement, parfois sur des millénaires, au modèle décrit par Braudel, d'autres à celui que met en lumière Karl Polanyi.

2.º) *Une hypothèse théorique*: celle que l'ordre marchand existe à titre de potentialité dans toutes les sociétés. En ce sens, mais en ce sens seulement, il est "naturel". Mais ces potentialités sont très inégalement actualisées. Et leur actualisation ne dépend pas de la logique de l'ordre marchand lui-même, mais de celle du contexte socio-culturel dans lequel il baigne et des impératifs de l'ordre politique au sein duquel il se structure.

La combinaison de ces deux hypothèses pourrait permettre à l'histoire économique d'éviter deux écueils fréquemment liés. Celui, d'une part, qui réside dans une multiplication d'études de cas et de monographies que ne vient éclairer aucune perspective théorique. Celui, d'autre part, qui consiste à forcer le matériau empirique pour le faire entrer, bon an mal an, dans le cadre d'une vision implicitement évolutionniste, aux yeux de laquelle la modernité occidentale incarne l'énigme révélée de l'histoire et le point d'aboutissement obligé et unique de toutes les sociétés humaines.

Revisando a industrialização brasileira: Onde a memória histórica trai sem constrangimentos a história

Edgar Salvadori de Decca Eu gostaria de discutir algumas questões relativas às interpretações da industrialização no Brasil, principalmente em momentos decisivos como a década de 20 e 30. A minha intenção é a de levantar alguns pontos polêmicos que foram elididos pela bibliografia existente sobre o período e que à luz da atual situação política e econômica do País podem dar margem a revisões históricas significativas. Minha intenção não é apenas a de fazer um esforço de revisão historiográfica, mas de reconstruir o passado mediante perspectivas que me parecem muito pertinentes na atual situação em que se encontra o Brasil.

Os autores que analisaram a industrialização nas décadas de 20 e 30 são unânimes em reconhecer que a indústria paulista ultrapassa a do Rio de Janeiro tanto em volume de produção, como em tecnologia e no contingente de trabalhadores empregados. Isto é, as tendências da industrialização de São Paulo não só apontam um ritmo de crescimento muito mais acelerado do que de outras regiões do país, como também delinham a constituição de um quadro social urbano cuja complexidade de relações étnicas e de classe não encontra similar em nenhum outro lugar do Brasil.

A industrialização, portanto, traz consigo uma complexidade social bastante diferente daquela apresentada pela cidade do Rio de Janeiro, onde os contornos étnicos e classistas são mais demarcados e onde a mobilidade social é significativamente menor. Isto significa que a modernidade em São Paulo, ao contrário de outras regiões do país, implica em integração e diferenciação de grupos sociais, ao mesmo tempo que refaz os quadros da tradição política e cultural do país. Enquanto esta tradição esteve sempre ligada aos limites da exclusão e da marginalização de amplos setores da sociedade brasileira, em São Paulo, em virtude da rápida industrialização e da inclusão e integração de classes, de grupos étnicos e também de indivíduos que ascendem na escala social, os padrões de adequação na vida política e cultural da cidade precisaram ser rapidamente modificados. Em outros termos, enquanto no Rio de Janeiro, em pleno século XX, ainda se vivia uma certa nostalgia da Corte, onde as elites diferenciavam-se nitidamente das classes populares, que também tinham um caráter mais homogêneo em São Paulo, as próprias elites tiveram de conviver com a invasão de novos-ricos, na maioria estrangeiros que fizeram fortuna com a indústria, e com as classes populares, que ao invés de apresentarem padrões de homogeneidade étnica, primavam por uma profunda diferenciação interna. A própria configuração da cidade revela, já nos anos 20, a tendência desses novos padrões culturais e não são completamente nítidas as demarcações espaciais dos bairros ricos e pobres, uma vez que crescem de forma considerável segmentos de classe média que redimensionam os perfis

dos bairros e aumenta a mobilidade social que permite aos indivíduos a transformação de sua própria condição de classe. São Paulo, diferentemente dos padrões consagrados de interpretação da sociedade brasileira, não é uma sociedade polar, definida pelo binômio Casa Grande e Senzala. Não existe nessa cidade a bipolaridade étnica e classista, talvez mais bem configurada em lugares como o Rio, Recife e outros do nordeste, que permite a permanência de tradições políticas e culturais advindas do século XIX, onde predominavam os padrões de uma sociedade com base na escravidão. Nesse sentido, o jogo político em São Paulo está sujeito a um conjunto de tensões e conflitos que na maioria das vezes, desconcerta e desorienta as elites, elas próprias herdeiras das tradições do passado oligárquico. Entretanto, seria muito importante lembrar no caso de São Paulo a emergência de figuras públicas como a de Roberto Simonsen, que, tendo percebido os sinais de transformação da sociedade paulista, exigem outros padrões de relacionamento político e cultural entre as elites e os inúmeros segmentos da sociedade.

ALGRANTI, Leila Mezan, 29
 ARAUJO, Ubiratan Castro de, 151
 ARRUDA, José Jobson de Andrade, 32, 149
 ASPERÓ, Maria José Guerrido, 31

BARBOSA, Wilson Nascimento, 52
 BATISTA JR., Paulo Nogueira, 116
 BEZZA, Bruno, 134
 BIELSCHOWSKY, Ricardo A., 106
 BONILLA, Heraclio, 66
 BORGES MARTINS, Roberto, 50
 BORTOLAIA SILVA, Elizabeth, 130
 BOSCHI, Caio C., 19
 BRESCIANI, Maria Stella M., 71
 BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, 132
 BRODER, Albert, 141

CAILLÉ, Alain, 152
 CAMPOLINA DINIZ, Clélio, 100
 CARDOSO DE OLIVEIRA, Newton, 132
 CARONE, Edgard, 101
 CASTRO GOMES, Angela de, 70
 COLISTETE, Renato Perim, 106
 CORREIA DE ANDRADE, Manuel, 24, 76
 CORSI, Francisco Luiz, 95
 CORTÉS-CONDE, Roberto, 66

DAVIDOFF C. CRUZ, Paulo, 109
 DE DECCA, Edgar Salvadori, 153
 DELGADO, Guilherme Costa, 110
 DIAS, Adriana, 90

DRAIBE, Sonia Miriam, 102
 DUTRA FONSECA, Pedro Cesar, 98

ESPINA, Delia Beatriz, 138

FALCON, Francisco José C., 33
 FERLINI, Vera Lúcia A., 17
 FLEXOR, Maria Helena O., 30
 FREITAS FILHO, Almir Pitta, 121

GEBARA, Ademir, 48
 GITAHY, Maria Lúcia C., 89
 GONÇALVES, José Ricardo B., 58
 GRANZIERA, Rui Guilherme, 45
 GUIMARÃES, Carlos Gabriel, 137

HERRLEIN JR., Ronaldo, 90
 HERTNER, Peter, 125
 HONORATO, Cesar, 53

JACOB, Raul, 139
 JANCÓS, István, 41

KIESEWETTER, Hubert, 126

LANNA, Ana Lúcia D., 84
 LAPA, José Roberto A., 28
 LEOPOLDI, Maria Antonieta P., 96
 LEWIS, Colin M., 65
 LIBBY, Douglas Cole, 62
 LINHARES, Maria Yedda L., 25

LOBO, Eulalia Maria L., 85

MANTEGA, Guido, 105
 MANUBENS, Joan Carlos A., 145
 MARANHÃO, Ricardo, 145
 MARICHAL, Carlos, 122
 MELO, Hildete Pereira de, 82
 MENARD, Russel L., 16
 MENDONÇA, Sonia Regina de, 77
 MINELLA, Ary Cesar, 129
 MUNHOZ, Dércio Garcia, 114

NASCIMENTO, José Leonardo, 87

ODALIA, Nilo, 72
 OLIVEIRA, Maria Teresa R., 83
 OSÓRIO SILVA, Lígia Maria, 74

PAIVA ABREU, Marcelo de, 108
 PALACIOS, Guillermo, 15
 PAULA, João Antônio de, 20
 PEDRÃO, Fernando Cardoso, 61
 PERES COSTA, Wilma, 56
 PILUSO, Giandomenico, 135
 PUNTONI, Pedro, 34

RAMOS, Pedro, 112
 RIBEIRO, Maria Alice R., 88

RIQUER, Jorge Silva, 31
 RÓCHA, Antônio Penaves, 43

SAES, Flávio A. M. de, 55
 SANTOS, Ronaldo Marcos dos, 20
 SARETTA, Fausto, 103
 SCHWARTZ, Stuart B., 16
 SEGATTO, José Antônio, 133
 SINGER, Paul L., 117
 SOARES, Luiz Carlos, 59
 SOARES, Luíza M. A., 139
 STOLS, Eddy, 35
 SUZIGAN, Wilson, 81
 SZMRECSÁNYI, Tamás, 81, 112

TAKEYA, Denise Monteiro, 54
 TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, 112
 TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, 22
 TOLLIDAY, Steven, 124
 TONINELLI, Pier Angelo, 123
 TOPIK, Steven C., 68

VERSIANI, Flávio R., 80
 VON DER WEID, Elisabeth, 130

WEINSTEIN, Barbara, 46
 WILKINS, Mira, 127
 WITTER, José Sebastião, 49